

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E
AMAZÔNIA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ÂNGELA MÁRCIA BAZZONI REYER

DA “MORTE SOCIAL” À “MORTE PÚBLICA”:
Midiatização da violência e o caso da jovem Senhorita Andreza, em Belém-PA

BELÉM - PARÁ
2020

ÂNGELA MÁRCIA BAZZONI REYER

DA “MORTE SOCIAL” À “MORTE PÚBLICA”:
Midiatização da violência e o caso da jovem Senhorita Andreza, em Belém-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alda Cristina Silva da Costa

BELÉM - PARÁ
2020

ÂNGELA MÁRCIA BAZZONI REYER

DA “MORTE SOCIAL” À “MORTE PÚBLICA”:
Midiatização da violência e o caso da jovem Senhorita Andreza, em Belém-PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

RESULTADA: () APROVADA () REPROVADA

Data: 26 de março de 2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Alda Cristina Silva da Costa – Orientadora
Universidade Federal do Pará –UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Marly Leite Mendonça
Universidade Federal do Pará –UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Célia Regina Trindade Chagas Amorim
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof^ª. Dr^ª. Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira
Universidade da Amazônia – UNAMA

À minha amada mãe Trindade (*in memoriam*),
fonte de inspiração e saudade, que me proporcionou,
por maravilhosos anos, grandes experiências neste mundo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, toda honra e glória a Deus por ter me abençoado imensamente nesta caminhada acadêmica, e sempre. Sem a paz e a proteção divinos eu não teria forças para superar as dificuldades de conciliar a vida de mãe, trabalhadora, pesquisadora. Obrigada, Pai!

À minha mãe Trindade (in memoriam), minha referência de mulher e ser humano, por todo amor e doação dados a mim e meus irmãos nos anos em que estivemos juntos. A saudade estará sempre presente, assim como o exemplo de amor, determinação, honestidade e força. Sempre te amarei, mamãe!

Ao meu filho Mateus, meu grande amor e a quem devo as melhores memórias desta vida. Tudo é por ele. Desde seu nascimento, sou uma mulher mais feliz e amada. Filhote, te amo além do universo!

Ao meu marido Fernando pelo apoio, companheirismo e incentivo em cada fase que vivemos juntos. Obrigada, amor, por acalmar meu coração nas horas de temor e por acreditar em mim, até mais que eu mesma!

À Tia Maria, por ter nos amparado com amor e doação após a morte de minha mãe. Jamais conseguirei retribuir tamanha dedicação e amor. Obrigada por tudo, tia, de coração! Ao meu irmão Ângelo, que foi como um pai e carregou o peso de cuidar de duas meninas ainda tão novo. Minha gratidão será eterna, mano; sem seu apoio e presença, eu não teria “vencido”. À minha irmã Mel, a quem tanto admiro e vejo um pedacinho da nossa mãe... Uma mulher forte e doce, sempre disponível a ajudar. Muito amor por vocês, irmãos. Obrigada pelos meus sobrinhos lindos.

À Tia Naza e ao Tio André pelo amor, consideração e cuidados dados em momentos tão difíceis. E felizes. Não quero perdê-los jamais. Vocês são exemplo de casal e seres humanos. Amo vocês! Ao Anderson, meu primo-irmão, que já ouviu muita conversa de adolescente quando eu precisava desabafar. Mano, admiro muito o homem que te tornaste. Obrigada por nos brindar com o doce que é a tua esposa, Marcelly. À Andréa, minha prima-irmã caçula, desejo que sejas uma mulher feliz, mesmo em meio as tristezas da vida. Estarei sempre contigo. Com amor.

À minha orientadora, professora Alda Cristina Silva da Costa, por quem tenho imensa admiração desde a graduação. Obrigada pelo apoio, pela paciência, pelos puxões de orelha e por ser referência para mim e tantos alunos na Universidade. Eu não poderia estar melhor orientada.

Às professoras Célia Trindade e Kátia Mendonça, agradeço por aceitarem participar do desenvolvimento desta pesquisa com tantas importantes contribuições e generosidade. Fico feliz em receber um pouquinho de seus conhecimentos e experiências. Gratidão.

Ao Programa de Comunicação Cultura e Amazônia – PPGCOM e a todos os professores que ministraram aulas e foram fontes de inquietações e conhecimento. Aos colegas do Mestrado, obrigada por toda empatia e parceria.

A todos que me apoiaram e contribuíram, direta ou indiretamente, com minha pesquisa, muito obrigada!

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
Não era o momento dele rebentar
Já foi nascendo com cara de fome
E eu não tinha nem nome pra lhe dar
Como fui levando, não sei lhe explicar
Fui assim levando ele a me levar
E na sua meninice ele um dia me disse
Que chegava lá
Olha aí. Olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega
Chega suado e veloz do batente
E traz sempre um presente pra me encabular
Tanta corrente de ouro, seu moço
Que haja pescoço pra enfiar
Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
Chave, caderneta, terço e patuá
Um lenço e uma penca de documentos
Pra finalmente eu me identificar, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega
Chega no morro com o carregamento
Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
Rezo até ele chegar cá no alto
Essa onda de assaltos tá um horror
Eu consolo ele, ele me consola
Boto ele no colo pra ele me ninar
De repente acordo, olho pro lado
E o danado já foi trabalhar, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri
E ele chega
Chega estampado, manchete, retrato
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
Eu não entendo essa gente, seu moço
Fazendo alvoroço demais
O guri no mato, acho que tá rindo
Acho que tá lindo de papo pro are
Desde o começo, eu não disse, seu moço
Ele disse que chegava lá
Olha aí, olha aí
Olha aí, ai o meu guri, olha aí
Olha aí, é o meu guri

(O meu guri – Chico Buarque)

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar a violência urbana e os processos de exclusão/inclusão na contemporaneidade, a partir do caso da jovem Andreza Ariane Castro de Sousa, de 23 anos, conhecida como “Senhorita Andreza”, desde sua aparição midiática, em 2016, até seu assassinato, em 2017. A jovem era negra, pobre, moradora da periferia e se envolveu com o tráfico de drogas e outras ilicitudes. Nosso objetivo, a partir dessa microssituação comunicativa, foi compreender como as pessoas constroem os sentidos e reagem às narrativas de violência urbana sobre a jovem paraense e suas manifestações nas redes sociais institucionais na internet, por meio da fanpage do Portal de notícias Diário Online - DOL no Facebook. Selecionamos como procedimentos metodológicos a conciliação entre Análise de Conteúdo e Análise de Enquadramento, tendo como perspectiva a compreensão das representações que as pessoas fazem em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta. A comunicação é explorada como um processo através do qual a experiência é possível e se constitui. Nas análises identificamos como jovens em condições semelhantes à de Andreza vivem em situação de invisibilidade, ou de “morte social”, pois a eles são negados todo e qualquer direito, assim como são colocados na categoria de indivíduos do mal contra os indivíduos de bem, sendo esses últimos os que devem ser protegidos e defendidos. Vimos que os discursos de ódio estão enraizados na cultura contemporânea e ganham novos desdobramentos com o reforço de ideias cruéis de senso comum e a legitimação da violência; porém precisam ser controlados, selecionados, organizados e redistribuídos com apoio de procedimentos que eliminem os seus perigos e poderes. Uma das verificações deste estudo foi a de que, quando a violência que envolve adolescentes e jovens é pautada pela imprensa, esta continua tendo dificuldades em alcançar uma informação de qualidade, diversa e propositiva; faltam opinião, contestação e argumentação profundas.

Palavras-chave: Violência urbana, manifestações, sociabilidades.

ABSTRACT

Based on the case of the young Andreza Ariane Castro de Sousa, 23, known as Senhorita Andreza, this research aims to analyze urban violence and the processes of exclusion/inclusion in contemporary times, since her media appearance, in 2016, until her murder, in 2017. This young-black-poor woman from the outskirts was involved in drug trafficking and other illegality. Our objective, based on this communicative micro-situation, was to understand how people constructed senses and reacted to narratives of urban violence about this young woman from Pará State and their manifestations on institutional social networks on the Internet, specifically fan page's the news portal Diário Online (DOL) on Facebook. We selected as methodological procedures the conciliation between Content Analysis and Framework Analysis, having as perspective the understanding of the representations that people make about their reality and to their interpretation of the meanings around them. Communication is explored as a process through which experience is possible and constituted. In the analyzes we identified how young people in conditions similar to Andreza's live in a situation of invisibility, or of social death since they are denied any rights as well as being placed in the category of evil individuals against good individuals, the latter being those must be protected and defended. We have seen that hate-speech is rooted in contemporary culture and gains new unfoldings with the reinforcement of common-sense cruel ideas and the legitimation of violence. However, they need to be controlled, selected, organized, and redistributed with the support of procedures that eliminate their dangers and powers. One of the findings of this study was that when violence, which involves adolescents and young people, is ruled by the press, this one continues to have difficulties in achieving diversity, purposeful and quality information; there are lacking profound opinions, contestation, and argumentation.

Keywords: Urban violence, demonstrations, sociability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook.	27
Figura 2. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook	30
Figura 3. Captura de tela da página de Andreza no Facebook	32
Figura 4. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook	33
Figura 5. Captura de tela da página de Andreza no Facebook	34
Figura 6. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook	44
Figura 7. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook	64
Figura 8. Comentários na postagem "Senhorita Andreza"	87
Figura 9. Comentários na postagem "Não vai ter social. 'Senhorita Andreza' é presa"	89
Figura 10. Comentários na postagem "Srta. Andreza lança pré-candidatura a vereadora"	91
Figura 11. Comentários na postagem "Senhorita Andreza é assassinada"	93
Figura 12. Comentários na postagem	97
Figura 13. Comentários nas postagens "'Senhorita Andreza' convida para social com sexo e drogas" e "Não vai ter social. 'Senhorita Andreza' é presa"	98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Percurso metodológico	16
2	SOCIABILIDADES E VIOLÊNCIA URBANA	21
2.1	A violência em números	21
2.2	Do anonimato à morte pública	25
2.3	DOL, o veículo que destacou o ano de “Senhorita Andreza”	36
2.4	Violência urbana x cidadania	39
2.5	Nada do que é humano nos pode parecer estranho	45
2.5.1	Violência urbana e desigualdade racial	47
2.5.2	Violência simbólica e Ética	49
3	“SENHORITA ANDREZA” NA CENA MIDIÁTICA	56
3.1	Tirantias da (in) visibilidade nas redes sociais	56
3.1.1	Sujeitos e números nas redes sociais	56
3.2	Acontecimento midiático	57
3.3	Experiências e dramas do cotidiano	62
3.4	Violência e Mídia	66
4	DA “MORTE SOCIAL” À “MORTE PÚBLICA”	73
4.1	PERCURSO METODOLÓGICO	73
4.1.1	Frame Analysis (Enquadramento)	75
4.1.2	Análise de Conteúdo.....	78
4.2	Corpus de Análise	80
4.3	O “prazer” na tragédia do outro	84
4.4	Resultados	94
4.4.1	Linchamento virtual e distanciamento do “outro”	94
4.4.2	Entre pobreza e criminalidade	98
4.4.3	Bandido bom é bandido morto	100
4.4.4	Intolerância x empatia.....	103
4.4.5	Mídia que criminaliza a pobreza e o pobre.....	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
	APÊNDICE I	116

1 INTRODUÇÃO

Observamos que, ao longo das últimas décadas, os meios de comunicação tiveram que se adaptar para atender a uma demanda ávida por informação em uma sociedade cada vez mais tecnológica. Por outro lado, esses mesmos meios têm sido utilizados como “vitrines” para expor as agressividades humanas, sejam visuais, imagéticas, audiovisuais ou escritas. Foi nesse ambiente que a rotina da experiência profissional como jornalista, da pesquisadora, motivou a inquietação sobre a cobertura de assuntos que envolvem a violência urbana e a manifestação pública dos sujeitos na leitura das narrativas jornalísticas sobre crimes. Enquanto coordenadora de Conteúdo do Portal DOL - DIÁRIO ONLINE¹ (no período de setembro de 2008 a junho de 2018), objeto deste estudo, senti-me provocada a refletir sobre o interesse dos sujeitos pelas narrativas jornalísticas sobre a vida de pessoas “anônimas” quando retratadas pela mídia e que passam a significar para o público quando este se sente ameaçado pelos números da criminalidade no Pará. Números esses que, acreditamos, refletem significativamente na forma igualmente violenta como as pessoas se manifestam no espaço público das redes sociais.

Sabemos que a violência e a tragédia humana sempre estiveram na agenda de debates das sociedades. Fatos violentos, por vezes, são explorados como meio de atrair multidões e expectadores. Na atualidade, as redes sociais se tornaram palco para expressar e publicizar essas violências e tragédias de modo efusivo. Inclusive com manifestações que se assemelham a linchamentos, considerando o teor da agressividade manifesta.

Destacamos, nesse cenário, que os observadores do começo e do fim do século XIX, entre eles Peter Gay (1995), tinham poucas dúvidas de que o homem é um animal agressivo. Nas reflexões de Gay serão consideradas as cicatrizes que a agressão deixou no rosto do passado, em meio a guerras, lutas de classes, choques religiosos ou grupos raciais e étnicos, ódios de ordem diversas, estragos do crime, entre outros aspectos de agressividade.

É com base nessa reflexão do historiador, atualizando seu pensamento, que refletimos sobre as manifestações dos sujeitos nas redes sociais na internet, na contemporaneidade. Ou

¹ Criado em 2010, o portal de notícias (www.diarioonline.com.br) do Grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA) é um dos principais veículos de imprensa online da Amazônia. Somente em janeiro de 2020, o portal registrou 34,3 milhões de páginas visualizadas. No ano de 2019, atingiu a marca de 293 milhões de páginas visualizadas por 39 milhões de internautas. Em todo 2018, foram 190 milhões de visualizações e 27 milhões de usuários únicos, segundo dados do Google Analytics (um sistema de monitoramento de tráfego que mostra quantos usuários acessam o site e de que forma esses internautas se comportam ao navegar pelas diversas páginas).

seja, "ouvir" o que dizem os sujeitos na internet e entender suas manifestações comunicativas sobre dramas do cotidiano urbano revelam aspectos importantes, uma vez que se apresenta útil não somente para pesquisadores destes temas como, também, para a sociedade, que pode entender fenômenos coletivos e individuais e seu papel diante do que é exposto pela mídia.

Portanto, esta pesquisa se insere num projeto maior, de compreensão sobre a relação entre mídia e violência e as manifestações expostas por sujeitos nas redes sociais institucionais na internet, mais especificamente na fanpage do DOL no Facebook, quando se deparam com a rotina de violência, tendo como escopo de análise o caso da jovem Andreza Ariane Castro de Sousa, conhecida como "Senhorita Andreza", que nos instigou, – desde sua aparição pública, em 2016, até seu assassinato, em 2017 –, a entender como os sujeitos se comunicam e reagem perante as narrativas de violência urbana a partir de suas próprias experiências.

Nossa perspectiva de discussão também busca mostrar o sentido daquilo que denominamos de "morte social", considerando a realidade de "invisibilidade" vivida pela jovem, que nasceu e viveu na periferia de Belém-PA, era pobre, negra, sem estudo, sem emprego, sem acesso a serviços públicos básicos e se envolveu com o tráfico de drogas e outras ilicitudes. Nesta especificação, não estamos fazendo juízo de valor de sua condição, mas identificando as condições de existência perceptível da vida da jovem.

Ao pensarmos na questão social de jovens como Andreza, é necessário reconhecer o território de políticas sociais, práticas e valores, além de analisar as contradições e descompassos criados a partir da cultura de violência gerada desde o processo de formação da sociedade brasileira.

Antes, é preciso entender o uso político que se faz do termo violência. Ou então, os contextos sociais em que ela é acionada para determinar que tal fenômeno é violento e os sujeitos neles envolvidos. O pesquisador Michaud (1978, p. 23) nos lembra que a noção de violência é ambígua e, como tal, sua significação é estabelecida por procedimentos políticos segundo o grupo que, em um dado momento, tem o poder de rotulá-la contra outros. Perspectiva essa observada na nossa pesquisa, em que as pessoas se manifestam rotulando aqueles que são diferentes deles, ou vivem situações de desigualdades.

Por outro lado, Porto nos leva a refletir quando nos diz que devemos pensar a violência também:

através de uma relação entre exclusão/inclusão, apreendidas não como formas excludentes e dicotômicas mas como categorias integrantes de uma mesma dinâmica, na qual atores sociais podem vivenciar alternadamente formas de

inclusão/ exclusão decorrentes de processos sociais fragmentados, diferenciados e plurais (PORTO, 2000, p. 187).

Ou seja,

A exclusão social tem sido uma categoria importante e presente nas análises que buscam relacionar violência e direitos civis. Enfatiza-se o fato de que os excluídos dos direitos tornam-se alvos, ou atores, mais imediatos da violência. Sem negar a importância dos vínculos que, de um modo geral, permitem associar tais fenômenos [...] Ou, seria talvez mais pertinente pensar contextos e situações nos quais inclusão e exclusão, concebidas como categorias que perpassam dimensões econômicas tanto quanto sociais e culturais de um dado espaço social, podem se entrecruzar no decurso de um mesmo sistema de ação de um ator social, individual ou coletivo (PORTO, 2000, p. 187).

É evidente que a violência não pode ser pensada apenas numa questão de classe, mas de processos que os indivíduos podem experimentar de maneira diferenciada. Segundo Zizek (2014), há uma violência objetiva, resultante do sistema capitalista, mas que a violência subjetiva e simbólica remete à questão da violência como resultado da sociabilidade humana, das relações conflitantes de classe, ou mesmo, que pertence à linguagem como tal, por sua imposição de um certo universo de sentido.

A questão é que as violências subjetiva e objetiva não podem ser percebidas do mesmo ponto de vista: a violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e “pacífico”. Contudo, a violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento (ZIZEK, 2014, p. 17-18).

Segundo o teórico contemporâneo, há algo intrinsecamente mistificador na compreensão direta da violência, ou seja, “a alta potência do horror diante de atos violentos e a empatia com as vítimas funcionam inexoravelmente como um engodo que nos impede de pensar” (ZIZEK, 2014, p. 20).

Essa compreensão do que é de fato a violência nos leva a refletir, considerando os sujeitos envolvidos em nossa pesquisa, a relação ética frente à violência ou a atos violentos, ou seja, Marilena Chauí (1999, s/p), faz uma oposição entre violência e ética porque “trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e de liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos e inertes ou passivos”. Segundo a filósofa, no Brasil é identificada uma situação paradoxal: “de um lado, grita-se contra a violência e pede-se um “retorno à ética” e, de outro, são produzidas imagens e explicações para a violência tais que a

violência real jamais possa se tornar visível e compreensível” (CHAUÍ, 1999, s/p). Assim, a violência real é ocultada, com base em alguns dispositivos:

1) Um dispositivo jurídico, que identifica a violência apenas no crime contra a propriedade e contra a vida; 2) um dispositivo sociológico, que considera a violência um momento de anomia social, isto é, como um momento no qual grupos sociais "atrasados" ou "arcaicos" entram em contato com grupos sociais "modernos", e, "desadaptados", tornam-se violentos; 3) um dispositivo de exclusão, isto é, a distinção entre um "nós brasileiros não-violentos" e um "eles violentos", "eles" sendo todos aqueles que, "atrasados" e deserdados, empregam a força contra a propriedade e a vida de "nós brasileiros não-violentos"; e 4) um dispositivo de distinção entre o essencial e o acidental: por essência, a sociedade brasileira não seria violenta e, portanto, a violência é apenas um acidente na superfície social sem tocar em seu fundo essencialmente não-violento - eis por que os meios de comunicação se referem à violência com as palavras "surto", "onda", "epidemia", "crise", isto é, termos que indicam algo passageiro e acidental (CHAUÍ, 1999, s/p).

Esses apontamentos iniciais nos levam a pensar o caráter de desigualdade inerente aquilo que chamamos de “morte social”, daqueles que são ‘invisíveis’ à sociedade. Nosso diálogo, primeiro, é com Pierre Bourdieu (2007) - crítico contumaz dos mecanismos de reprodução das desigualdades sociais, que nos possibilita pensar o sentido de “morte social”, quando nos diz que os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre a sociedade e indivíduos numa complexa relação de interdependência. A posição social ou o poder que detemos na sociedade não dependem apenas dos recursos financeiros ou de uma situação de prestígio, como escolaridade ou qualquer outra particularidade, mas está na relação de sentidos que esses aspectos podem assumir em cada momento histórico. Por classe social entende-se a “estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas” (BOURDIEU, 2007, p. 101).

Para o autor, a estrutura social é concebida como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, verificado tanto pelas relações econômicas, como renda e salário, como pelas relações simbólicas e culturais entre os indivíduos. Ou então, o que nos aponta Jessé Souza (2009, p. 25), pensando nas pessoas menos favorecidas do país enquanto classe social. “Essa ‘classe social’, nunca percebida até então enquanto ‘classe’, ou seja, nunca percebida como possuindo uma gênese social e um destino comum, sempre foi (in)visível, entre nós, e percebida apenas como ‘conjuntos de indivíduos’, carentes ou perigosos” (grifos do autor).

Essa morte social também pode ser associada às identidades, conforme aponta Woodward (2007, p. 140), “fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de

formas de exclusão social”. Para o autor, a identidade não é o oposto da diferença, mas depende da diferença. Continua afirmando que é “nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios”.

Por outro lado, também apontamos para a negação do outro. Ou seja, o outro que me é estranho, o outro que não tem rosto, não faz parte da minha vida e que por isso não merece minha atenção. Ou, como diz Zizek (2014, p. 46), “o outro está muito bem, mas só na medida em que sua presença não seja intrusiva, na medida em que esse outro não seja realmente outro”.

Nessa indiferença pode nascer o estigma, “um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1988, p. 13).

A abordagem desta questão, ou seja, a “morte social”, leva em consideração os números da violência urbana no Brasil e no Pará apresentados pelo “Atlas da Violência 2019”², que constata que em 2017, o País alcançou a marca histórica de 62.602 homicídios, segundo dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde.

Nesse sentido, a presente pesquisa partiu da seguinte indagação: como as pessoas constroem sentidos sobre a violência urbana a partir de narrativas jornalísticas de crimes, como o caso da jovem Andreza, moradora da periferia de Belém, – que apareceu na cena pública em 2016, e foi assassinada, em 2017 –, e as manifestam no espaço midiático do Facebook do DOL?

Como objetivo geral buscamos analisar os sentidos manifestados pelos sujeitos sobre o caso da Senhorita Andreza a partir de narrativas jornalísticas publicadas na fanpage do DOL no Facebook. E os específicos: compreender como os sujeitos reagem às narrativas de violência urbana a partir de suas próprias experiências com dramas do cotidiano urbano; e analisar os sentidos expressos e o uso de termos pejorativos e consensuais nas manifestações dos sujeitos na fanpage do DOL.

1.1 Percurso metodológico

O percurso metodológico parece caminhar numa dualidade entre teoria e metodologia. Ou seja, fazemos as revisões bibliográficas, elaboramos o estado da arte do que já foi

² Atlas da Violência 2019, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), analisa inúmeros indicadores para melhor compreender o processo de acentuada violência no país. Os dados divulgados referem-se ao período de 2007 a 2017, considerando as informações mais recentes tabuladas pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e divulgadas no site do Departamento de Informática do SUS – DATASUS.

pesquisado, dialogamos com os autores na sustentação das nossas ideias, mas o momento de aplicação do(s) método(s) se constitui num grande embate para o pesquisador, levando em consideração as incertezas dos resultados. Mesmo porque, conforme nos sinaliza Rodrigues (2010, p. 3), a comunicação não designa propriamente um domínio com uma extensão precisa nem é sensorialmente identificável em exemplos particulares da nossa percepção, mas como “o conjunto dos sintomas das tensões que caracterizam a relação entre as diferentes modalidades da experiência”, isto é, “a comunicação não ser propriamente um domínio da experiência, mas o processo através do qual a experiência é possível e se constitui” (RODRIGUES, 2010, p. 4).

Portanto, a presente pesquisa foi delineada nessa complexidade das sociabilidades humanas, sociais e culturais, principalmente a partir das experiências midiáticas das redes sociais, como o Facebook.

Inicialmente, parte-se mais de uma escolha intuitiva de métodos ao nos depararmos com situações tão complexas que envolvem comportamentos humanos. Por isso, como aporte metodológico, selecionamos a convergência de alguns caminhos possíveis na investigação de nosso objeto e sujeitos, quais sejam: Análise de Conteúdo associada à ferramenta Netvizz³ no auxílio à coleta de dados da rede, para posterior separação de conteúdo e análise; Análise de enquadramento, considerando a microssociologia comunicativa pesquisada: o caso da jovem Andreza. Ou seja, “a compreensão das ordens sociais particulares não como aparências, epifenômenos de estruturas sociais amplas, mas como instâncias dotadas de sentido sociológico próprio” (GOFFMAN, 2005, p. 233). Acrescentamos a essa compreensão o caráter comunicativo da situação pesquisada, em que “a comunicação ocupa o lugar invisível ou o ponto de fuga, a partir do qual se constitui toda a possibilidade de visibilidade” (RODRIGUES, 2010, p. 8). Segundo Rodrigues (2010, p. 8), “a comunicação não se deixa compreender dentro das fronteiras que delimitam os diferentes domínios da experiência. Só a podemos entender como abordagem dos pressupostos da constituição das diferentes modalidades, das diferentes dimensões e dos diferentes domínios da experiência”.

Com a Análise de Conteúdo conciliamos dados quantitativos com verificação qualitativa, com aplicações desiguais. Na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo; já na segunda é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem tomado como relevante (BARDIN, 2011).

³ Netvizz é um aplicativo para o Facebook que permite extrair dados de contas de usuários, páginas e grupos da rede social. A ferramenta oferece recursos para recuperar informações sobre grupos, páginas e curtidas, bem como imagens postadas na linha do tempo, resultados de buscas ou estatísticas de link específicos.

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

A aplicação dessa metodologia teve a finalidade de compreender a construção de significados que os sujeitos exteriorizam nas narrativas presentes nos comentários das postagens analisadas, permitindo assim, a compreensão das representações que as pessoas fazem em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta.

Bardin considera que o uso da Análise de Conteúdo permite tratar a informação a partir de um roteiro específico com seguintes fases: (1) pré-análise – com a escolha dos documentos e construção das etapas da pesquisa e a preparação do material de análise; (2) exploração do material, que consiste “nas operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”; e (3) tratamento dos resultados e interpretações, que liga os resultados ao escopo teórico e permite desenvolver conclusões que levem ao avanço da pesquisa.

A partir das considerações acima e para chegar à resposta do problema que provocou o início desta pesquisa, selecionamos quatro postagens de desdobramento do caso da jovem Andreza, entre elas duas são as que registraram maior audiência no DOL em 2016 e em 2017, segundo dados do Google Analytics. A primeira foi publicada no dia 21 de janeiro de 2016 com o título “Senhorita Andreza convida para ‘social’ com sexo e drogas”. A segunda é de 22 de janeiro de 2016: “Não vai ter social. ‘Senhorita Andreza’ é presa”. A terceira, “Srta. Andreza lança pré-candidatura a vereadora”, publicada no dia 13 de julho de 2016. A última foi a notícia da morte da jovem: “Senhorita Andreza é assassinada a tiros na Cabanagem, em Belém”, postada em 13 de abril de 2017. Foram coletados, junto ao veículo, dados sobre audiência e acesso das notícias – citados ao longo desta pesquisa.

Foram catalogados ainda os comentários expostos na arena do Facebook e analisados os sentidos expressos, além dos critérios de reciprocidade, provimento de razões, grau da justificativa e respeito, uso de termos pejorativos e consensuais.

Em fase paralela, trabalhamos com a Análise de Enquadramento, a fim de organizar as narrativas e entender a construção de como as pessoas organizam e narram suas opiniões a partir das experiências e vivências sociais. Ou nas microanálises de eventos, conforme reflete Goffman (2005), quando os indivíduos se encontram num espaço, denominado pelo sociólogo, como territorialidade interacional. Aqui, identificamos esse espaço da rede social Facebook,

em que os indivíduos expressam suas manifestações ou interações comunicativas sobre dramas cotidianos de violência urbana. Na abordagem do autor, são descritos uma série de aspectos que formam, juntos, um quadro de referência aplicável a qualquer estabelecimento social concreto, independente de seu caráter.

Por enquadramentos, Goffman define os princípios de organização que orientam os eventos sociais, a construção de como as pessoas organizam a experiência. São marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações (PORTO, 2004). O enquadramento guia como as pessoas entendem o mundo e, assim, formam julgamentos (BREWER, GRAF e WILLNAT, 2003).

O conceito de Enquadramento (Frame Analysis) tem sido muito usado nas pesquisas em Comunicação para compreender o procedimento de produção das notícias e sua relação com a política e com cultura em uma determinada sociedade.

Para estudar a relação entre jornalismo e disputa de ideias, a Frame Analysis foi identificada como um instrumento atual e complexo que oferece uma ampla gama de opções metodológicas para que o próprio pesquisador estruture sua proposta de investigação – a qual deve ser coerente e rigorosa. Exatamente por esta característica, consideramos que o detalhamento do processo de construção da metodologia de análise realizado pode contribuir com a elaboração de modelos por parte de outros pesquisadores no desenrolar de suas pesquisas. Para tanto, o primeiro passo é justamente apresentar o que se chama de enquadramento (frame) (BONONE, 2017, p. 79).

Para cuidar das interações sociais, o conceito de Enquadramento configura uma destacada ajuda para os estudos em Comunicação. Essa contribuição se encontra na possibilidade de dialogar com o complexo universo do imaginário de uma sociedade, respeitando a pluralidade de construções sociais, culturais, históricas e os valores presentes nela, e que fazem parte da constituição dos indivíduos.

No segundo capítulo, apresentaremos as estatísticas da violência urbana no Brasil e seus personagens a partir de comparativos de dados atuais e anteriores, além de posicionar o Pará no ranking de estados brasileiros citados no “Atlas da Violência 2019”. Será o momento em que apresentaremos Andreza Ariane Castro de Sousa, conhecida como “Senhorita Andreza”, sujeito deste estudo. Vamos abordar a violência e seus incrementos para além de ponderações reducionistas de responsabilização particular e entendê-la na organização da sociabilidade influenciada pelo crime.

No terceiro capítulo, identificaremos o tratamento disposto pelo DOL ao caso de Andreza, abordaremos o acontecimento midiático refletindo sobre como influencia as opiniões

e promove maneiras de agir e de manifestações. A ideia também é compreender em que contexto são construídos os sentidos sobre a “Senhorita Andreza”, enquanto uma experiência coletiva de afetação e a midiaticização de sua vida, gerando sentidos a partir das matérias produzidas e publicadas pelo DOL.

A partir do quarto capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa. Demonstramos nosso percurso metodológico, com uso da Análise de Conteúdo e da Análise de Enquadramento, e buscamos a resposta para o tema problema e para os objetivos esquematizados ao longo do Mestrado. Vimos que os discursos de ódio estão enraizados na cultura contemporânea e ganham novos desdobramentos com o reforço de ideias cruéis de senso comum e a legitimação da violência; porém precisam ser controlados, selecionados, organizados e redistribuídos com apoio de procedimentos que eliminem os seus perigos e poderes. Uma das verificações deste estudo foi a de que, quando a violência que envolve adolescentes e jovens é pautada pela imprensa, esta continua tendo dificuldades em alcançar uma informação de qualidade, diversa e propositiva; faltam opinião, contestação e argumentação profundas.

No quinto e último capítulo são elaboradas nossas considerações finais, apresentando nossas percepções gerais e perspectivas futuras para a presente pesquisa.

2 SOCIABILIDADES E VIOLÊNCIA URBANA

Neste capítulo, propomos apresentar a realidade, em números, da violência urbana no Brasil e seus principais atores. Partimos de comparativos de dados atuais e anteriores, além de posicionar o Pará no ranking de estados brasileiros citados no “Atlas da Violência 2019”. Nesse contexto, apresentamos Andreza Ariane Castro de Sousa, conhecida como “Senhorita Andreza”, sujeito da nossa pesquisa, e contar a história midiaticizada da jovem, desde que ela saiu do anonimato da periferia belenense até as repercussões do seu assassinato.

A história dessa jovem é marcada por aspectos da violência urbana presentes na sociedade contemporânea e expõem a realidade negativa vivida por jovens brasileiros envolvidos com a criminalidade e à mercê de uma falência da cidadania no Brasil.

O objetivo deste capítulo também é tratar a violência e seus desdobramentos para além de ponderações reducionistas de responsabilização particular e entendê-la na organização da sociabilidade influenciada pelo crime, considerando o espaço territorial, socioeconômico e os agentes envolvidos.

2.1 A violência em números

Na noite de 13 de abril de 2017, a confirmação do assassinato de uma jovem de 22 anos chamou a atenção de moradores da Grande Belém e movimentou as redes sociais – com compartilhamentos de textos, áudios, fotos e vídeos do crime –, além de equipes jornalísticas dos veículos de comunicação paraenses, que procuravam, ávidas, informações sobre o caso. A vítima era Andreza Ariane Castro de Sousa, conhecida como “Senhorita Andreza”. Ela foi executada com cinco tiros na cabeça e nas costas, por dois homens em uma moto, no bairro da Cabanagem, onde morava, na periferia da capital paraense. Segundo a Polícia Militar do Pará, a jovem estava na rua com uma amiga, quando começou a ser perseguida pelos criminosos. Andreza tentou fugir, mas foi alcançada, encurralada e não teve chances de defesa.

Assim como a morte de Andreza, o registro de centenas de outros crimes colocou o Pará em um ranking nada positivo: o Estado registrou aumento de 108,5% no número de homicídios, entre 2007 e 2017, quando a taxa por cada grupo de 100 mil habitantes pulou de 30,3 (2007) para 54,7 (2017), segundo o Atlas da Violência (2019). Com registro de 4.575 homicídios em 2017, o Pará aparece como sexto estado com maior

número de assassinatos, atrás de Bahia (7.487), Rio de Janeiro (6.416), Ceará (5.433), Pernambuco (5.419) e São Paulo (4.631), conforme Tabela 1. Os dados do Atlas mostram ainda que em todo o Brasil foram registrados, no período, 65.602 homicídios, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes, sendo o maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país.

Tabela 1 – Brasil: número de homicídios por UFs (2007-2017)

	Número de Homicídios											Variação %		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
Brasil	48.219	50.659	52.043	53.016	52.807	57.045	57.396	60.474	59.080	62.517	65.602	36,1%	15,0%	4,9%
Acre	137	133	153	165	164	208	234	232	217	363	516	276,6%	148,1%	42,1%
Alagoas	1.836	1.887	1.873	2.087	2.244	2.046	2.148	2.085	1.748	1.820	1.813	-1,3%	-11,4%	-0,4%
Amapá	172	210	190	260	209	253	225	256	293	381	383	122,7%	51,4%	0,5%
Amazonas	715	830	916	1.082	1.292	1.344	1.191	1.240	1.472	1.452	1.674	134,1%	24,6%	15,3%
Bahia	3.659	4.819	5.432	5.844	5.549	6.148	5.694	6.052	6.012	7.171	7.487	104,6%	21,8%	4,4%
Ceará	1.933	2.019	2.165	2.688	2.792	3.841	4.473	4.626	4.163	3.642	5.433	181,1%	41,4%	49,2%
Distrito Federal	711	812	882	786	902	954	837	843	742	760	610	-14,2%	-36,1%	-19,7%
Espírito Santo	1.877	1.947	1.985	1.792	1.672	1.667	1.622	1.609	1.450	1.270	1.521	-19,0%	-8,8%	19,8%
Goiás	1.521	1.792	1.902	1.979	2.272	2.793	2.975	2.887	2.997	3.036	2.901	90,7%	3,9%	-4,4%
Maranhão	1.127	1.277	1.398	1.519	1.591	1.777	2.163	2.462	2.438	2.408	2.180	93,4%	22,7%	-9,5%
Mato Grosso	889	937	1.000	972	1.009	1.074	1.158	1.358	1.203	1.180	1.102	24,0%	2,6%	-6,6%
Mato Grosso do Sul	710	699	725	656	673	683	630	700	634	671	659	-7,2%	-3,5%	-1,8%
Minas Gerais	4.125	3.889	3.742	3.646	4.262	4.562	4.717	4.724	4.532	4.622	4.299	4,2%	-5,8%	-7,0%
Pará	2.194	2.860	2.989	3.521	3.073	3.236	3.405	3.446	3.675	4.223	4.575	108,5%	41,4%	8,3%
Paraíba	864	1.029	1.263	1.455	1.614	1.525	1.551	1.551	1.522	1.355	1.341	55,2%	-12,1%	-1,0%
Paraná	3.105	3.445	3.698	3.586	3.376	3.489	2.936	2.980	2.936	3.080	2.759	-11,1%	-20,9%	-10,4%
Pernambuco	4.557	4.446	3.963	3.473	3.471	3.327	3.124	3.358	3.847	4.447	5.419	18,9%	62,9%	21,9%
Piauí	383	361	385	411	440	525	598	717	650	701	626	63,4%	19,2%	-10,7%
Rio de Janeiro	6.551	5.662	5.365	5.667	4.781	4.772	5.111	5.718	5.067	6.053	6.416	-2,1%	34,5%	6,0%
Rio Grande do Norte	589	714	800	810	1.054	1.124	1.447	1.602	1.545	1.854	2.203	274,0%	96,0%	18,8%
Rio Grande do Sul	2.199	2.380	2.242	2.085	2.077	2.382	2.322	2.724	2.944	3.225	3.316	50,8%	39,2%	2,8%
Rondônia	432	480	538	546	450	526	483	578	600	703	554	28,2%	5,3%	-21,2%
Roraima	116	105	118	121	95	144	214	158	203	204	248	113,8%	72,2%	21,6%
Santa Catarina	632	802	820	823	811	821	789	905	957	984	1.066	68,7%	29,8%	8,3%
São Paulo	6.437	6.332	6.557	6.039	5.842	6.566	6.035	6.185	5.427	4.870	4.631	-28,1%	-29,5%	-4,9%
Sergipe	522	555	653	676	731	879	965	1.097	1.303	1.465	1.313	151,5%	49,4%	-10,4%
Tocantins	226	237	289	327	361	379	349	381	503	577	557	146,5%	47,0%	-3,5%

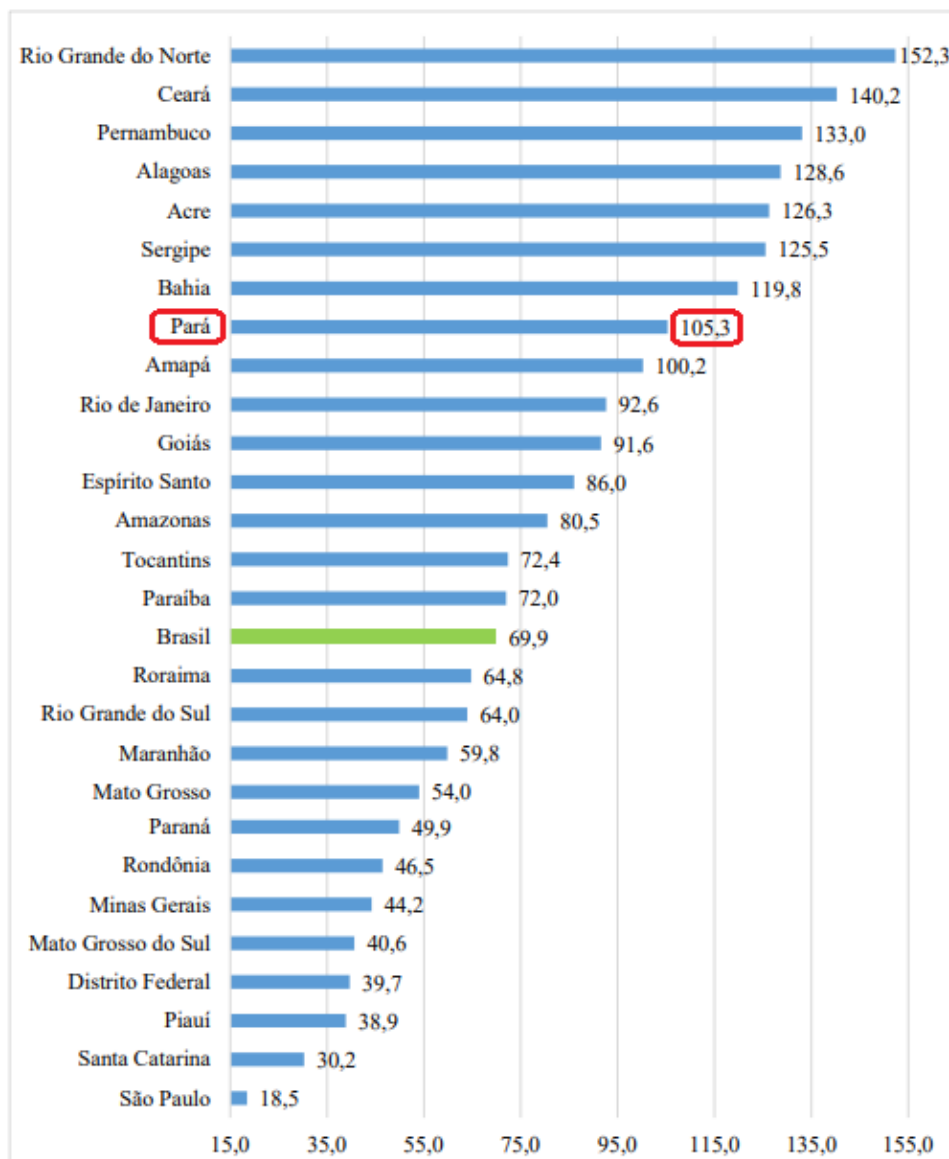
Fonte: Ministério da Saúde/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Ao considerar a violência letal entre jovens, o problema ganha contorno ainda mais dramático: em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no País, o que representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24, mesma faixa etária em que estava Andreza; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. Tal quadro do Ministério da Saúde faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017.

A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980, reforça o Atlas da Violência (2019). As taxas por 100 mil habitantes jovens admitem confrontar a relevância desse fenômeno nas diferentes unidades federativas do país. Em 2017, 15 estados apresentaram taxas de homicídios de jovens acima da taxa nacional de 69,9 por 100 mil. O Pará, por exemplo,

registrou taxa de 105,3, ficando na oitava posição entre os maiores números no Brasil, conforme ilustra o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Brasil: taxa de homicídios de jovens, por grupo de 100 mil, por UF



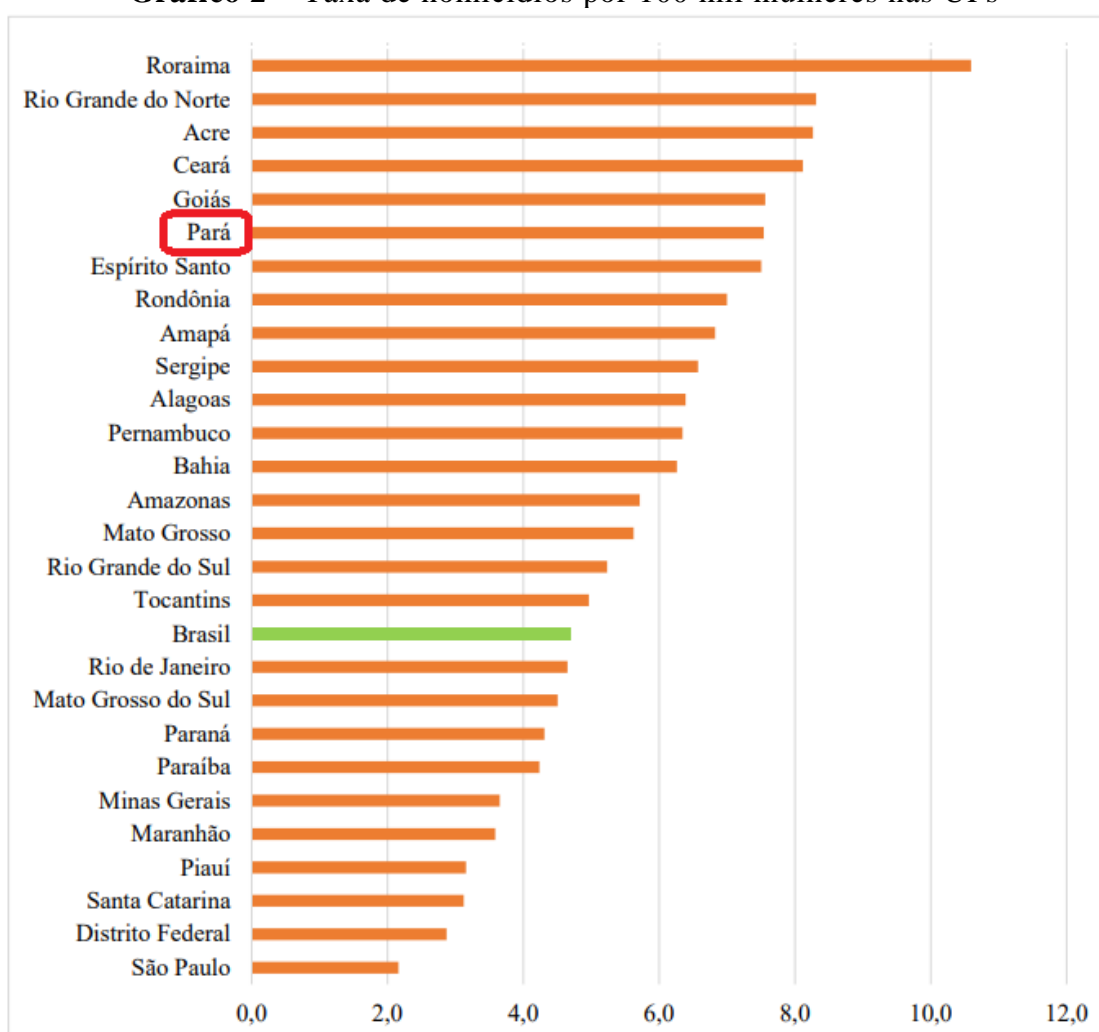
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. (2017)

Os números apontam a necessidade de políticas públicas direcionadas à redução de homicídios entre jovens, principalmente aqueles vitimados pelas mortes violentas intencionais.

Segundo dados do Atlas da Violência (2019), houve um crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no Brasil durante a década em análise. Em 2017, os assassinatos femininos chegaram a 13 por dia. Ao todo, 4.936 mulheres

foram mortas, o maior número registrado desde 2007. Esse aumento se dá sobretudo entre mulheres negras: elas viram seu número de homicídios crescer mais de 60% em uma década, em comparação com um crescimento de 1,7% nos assassinatos de mulheres não negras. No mesmo ano de morte da “Senhorita Andreza”, o Pará apareceu no sexto lugar no ranking entre os estados onde mais se matou pessoas do sexo feminino: uma taxa de 7,5 para cada grupo de 100 mil delas, quase o dobro da média nacional, de 4,7, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas UFs



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. (2017)

O cenário é grave e atinge um número cada vez maior de jovens. E, especificamente a morte de Andreza, foi um dos casos que tiveram grande repercussão e atenção por parte da mídia no Pará, que, dada a audiência e diversas manifestações do

público, relatou muitas ações da jovem desde seu aparecimento. A mulher negra e pobre da periferia passou a ser o centro de uma história trágica que foi acompanhada, por mais de um ano, pelo público e pela mídia, ambos tendenciosos a criminalizar a pobreza e os sujeitos pobres, como Andreza.

Mas a visibilidade midiática dada ao caso não teve a intencionalidade de questionar o papel do Estado e das políticas públicas que envolvem a área de segurança pública, nem tampouco o assassinato da jovem. Pelo contrário, as narrativas jornalísticas expuseram a jovem, mas numa perspectiva de espetacularização da violência e dos sujeitos nela envolvidos.

Tal exposição nos remete ao que reflete Zizek (2014) quando identifica as características da violência objetiva, subjetiva e simbólica:

Os sinais mais evidentes de violência que nos vêm à mente são atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais. Mas devemos aprender a dar um passo para trás, a desembaraçar-nos do engodo fascinante desta violência “subjetiva” diretamente visível, exercida por um agente claramente identificável. Precisamos ser capazes de perceber os contornos dos cenários que engendram essas explosões. O passo para trás nos permite identificar uma violência que subjaz aos nossos próprios esforços que visam combater a violência a tolerância (ZIZEK, 2014, p. 17).

Ou seja, observamos, a partir dessas reflexões, que a mesma mídia que “condena” os atos de violência contribuir para expor os mesmos atos e manifestações, reiteradamente, nas suas páginas. Afirma Zizek (2014, p. 19) sobre sua premissa subjacente para discutir a violência é de que há algo intrinsecamente mistificador numa consideração direta, isto é, “a alta potência do horror diante de atos violentos e a empatia com as vítimas funcionam inexoravelmente como um engodo que nos impede de pensar”. Para o autor, é necessário “resistir ao efeito de fascínio da violência subjetiva, da violência exercida por agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados e multidões fanáticas” (ZIZEK, 2014, p. 25). A violência subjetiva é tão somente, segundo Zizek, a mais visível, entre a objetiva e a simbólica.

2.2 Do anonimato à morte pública

Senhorita Andreza ficou conhecida pelo público em janeiro de 2016, quando circulou na internet um vídeo⁴ em que ela convidava pessoas para uma “social” (festa)

4 Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2w0eO8z>

em sua residência. No vídeo, a jovem divulgava, ao som de Tecnobrega (ritmo popular no Pará), as atrações do evento: “Vamo beber um chopp, cheirar uma ‘coca’ na ‘manha’, sem ‘embaçamento’. É, sem ‘embaçamento’. ‘Piriquita’? Vai ter muita; só as ‘despintadas’. Os cara doido? Também, vão tudo comparecer. Campinho pra legalizar a erva da Jamaica porque tem que ter (sic)”.

O vídeo foi parar nos principais sites e jornais do Pará e as expressões “sem embaçamento” e “social” romperam as fronteiras da periferia belenense e ganharam as redes sociais e as ruas da cidade. Contudo, as Polícias Militar e Civil também tiveram acesso ao material polêmico e Andreza acabou presa com outras três pessoas, suspeitas de terem envolvimento com tráfico de drogas. Ela foi indiciada por associação criminosa. Na casa onde ela morava, na época, policiais encontraram maconha, cocaína, munição para armas e materiais odontológicos.

Em depoimento, Andreza contou à Polícia que não havia festa programada e que as imagens foram gravadas meses antes de sua repercussão. Segundo ela, o vídeo foi uma piada em um grupo do aplicativo de mensagens WhatsApp. Sobre o material odontológico, ela pretendia atender pessoas em sua casa justificando que ela mesma trocava as “liguinhas” de seu aparelho ortodôntico e, por isso, poderia fazer o mesmo com os aparelhos de outras pessoas. Ela acabou indiciada também por exercício ilegal da profissão.

Já em sua primeira aparição, Andreza mobilizou grande reação e debate do público sobre o conteúdo do vídeo, reflexões sociais e experiências de vida dos sujeitos que acompanharam as postagens no Facebook do DOL, que teve 3,3 mil curtidas, 807 comentários e 243 compartilhamentos, conforme Figura 1.

Figura 1. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook.

 **Diário Online** 21 de janeiro de 2016 · 🌐

Ela chama os amigos dizendo: "Vamo beber um chopp, cheirar uma 'coca' na manha, sem embaçamento". Assista ao vídeo!



DIARIOONLINE.COM.BR

"Senhorita Andreza" convida para "social" com sexo e drogas

👍 3,3 mil 807 comentários 243 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

 **Mauricio Santos** Reflexo da condição de muitos jovens hj, sem perspectiva nenhuma de vida !
Curtir · Responder · 3 a 195

 **Keli Fernandes** Verdade. ..é a triste realidade dos jovens do nosso país. ..lamentável!
Curtir · Responder · 3 a 3

 **Elton Lima** Não por falta de opção que fique claro!!! Venho de família humilde, estudei sempre em escola pública e convivi com o crime ao meu redor no bairro onde moro, no bairro onde estudava assim como em toda a cidade, e não mudei para o lado do crime!
Curtir · Responder · 3 a 17

 **Victor Hendrix** Verdade Elton Marry Leticia isso prova que viver no crime não é uma consequência e sim uma escolha, uma opção!
Curtir · Responder · 3 a 5

 **Elton Lima** Exato Victor...
Curtir · Responder · 3 a 1

 **Roberttha Cantão** Elton Marry Leticia perfeitamente concordo com vc.
Nasci e fui criada no Guetto de marituba. Onde é considerado um dos municípios q mais tem criminalidade no estado do Pará , convivi e convivo com o crime ao redor até hje, não venho de família com alto poder aquisitivo.. no entanto não me misturei com a "banda podre", com os que optam pela vida fácil .

Fonte: DOL (2016)

Como pode ser constatado nos comentários, apesar de levantada a questão sobre falta de perspectiva de vida de muitos jovens no Brasil, os sujeitos também reforçam o discurso de que a violência e o crime são uma escolha de vida, de responsabilização individual, e não uma consequência de diversos fatores que colocam os jovens em situações de risco.

Voltamos ao diálogo com Zizek (2014), quando nos aponta e crítica aspectos éticos de nosso comportamento na contemporaneidade:

“Todos nós somos presas de uma espécie de ilusão ética, comparável às ilusões perceptivas. A causa fundamental dessas ilusões é que, embora o nosso poder de raciocínio abstrato tenha se desenvolvido enormemente, as nossas respostas ético-emocionais continuam a ser condicionadas por antigas reações instintivas de simpatia perante o sofrimento e a dor de que sejamos testemunhas diretas. É por isso que matar alguém à queima-roupa é, para a maioria de nós, muito mais repulsivo do que pressionar um botão que matará mil pessoas que não podemos ver” (ZIZEK, 2014, p. 47).

Andreza foi duramente criticada e teve sua situação evidenciada com piadas, memes e agressividade, o que nos leva a refletir sobre um dos traços da violência urbana: a articulação de relatos, interpretações, avaliações que expressam um debate a respeito de práticas ilícitas, as quais, dependendo dos contextos, podem envolver desde a simples incivilidade até a extrema crueldade, passando por variáveis graus de violência física, da qual, inclusive, Andreza também foi vítima, com seu assassinato. Ou então, indivíduos sendo tratados como inimigos, logo, não precisamos saber de sua história, pois não é dado a ela o direito de narrar sua vida.

Perspectiva essa que nos levam a dialogar com Jessé Souza e sua discussão sobre a “falsa” compreensão dos problemas sociais brasileiros, quando se acredita que o que falta é apenas uma “gerência” eficiente, a partir de uma visão economicista:

A crença fundamental do economicismo é a percepção da sociedade como sendo composta por um conjunto de homo economicus, ou seja, agentes racionais que calculam suas chances relativas na luta social por recursos escassos, com as mesmas disposições de comportamento e as mesmas capacidades de disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade. Nessa visão distorcida do mundo, o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média. Por conta disso, o miserável e sua miséria são sempre percebidos como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para

isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa “andar com as próprias pernas” (SOUZA, 2009, p. 17).

Quando na sua chegada à Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos, a jovem fez piadas e mandou um recado para os seus seguidores nas redes sociais: "Foi cancelada a ‘social’, porque a Militar e a Civil me pegaram. E agora foi com embaçamento, mano (sic)"⁵. O link da matéria do DOL com o vídeo foi publicado no Facebook⁶ e alcançou 3,8 mil reações, 378 comentários e 309 compartilhamentos.

Pouco tempo depois, exatamente no dia 16 de fevereiro, Andreza foi solta, mas a informação só chegou à imprensa 15 dias após a soltura. No dia 03 de março, junto com a notícia de que Andreza estava livre, também foi publicado novo vídeo gravado pela jovem em que ela anunciava que estava trabalhando, por meio de uma parceria com um estúdio musical, com gravações de áudios e vídeos que seriam divulgados em propagandas de festas de aparelhagem em Belém e no interior do Estado. Andreza dizia que estava “fechada com o certo”⁷, insinuando que estava longe do crime. As reações logo vieram. A postagem da matéria na fanpage do DOL⁸ alcançou 3,9 mil reações, 771 comentários e 684 compartilhamentos, com alguns comentários indignados com a liberdade de Andreza, conforme Figura 2:

5 Vídeo disponível em: <http://twixar.me/9p2n>

6 Postagem disponível em: <http://twixar.me/J1ln>

7 Vídeo disponível em: <http://twixar.me/VfHn>

8 Postagem disponível em: <http://twixar.me/VfHn>

Figura 2. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook

The image shows a vertical list of ten comments on a Facebook page. Each comment is contained within a light grey rounded rectangle. To the left of each comment is a small circular profile picture of the user. The text of the comments is as follows:

- Hans Calderaro Calderaro** Uma vez Malandra sempre Malandra. Não tem jeito isso so tem um vocabulário. TAVA LA EU. DE ROCHA. TA LIGADO. Eu to louco pra conversar com ela. (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Hellen Souza** Povo ainda da ibope p uma pessoa dessa. Fala sério! E por isso q país tá como tá. (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Carolina Amaral** Parabéns ao Dol por continuar promovendo isso , essas coisas que não soma nada em nossas vidas .. (Interactions: Curtir · Responder · 3 a, 1 like)
- Jéssica Rodrigues** Ta certo deixa a moça Trabalhar... Todos merecemos segunda chance na vida 🍌🍌🍌🍌 (Interactions: Curtir · Responder · 3 a, 2 likes)
- Marcelo Amorim** Parabens a senhorita andreza por fazer do estado um palhaço.ta nem aí pro judicial!!! (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Alã Michel** Grande personalidade do crime,inspirando as adolescente,divulgando esta linguagem que antes era usado entre pessoas envolvidas no mundo obscuro do crime,e agora gírias estas estão sendo popularizadas,onde crianças e adolescentes usam sem saber o verdadeiro significado... (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Augusto Campello** Estas leis servem pra nada (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Etelvina Ferreira** Esse país que moro e uma vergonha.Prendem hj e soltam amanha.kkkk (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Aline Malato Boulhosa** Kkkkkkk sem embaçamento kkkkkk daqui a pouco vai virar candidata nas próximas eleições kkkkkkkkk (Interactions: Curtir · Responder · 3 a, 3 likes)
- Romulo Freitas** Agora criminoso vira celebridade. (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Tereza Barros** Esse e o nosso país! (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Stockle Lu** Que absurdo . (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)
- Claudia Magalhães** E o fim do mundo ! (Interactions: Curtir · Responder · 3 a)

Fonte: DOL (2016)

Em entrevista⁹ ao jornal Diário do Pará, o produtor e proprietário do estúdio falou sobre o que esperava do futuro profissional da ex-detenta e contou que resolveu dar uma “oportunidade para ela esquecer o mundo que vivia e tudo o que aconteceu”. Ele explicou que a jovem receberia, em média, R\$ 50 para gravar áudios e cerca de R\$ 70 por vídeos de 30 segundos. A entrevista foi para a fanpage do DOL¹⁰ e obteve 1,9 mil reações, 330 comentários e 141 compartilhamentos.

Foi, então, que, já “famosa”, Andreza Ariane Castro de Souza decidiu testar sua popularidade nas eleições municipais ao aceitar o convite para filiar-se ao grupo União da Juventude Socialista (UJS), vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), no dia 2 de abril de 2016. Na ocasião, ela anunciou que colocaria seu nome como opção do partido como candidata à vereadora de Belém. A notícia desencadeou uma onda de manifestações nas redes sociais, chegando a 3,7 mil reações, 1,8 mil comentários e 2,4 mil compartilhamentos no Facebook do DOL¹¹.

A repentina popularidade da jovem, independente do contexto de sua aparição, foi utilizada como instrumento na política. Então, no dia 13 de julho, o DOL divulgou o lançamento da pré-candidatura de Andreza como candidata à vereadora de Belém, ocorrido dois dias antes, em uma festa de aparelhagem em uma casa de shows da capital paraense. Os registros fotográficos foram compartilhados por Andreza em seu perfil nas redes sociais, conforme Figura 3:

9 Disponível em: <http://twixar.me/qfHn>

10 Postagem disponível em: <http://twixar.me/G3Hn>

11 Postagem disponível em: <http://twixar.me/51In>

Figura 3. Captura de tela da página de Andreza no Facebook



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018)

A matéria divulgada no Facebook do DOL rendeu muitos comentários e duras críticas.
Ver Figura 4:

Figura 4. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook

The image shows a vertical scroll of comments on a Facebook page. Each comment includes a profile picture, the user's name, the text of the comment, and interaction options like 'Curtir' (Like) and 'Responder' (Reply). The comments are dated '2 a' (2 days ago). The comments are as follows:

- Michael Becker Souza**: Esse é o retrato do nosso Brasil . Esse é o futuro que vocês querem p/os filhos de vocês? (390 likes, 30 replies)
- Cristine Vulcão**: Se o tal Gordo do Aurá(um dos maiores se não o maior dos traficantes de Ananindeua) conseguiu ser eleito, não duvido que ela tb não consiga. É triste, chega a ser assustador. 😞 O Brasil tá cada dia pior, a humanidade está se auto destruindo 😞 (34 likes, 8 replies)
- Lucia Saiz**: Que vergonha de pais , como pode uma pessoa ligada ão crime ser candidata a vereadora?? Só no Brasil mesmo ! (58 likes, 13 replies)
- Jales Eduardo**: Infelizmente ela é a cara da política brasileira de hoje.... e a culpa é do povo que tb é o reflexo de tudo isso... (1 like)
- Carlos André Oliveira**: É como eu digo o Brasil não tem jeito, e dizer que o futuro esta nas criança, o problema que são poucos (1 like)
- Márcio Silva**: E um absurdo ela ser candidata, mais os que estão hoje na sena política são do mesmo nível que a senhorita em questão. (1 like)
- Elcimara Lima**: Eu não acredito que vão deixa isso acontecer.Fala serio neste País todo mundo pode se candidatar e ninguém faz nada (5 likes)
- Douglas Bonifácio**: Quem entende um pouco de política, sabe que ela serve de massa de manobra para aprovação de projetos de interesse privado e político, claro que ela receberá a sua ponta por isso, porque a hipocrisia é o lema do jogo político. (5 likes)
- Louis Sade**: Agora ela quer se ligar no crime de verdade. Cansou de ser peixe pequeno e quer fazer a festa no aquário de peixes grandes! (2 likes, Edited)
- Alessandro N. Siqueira Nascimento**: E incrível a capacidade do ser humano de querer andar pra trás. Precisamos de pessoas serias na política não e esse tipo de pessoa. A não ser que tome juízo e faça a diferença como fez tiritica. (2 likes, Edited)
- Antonio Carlos**: Já está eleita,se depender da malandragem tem gente que gosta de representantes assim,fazer o que só lamentar (2 likes)
- Anderson Ribeiro**: Tudo isso é nossa culpa la atrás, ainda ha tempo de mudar isso vamos analisar de fato quem sao os politicos vamos investigar a vida deles pq é pra nos mesmo se vamos nos revoltar la nas urnas vamos mudar isso so nos podemos...

Fonte: DOL (2016)

Andreza resistiu e, durante campanha eleitoral, contou um pouco de sua origem pobre, das dificuldades para sobreviver. Ela lembrou que os jovens de sua periferia não possuíam espaços para lazer, esporte e cultura: “prato cheio para criminalidade” e desejava articular com a Prefeitura de Belém, entre outras idealizações, a realização de projetos sociais voltados para os jovens. A linguagem utilizada no texto era muito diferente da empregada pela jovem nos vídeos anteriores. Ver Figura 5.

Figura 5. Captura de tela da página de Andreza no Facebook

Senhorita Andreza

Página inicial

Sobre

Fotos

Vídeos

Publicações

Comunidade

Curtir Seguir Compartilhar

Ver mais 46 comentários 2 de 54

Senhorita Andreza
18 de agosto de 2016 · 🌐

POR UMA BELÉM SEM PRECONCEITOS

Sou a Srta. Andreza, tenho 21 anos, mãe de uma bebê de 3 anos. Sempre morei na Cabanagem, bairro de um povo simples e trabalhador, que rala pra sobreviver com muita dificuldade. Não temos saúde e educação pública de qualidade, nem creches para as nossas crianças; nossas ruas são mal iluminadas e alagam quando chove; a violência tomou conta da cidade! Nós, jovens, não temos espaços de lazer, esporte e cultura: prato cheio para a criminalidade.

Essa é a dura realidade de toda periferia de Belém! Precisamos de mudança! Juntos, podemos construir uma cidade melhor para viver, mas isto só é possível se vencermos o ódio, o preconceito e construirmos pontes ao invés de barreiras. Por isso, decidi ser candidata a vereadora de Belém. Sei que não é fácil, mas para nós da periferia nunca foi fácil! Minha vida toda lutei muito para sobreviver. Trabalhei como manicure com vendas e sempre me esforcei para sustentar minha filha. Na minha vida, às vezes erre e acertei. Agora, estou com o olhar no futuro, confiante que podemos ajudar outros jovens a vencer suas dificuldades! Juntos, somos fortes! Então, vem com a gente fazer a diferença!

65100 preconceito! 65100 embaçamento!

Conheça nossas propostas:

1. Lutar pela construção de creches nas periferias de Belém;
2. Exigir da prefeitura espaços de esporte, lazer e cultura para a juventude. As praças precisam ser um espaço atrativo para a população.
3. Propor que as escolas públicas sejam abertas nos finais de semana para a realização de projetos sociais, culturais e esportivos;
4. Cobrar da prefeitura saneamento básico e melhoria dos serviços de limpeza nas comunidades. O povo já não aguenta mais os alagamentos!
5. Lutar pela melhoria da iluminação pública em toda cidade;
6. Articular com a prefeitura a realização de Programas Sociais voltados para os jovens, para afastá-los do mundo das drogas e da criminalidade;
7. Defender educação e saúde pública de qualidade;

Srta. Andreza 65100 embaçamento

PREFEITO LÉLIO VICE-LÍDIA MENEZES 65 ANOS INOVAR!

por uma Belém sem preconceitos!

👍👍👍 226 38 comentários 13 compartilhamentos

Fonte: Fanpage Senhorita Andreza (2016)

A falta de envolvimento anterior de Andreza com questões sociais e políticas gerou desconfiança em relação à sua candidatura. A vontade de ser defensora dos interesses dos cidadãos também não passou credibilidade e, apesar do esforço em conquistar o público com os projetos anunciados e bandeira de mudança, a jovem não conseguiu ser eleita com os 789 votos recebidos.

Pouco tempo depois do resultado da eleição, Andreza levou outro duro golpe: seu companheiro, pai de sua filha, Huanderson Ferreira Ramos, de 22 anos, foi assassinado, no dia 23 de dezembro de 2016, com 10 tiros, na passagem Bom Sucesso, entre as avenidas Independência e Boa Esperança, no bairro da Cabanagem, em Belém. De acordo com a Polícia Militar, ele foi executado pelas costas, incluindo tiros na cabeça. Senhorita Andreza esteve no local e chorou pela morte do companheiro. Ela precisou ser amparada por parentes, que a tiraram do local. A postagem da morte de Huanderson no Facebook do DOL¹² gerou 7,8 mil reações, 1,1 mil comentários e 1 mil compartilhamentos.

Irreverente, Andreza continuou no foco da imprensa e da Polícia. No dia 03 de fevereiro de 2017, foi autuada, no distrito de Mosqueiro, por desacato à autoridade. Ela teria ofendido policiais militares durante uma abordagem na praia do Farol e foi encaminhada para a Seccional de Mosqueiro, mas liberada em seguida. A ocorrência também virou publicação no DOL.

Andreza Ariane Castro de Sousa não teve tempo de lutar pelo que anunciou durante a candidatura a vereadora. No dia 13 de abril de 2017, foi assassinada a tiros, também no bairro Cabanagem, em Belém. Segundo a PM, ela foi abordada por dois suspeitos. Como dito antes, Andreza tentou fugir, mas foi alcançada e executada a tiros. A publicação no Facebook do DOL¹³ teve 12 mil reações, 2,1 mil comentários e 3,8 mil compartilhamentos.

Na ocasião, o PCdoB atribuiu a morte de “Senhorita Andreza” à milícia, alegando que milicianos estavam “dizimando os jovens negros e os pobres nas periferias de Belém”. A nota à imprensa do partido foi divulgada pelo DOL¹⁴.

Um dia após sua morte, a Polícia Civil informou à reportagem do DOL que não tinha pistas do paradeiro dos suspeitos do assassinato de Andreza. Dois anos após sua

12 Postagem disponível em: <http://twixar.me/p11n>

13 Postagem disponível em: <http://twixar.me/mRp1>

14 Postagem disponível em: <http://twixar.me/W531>

morte, o DOL fez uma retrospectiva do caso, destacando que nenhum suspeito do crime havia sido preso¹⁵.

A história de Andreza está longe de ser um caso isolado no Pará e no Brasil. Adolescentes e jovens de periferia vivem em um cotidiano de invisibilidade, violência, vulnerabilidade, desigualdades, criminalização, longe de ações e políticas públicas de inserção na sociedade e no mercado de trabalho, por exemplo. Inúmeras dificuldades sociais e econômicas colocam pessoas como Andreza à margem de garantias institucionais básicas e, portanto, propensas a processos de exclusão – que são acentuados nos jovens e vêm fortalecer, no imaginário social, a representação de jovem pobre, morador da periferia com violência e periculosidade (SALLES; SILVA; FONSECA, 2014).

2.3 DOL, o veículo que destacou o ano de “Senhorita Andreza”

A história de jornais e emissoras de televisão que exploram casos de violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fatos e fotos chocantes não é recente. Porém, o que antes era restrito às páginas de cadernos policiais e programas sensacionalistas ganhou um novo meio de propagação com a disseminação e a popularização do acesso à internet, que permitiu e acelerou a criação de novas formas de interações humanas através de mensagens instantâneas, fóruns de discussão e redes sociais, entre outros.

Seguindo uma tendência mundial, os veículos de comunicação no Brasil aderiram à rede para entrar na era digital. Na década de 1990, houve uma verdadeira revolução no jornalismo com a criação dos primeiros portais de notícias. Os tradicionais Jornal do Brasil, O Globo e Folha de São Paulo utilizavam a internet para transpor o conteúdo veiculado nos meios impressos. Com a evolução das ferramentas de publicação e o número crescente de internautas no universo online brasileiro, esses veículos perceberam a necessidade de nutrir uma nova massa de leitores com conteúdo específico em suas publicações digitais.

No Pará, a novidade demorou a ser implantada. Somente em 2010, o Grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (Grupo RBA), que já detinha produtos impresso, TV e Rádio, criou o Portal DOL, o primeiro no Estado a seguir o padrão dos grandes veículos nacionais: primeiramente, houve o período em que eram postadas no site as notícias do jornal impresso Diário do Pará. Após a inauguração oficial, o DOL se dedicou a reunir vários formatos

15 Matéria disponível em: <http://twixar.me/1531>

jornalísticos (textos, vídeos, áudios etc.), tudo ao mesmo tempo, com a finalidade de informar, entreter e atrair o internauta a qualquer hora do dia.

Cabe ressaltar a tradicional linha editorial utilizada pelo Grupo RBA em seus produtos: a grande maioria de cunho popular e sensacionalista, que explora a cobertura policial e os acontecimentos relacionados à criminalidade. Na TV, a grade da emissora possui diversos produtos policiais, a exemplo: Barra Pesada, Cidade Contra o Crime, Brasil Urgente, Metendo Bronca e Rota Cidadã 190. No impresso, o jornal Diário do Pará possui um caderno, de veiculação diária, específico para narrar crimes e tragédias, conforme pode ser observado nas análises de Costa (2018), sobre as narrativas de violência das editorias de polícia e dos programas populares desse Grupo:

As narrativas midiáticas, apelam, sobretudo, para as sensações e a construção negativa de sujeitos, instituições e lugares, em que as diferenças culturais ou sociais são afirmadas, diferenciadas e discriminadas como processos de significações e de exclusão. Ou seja, são caracterizados os sujeitos de ‘bem’ e os sujeitos do ‘mal’, aqueles que merecem ser protegidos e defendidos, em detrimentos daqueles que devem ser punidos, sem considerar o contexto dos atos ou dos aspectos jurídicos legais (COSTA, 2018, p. 110).

Do mesmo modo, acrescenta a pesquisadora, as narrativas midiáticas misturam o factual com o ficcional e, através do medo, constroem a ideia compartilhada segundo a qual “o bandido bom é o bandido morto”¹⁶.

A evolução do DOL não tem se demonstrado diferente desse formato, que parece ser bem aceito pelo seu público: nos primeiros dois meses de 2019, o site atingiu a marca de 46 milhões de visualizações de páginas: foram 26 milhões em janeiro e 20 milhões em fevereiro, sendo um total de 9,2 milhões de usuários únicos nesse período. Em 2018, foram 190 milhões de visualizações e 27 milhões de usuários únicos, segundo dados do Google Analytics (2019), repassados à pesquisadora pela equipe do DOL.

Com uma equipe composta por 24 profissionais, entre jornalistas e multimídias, o DOL provê atualizações constantes de conteúdo, entre 6h e meia noite, todos os dias, com informações de diversas editorias: famosos, esporte, economia, concursos, cidades, entre outros

¹⁶ 57% dos brasileiros defendem a afirmação “bandido bom é bandido morto”. O índice de concordância sobe para 62% em municípios com menos de 50 mil habitantes, segundo levantamento feito pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Nesta pesquisa, entre os homens, 60% concordam com a afirmativa e 32% discordam. Já entre as mulheres, 55% concordam e 36% discordam. Separado por idade, quanto mais velho, mais a expressão é aprovada. Entre 16 a 24 anos, 54% concordam. Já para os que têm 60 anos ou mais, 61% estão de acordo. Os dados fazem parte do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em novembro de 2016. A última atualização do documento, realizada em 2018, não trouxe dados sobre o assunto.

assuntos. Mas é a editoria de “Polícia” que gera, juntamente com a editoria “Fama”, as maiores audiências no site, segundo mensurações do Google Analytics (2019).

A partir desse cenário, percebemos o valor do que é elevado ao status de notícia, mesmo que os próprios jornalistas não percebam, devido à rotina intensa das redações, de que forma esses critérios se estabelecem. Autores como Schudson (2010), Lippman (2010), Marocco e Berger (2006), Souza (2006), Park (2008) e Wolf (2002) já propuseram inúmeros conceitos para explicar o que é notícia e por que determinados assuntos são considerados mais relevantes que outros a partir dos valores que o acontecimento carrega. Esses valores, no entanto, não constituem padrões a serem aplicados a todos os veículos de comunicação, muito embora apontem para o mesmo fim, que é a audiência.

Aliás, a audiência no DOL é bastante explorada com a utilização das redes sociais, como a fanpage no Facebook, de onde retiramos os conteúdos de análise desta pesquisa. Criada em 8 de junho de 2012, a página possui 727 mil seguidores e é alimentada 24 horas por dia, em intervalos, em média, de 15 minutos. São publicados conteúdos de diversos formatos, como uma estratégia para conquistar o público, com imagens, manchetes e descrições que chamam atenção e têm objetivo de incitar a aproximação do público, seduzir e torná-lo participante da história. A pesquisadora Costa (2018) identifica nessas narrativas jornalísticas alguns elementos centrais como a morte e o corpo, que são narradas a partir de uma superficialização, generalização e dessensibilização com o problema social violência.

[...] compreendemos assim, que a morte e o corpo nos jornais, constituem elementos centrais de atração e sedução do leitor, pois texto e imagem apresentam a violência praticada ou sofrida pelo sujeito envolvido. As capas e os conteúdos demarcam a violência cometida e sofrida, ao mesmo tempo: a morte grotesca, em que quase sempre os envolvidos (bandidos – expressão comum dos jornais) são culpados pelo que lhes aconteceu, e a violência dos sujeitos envolvidos teria como consequência a própria punição de suas vidas. De modo que, o corpo a que chamamos corpo da violência vai determinar a construção da narrativa impressa. Um corpo em que o cultural e o social inscrevem as suas leis sobre sua superfície com o critério de “valor notícia” dos cadernos policiais paraenses (COSTA, 2016, s/p).

O DOL retoma essas mesmas características das narrativas impressas no ambiente da internet, associadas, quando capturadas, com imagens audiovisuais.

Assaltos, roubos, sequestros, milícias, tráfico de drogas, prostituição, conflitos entre criminosos constituem um amplo mapa de condutas – nenhuma, isoladamente, representa uma novidade – que adquirem sentido a partir do enquadramento operado através da linguagem da violência urbana. Enquadramento este que foi realizado pelo DOL ao narrar, mediar e

mediatizar os acontecimentos da vida de “Senhorita Andreza”. É importante lembrar, conforme escreve Lima (2008, p. 529), que com o advento da instituição mídia, um evento para ser público não está limitado à partilha de um lugar comum, mesmo estando distante no tempo e no espaço, pois “a mídia não só suplementa a forma tradicional de constituição do “público”, mas também a estende, transforma e substitui. O “público” agora é mediatizado” (grifos do autor).

Desde 2016, o DOL publicou 18 matérias com desdobramentos da vida de Andreza. Desse total, 16 foram compartilhadas no Facebook, gerando, ao todo, 70.297 reações, 13.855 comentários e 16.495 compartilhamentos, conforme Apêndice 1.

2.4 Violência urbana x cidadania

Recorremos a Porto (2010) para tentar compreender o fenômeno da violência e as sociabilidades dos indivíduos que são marcadas entre exclusão e inclusão. Evidente, conforme escreve a socióloga, os excluídos dos direitos civis tornam-se alvos, ou atores, mais imediatos da violência. Assim, nos conduz a pensar:

igualmente, sobre aspectos, manifestações e contextos de violência cujos protagonistas encontram-se, também, em camadas ou grupos sociais normalmente considerados como incluídos. Ou, seria talvez mais pertinente pensar contextos e situações nos quais inclusão e exclusão, concebidas como categorias que perpassam dimensões econômicas tanto quanto sociais e culturais de um dado espaço social, podem se entrecruzar no decurso de um mesmo sistema de ação de um ator social, individual ou coletivo (PORTO, 2010, p. 187).

A abordagem da socióloga, segundo sua justificativa, caminha

pela impossibilidade de circunscrever a análise do fenômeno a qualquer categoria de caráter unificador, mas, também, pela necessidade de explorar novos ângulos desta análise que conduzam a refletir a violência através de uma relação dinâmica entre inclusão e exclusão, apreendidas não mais como formas dicotômicas e excludentes mas, ao contrário, como categorias integrantes de uma mesma dinâmica, na qual atores sociais podem vivenciar alternadamente formas de inclusão/exclusão decorrentes de processos sociais fragmentados, diferenciados e plurais (PORTO, 2010, p. 188).

Ao contextualizar a situação do Brasil, dirá Porto, que está havendo uma ressignificação da violência, frente a um contexto de globalização. Ou seja, não uma violência no conceito sociológico, “mas de uma categoria empírica de manifestação do social, sua compreensão é

dependente dos arranjos societários de que emerge. Daí a recorrência das análises onde a violência é caracterizada como algo ambíguo, relativo” (PORTO, 2010, p. 189). Ou então, as condições a partir das quais a violência é apreendida como tal.

Assim, devemos analisar a violência considerando o seu uso político em contextos sociais distintos, na interpretação de Porto a partir do pensamento de Michaud:

a noção de violência é... por princípio ambígua, sua significação é estabelecida por procedimentos políticos segundo o grupo que, em um dado momento, tem o poder de rotulá-la contra outros (grupos)... pode aparecer e desaparecer segundo quem fala. Concretamente, isto significa que ela pode continuar sendo o que é ainda que nem sempre seja reconhecida ou desconhecida como tal. As multidões de torcedores de equipes esportivas não cometem violências mais ‘depredações em função da má educação do público esportivo’. As brigas que se seguem aos bailes de sábado à noite tornaram-se violência, ao passo que durante muito tempo elas eram apenas parte do folclore do alcoolismo nacional. De maneira menos benevolente, um opositor político pode ser, segundo o caso, um criminoso, sujeito ao direito comum, um terrorista, um dissidente, um contestador ou um esquizofrênico; não se trata simples mente de uma questão de palavras: pode-se aperceber disso a partir do tipo de ‘tratamento’ a que será submetido” (MICHAUD apud PORTO, 2010, p. 190).

Distante de tencionar algo novo no horizonte das questões relativas ao homem e à violência urbana revela-se um corte conhecidamente perverso, que fere os seus direitos de cidadania e nos deixa perplexos frente a situações cruéis, tamanha a irracionalidade que a gera.

Enquanto elemento histórico e de desenvolvimento excepcional, a violência urbana envolve variadas perspectivas e análises. É necessário, segundo Steinberger e Cardoso (2005, p.88), considerar essa categoria restrita em termos geopolíticos, ou seja, encará-la para além de julgamentos reducionistas de responsabilização individual.

Para Ferreira e Penna (2005):

Tradicionalmente, a violência costuma ser relacionada à pobreza, à exclusão social, à omissão do Estado, à ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização que cria os enclaves de pobreza e as periferias. A complexidade e o crescimento da violência nas cidades têm levado a considerá-la como o resultado da junção de todos esses aspectos, facetas do processo social. É no território que esses diferentes aspectos do processo social se articulam, interpenetram-se, completam-se e contradizem-se. Admite-se então que a violência também se territorializa (FERREIRA E PENNA, 2005, p. 60).

A partir da fala dos autores, é possível pensar na situação de vida de “Senhorita Andreza”: a jovem pobre da periferia, que foi mãe ainda adolescente, sem estudo, sem boas condições de moradia e de vida sujeita às consequências da ausência do poder público e de

políticas inclusivas, como milhões de brasileiros espalhados pelo país, integrando os índices e as estatísticas de violência. Por outro lado, não se pode negar também o comportamento agressivo da jovem, no próprio incitamento de atitudes violentas. Ao mesmo tempo que sofria violência a jovem também a praticava, quando assumia ações ilícitas nas relações de sociabilidade.

Como bem lembra Porto (2010, p. 195), a violência contemporânea possui novos contornos que a diferenciam das formas tradicionais de manifestação. Ou seja:

Convive com estas, mas também contribui para sua destruição, deslocamento e redefinição. Tais contornos vinculam-se a duas ordens de fatores. Em primeiro lugar, à questão dos valores. [...] fragmentação sociocultural, ausência de uma representação unificada do social, ausência de pontos fixos de referência norteadores de conduta, são expressões de uma fragmentação valorativa, com repercussões, por exemplo, nos processos de construções identitárias. Em seguida, ao modo como a violência, enquanto manifestação das mudanças do mundo contemporâneo, estaria relacionada à questão da legitimidade, das formas como ela é percebida e do conteúdo mesmo da noção de legitimidade.

Violência essa que assola as cidades e assombra a cada dia. Ela tem seu lugar no espaço urbano, mas também está presente nos lares e nas formas consideradas mais "tênuas", como as humilhações, os preconceitos, o desrespeito às minorias, o cerceamento das formas de expressão. Ou seja, uma tradução simples e clara com base em experiências de uma vida marcada por privações e violação de direitos.

Ao ser analisada como um movimento social complexo e com diferentes significados, a violência se expressa como um fenômeno que ultrapassa a concepção de saúde pública, defendida por algumas teorias. Precisa-se considerar que as causas externas (aspectos sociais, estruturais, culturais, políticos e econômicos) são contribuintes para uma análise interdisciplinar da violência (MINAYO e SOUZA, 1998 apud BAIERL, 2004, p.53).

Segundo Costa (2016, s/p), “qualquer reflexão sobre a violência pressupõe o reconhecimento da complexidade, polissemia e controvérsia do objeto em análise”. Continua afirmando que a “interpretação de suas múltiplas faces tem gerado grandes discussões entre os estudiosos, com objetivo de alcançar definições consensuais”.

O fato é que a violência atravessa a sociedade brasileira de múltiplas maneiras, criando sentidos e práticas nos sujeitos que a sofrem e/ou que a praticam. Toda a experiência histórica de violência e cidadania escassa leva, assim, muitos setores da sociedade a traduzirem de forma

recorrente e submissa as dificuldades de construção da democracia. Sales (2007) dá um significado para violência:

A violência é manifestação do poder, expressão de como as relações sociais estão aqui organizadas, de como o capitalismo se engendrou e se perpetua no país. É exploração, opressão e dominação, mas não somente força pura, é também ideologia e sutileza (SALES, 2007, p.59)

As pesquisas sobre essa temática são férteis e receberam subsídios de muitos pensadores ao longo do tempo. Autores como Bauman, Giddens, Chauí, Porto, Carvalho e Fausto Neto compartilham a preocupação com os avanços da violência, discutindo aspectos gerais e sociais de seus efeitos (CARVALHO, 2002). Além disso, o conceito de violência abarca os campos sociológico e antropológico:

Sociológico por admitir diferença de interpretações, destacando que um sistema é constituído de variáveis associadas ao meio ambiente, equilibrando o comportamento em sociedade; e antropológico porque os instintos são entendidos como derivados da cultura, o que torna o desconhecido hostil, originando a agressão, a ira e o combate. (CARVALHO, 2002, p.1).

Concordamos com Sales (2007) ao reforçar que, embora seja estruturalmente produzida pelas elites, como um dos mecanismos que sustentam e fazem a política e a economia, a violência não é herança exclusiva: reproduzida pelos mais diversos estratos sociais, tende a ser associada de maneira reducionista e investida, pelo senso comum, aos pobres e miseráveis, vistos como “classes perigosas” e de onde provêm os “maus elementos” (SALES, 2007, p. 59).

A autora ressalta que, no Brasil, as históricas e profundas desigualdades sociais e o atual contexto de neoliberalismo econômico e redesenho do papel do Estado ocorrem de forma especialmente deprimente nas famílias em situação de pobreza e que, dentro dessas, a infância e a juventude estão particularmente mais vulneráveis, haja vista a sua condição peculiar de desenvolvimento físico e psicológico e sua maior exposição às diversas formas de violência.

Diante do cenário de carência da cidadania, a condição de adolescentes e jovens no Brasil coincide com expressões acentuadas da violência social¹⁷, a compor um incoerente quadro de “invisibilidade social” (SOARES, 2000) desse extenso grupo somente rompido em momentos de crise, conflito e violência extrema, sofrida e praticada por ele, no auge da exclusão

¹⁷ Violência social envolve questões como a desigualdade, o desemprego, a precarização do trabalho, a degradação das condições de vida, incivilidade, a alienação no trabalho e nas relações, o menosprezo por valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo, dentre outras (MINAYO, 1994; TELLES, 2001).

social. A realidade de largas parcelas da infância brasileira e suas famílias, relegadas a um cotidiano de risco pessoal¹⁸ e múltiplas vulnerabilidades (CASTEL, 1998) exige, deste modo, o cumprimento de constantes estudos, juntamente com o enfrentamento político, social, econômico e cultural (SALES, 2007).

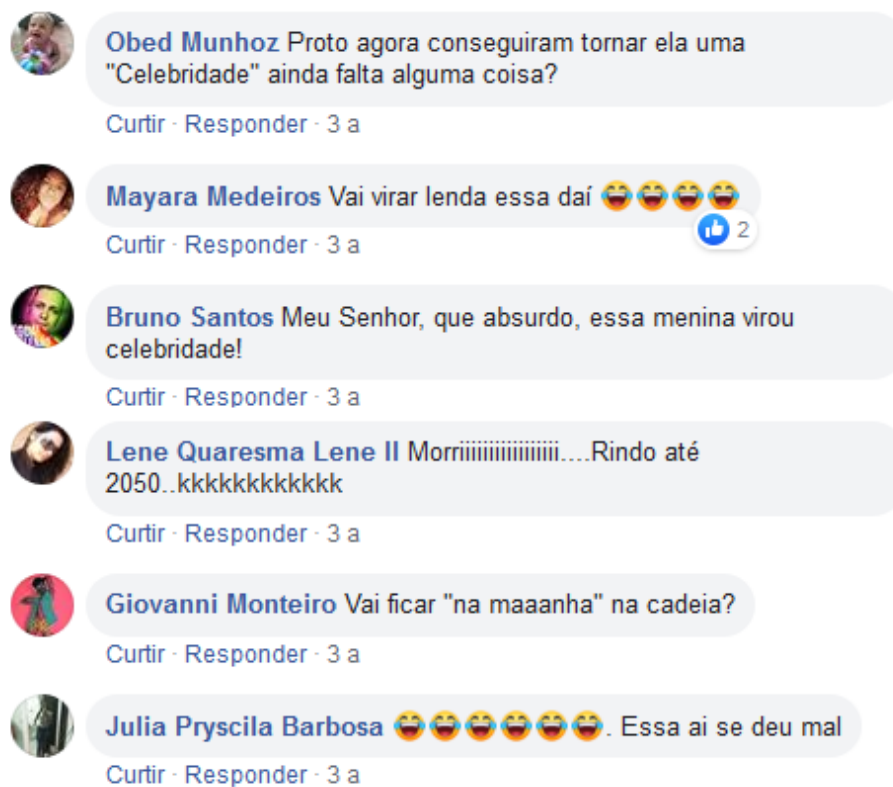
Discutindo a questão da exclusão social, Castel (2008) a conceitua como um estado de carência, privação material, segregação, discriminação e precariedade, e aponta que sua análise pode esconder um processo de "integração perversa" (ZALUAR, 2004) dos jovens na sociedade, pois não há um "dentro" e um "fora", mas processos diferenciados de inscrição de determinados segmentos populacionais na ordem vigente. Para o autor, essa exclusão remete a um processo de "desfiliação", ou seja, de perda de vínculos.

Nesse sentido, é possível pensar em como Andreza mostra traços de uma vida limitada a um nicho social, econômico e cultural, com expressões, comportamentos, rotinas próprias. Mesmo entre os próprios grupos, a representação do jovem de periferia parece existir. Os jovens constroem estereótipos¹⁹ uns sobre os outros, discriminam-se entre si e se julgam de forma preconceituosa (SALLES, SILVA, FONSECA, 2014). Foi o que aconteceu quando Andreza anunciou, no dia 22 de janeiro de 2016, que havia sido presa pela Polícia. Muitos sujeitos na internet viam o caso como comédia, esnobavam, sem realizarem uma reflexão da real situação em que aquela jovem se encontrava, conforme Figura 9. A postagem "Presa, senhorita Andreza cancela a 'social'" teve 3,8 mil reações, 309 compartilhamentos e 378 comentários no Facebook do DOL.

¹⁸ A noção de risco social é vista como a probabilidade da ocorrência de algum evento indesejável, inter-relacionada a uma rede de fatores socioeconômicos, culturais, políticos, históricos e ambientais. Sendo assim, o fato de as famílias com crianças e adolescentes das classes trabalhadoras se depararem com circunstâncias especialmente difíceis para cuidar de seus filhos torna-os mais expostos ao sofrimento e à morte (Sales, 2007).

¹⁹ Bhabha (2010) diz que estereótipo se caracteriza como uma estratégia discursiva ambivalente, ou seja, paradoxal, pois tanto reivindica a fixação quanto o movimento. A ambivalência é quem valida as propriedades do estereótipo, a saber, a repetibilidade em conjunturas históricas e discursivas, os efeitos de verdade que carrega e as estratégias de individuação e marginalização que opera. Em suma, o autor argumenta que o estereótipo se trata de uma crença dividida e múltipla, que reivindica uma cadeia contínua e repetitiva de outros estereótipos.

Figura 6. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook



Fonte: DOL (2016)

Em um país distante de ações efetivas de cidadania, com misérias, exclusão, discriminação, desemprego, há o descrédito e a desconfiança de instituições políticas que, em muitos casos, assistem a violência e o crime crescerem a olhos vistos sem apresentarem ações e soluções concretas. No período da morte de Andreza, por exemplo, o PCdoB no Pará manifestou-se sobre o assassinato, simplificando a morte, e atribuindo o crime à ação de milícias. Segundo o partido, uma tatuagem de palhaço com o rosto do personagem de quadrinhos Coringa, estampada no braço da jovem, foi apontada como possível retaliação dos milicianos, já que, na simbologia do crime, a tatuagem do palhaço é usada entre pessoas que cometem crimes contra policiais.

Aqui, percebemos aquilo que Zizek (2014, p. 59-60) chamará de a violência da linguagem, pois a morte de Andreza será justificada pela estampa do palhaço em seu braço. Ou seja, “a linguagem simplifica a coisa designada, reduzindo-a a um simples traço”. Ou então, não é a “realidade em si própria, em sua estúpida existência, nunca é intolerável: é a linguagem (sua simbolização) que a torna intolerável” (ZIZEK, 2014, p. 63).

Portanto, não é possível qualificar a violência entre uma “boa” e uma “má”, pois é:

Essencial definirmos a violência de tal modo que nunca possamos qualificá-la como “boa”. A partir do momento em que sustentamos a possibilidade de distinção entre uma violência “boa” e outra “má”, deixamos de poder usar adequadamente a palavra e caímos em um impasse. Acima de tudo, a partir do momento em que passamos a desenvolver critérios que permitam definir uma supostamente “boa”, cada um de nós poderá facilmente fazer uso dessa noção para justificar os próprios atos de violência (MULLER apud ZIZEK, 2014, p. 60).

2.5 Nada do que é humano nos pode parecer estranho²⁰

É novamente com o sociólogo Jessé Souza que refletimos sobre as manifestações públicas das pessoas contra o comportamento ou mesmo, contra a existência da senhorita Andreza:

O atual estágio do debate intelectual e público brasileiro apenas contribui para o desconhecimento sistemático do grande drama histórico da sociedade brasileira desde o início de seu processo de modernização: a continuação da reprodução de uma sociedade que “naturaliza” a desigualdade e aceita produzir “gente” de um lado e “subgente” de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos, que elegem os temas dignos de debate na esfera pública, assim como elegem a forma de (não) compreendê-los (SOUZA, 2009, p. 24).

A sociedade brasileira como um todo se depara com graves problemas de emprego, educação, saúde, economia e tantos outros que reforçam a desigualdade social e o descaso vivido por tantos cidadãos sem dignidade. Esse cenário acirra conflitos de muitas ordens e gera um campo fértil para a violência se alastrar, como o resultado de pouco investimentos em quesitos que garantam a cidadania. Muito do que se vê nos discursos e manifestações de sujeitos, como nas postagens sobre Andreza, objeto desta pesquisa, também são sequelas desta realidade.

Sentimos, então, a necessidade de repensar a realidade e as relações sociais que têm como enfoque também os conflitos sociais. O sociólogo Georg Simmel (2006) tece uma teoria da modernidade baseada na vivência do indivíduo, com preocupação voltada para o cotidiano e para as formas de socialização e conformações de grupos sociais.

²⁰ Parafraseando Publio Terêncio Afro, dramaturgo e poeta romano, 185 a.C. - 159 a.C.

Na atualidade, o entendimento sobre os conflitos sociais vem assumindo uma importância relevante para a compreensão da realidade social, na medida em que a violência estaria ocupando papel significativo e interferindo na própria rotina social.

Apesar da possibilidade de confusão, conflito social e violência não são sinônimos, segundo Simmel. O autor evidencia que o conflito possui aspectos negativos e positivos e argumenta que ele se reproduz junto às ações interativas e relações sociais, ou seja, em todas aquelas produzidas no interior da sociedade. E, quando avaliado enquanto uma forma social, segundo Carvalho (2007), o conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, quer sob as instituições, arranjos, estruturas, processos, relações e interações sociais.

Simmel alega que violência contemporânea se alimenta do caráter patológico do conflito. Não se trata de colocá-la no plano dos conflitos sociais sob um julgamento de um mal a ser combatido em nome da ordem social e muito menos destacá-la como um fator positivo e necessário à sociedade. É preciso compreender a violência como um conceito amplo, que corresponde às consequências da ausência de sociabilidade e reciprocidade dos conflitos sociais.

Conforme já citado anteriormente, a violência decorre de diversos fatores políticos, culturais, econômicos ou sociais que demarcam sua complexidade. E, ao recordar sobre a formação social brasileira, observamos que o País carrega as marcas de uma ordem baseada no desmembramento social manifestado na escravidão, dependência externa e latifúndio monocultor, elementos que endossaram o preconceito e o racismo e reforçam critérios de uma “morte social”. Tais ingredientes tiveram, então, grande repercussão social e contundência ideológica sobre a existência de muitos indivíduos, pela acentuação da discriminação e exclusão social que incidem sobre as classes trabalhadoras (ADORNO, 1996; SANTOS, 1999). Não estamos nos contradizendo com as concepções de Porto, mas tentando construir um panorama teórico que permita uma interpretação do fenômeno violência e suas múltiplas manifestações.

Como nos lembra Souza (2009), no conflito é possível formar uma personalidade própria e singular, ou seja:

É o conflito, a luta entre necessidades, interesses ou ideias contraditórias que faz com que o indivíduo possa adquirir e formar uma personalidade própria e singular. É o conflito também que faz com que toda uma sociedade possa perceber e criticar os consensos perversos e desumanos que a perpassam e influenciam a sua história. Sem explicitar conflitos, tanto um indivíduo quanto uma sociedade estão condenados a repetir cegamente convenções e ideologias (2009, p. 48).

Continua o sociólogo, afirmando que é necessário refletir e reformular o que aprendemos com e sobre o senso comum:

Vimos que o senso comum é construído tanto por conhecimentos pragmáticos, que nos ajudam na vida cotidiana, quanto por ideologias e falsas ideias que mantêm a imensa maioria dos indivíduos — e no limite todos nós em alguma medida — presos a esquemas de comportamento e de interpretação do mundo e da vida superficiais de modo a legitimar o mundo como ele existe (SOUZA, 2009, p. 49).

Estão postas, então, as origens de uma sociabilidade autoritária, experimentada até a contemporaneidade: segregação racial, desapareço pela população desabastada, banalização da violência, práticas que estabelecem traços resistentes no inconsciente coletivo cultural. Essa situação pode facilitar o extravasamento de atitudes duvidosas, agressivas e violentas por parte dos sujeitos, daqueles que praticam e também daquele que são passivos da violência.

2.5.1 Violência urbana e desigualdade racial

O Atlas da Violência 2019 apresenta dados que constata a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil.

Segundo o estudo, em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros²¹, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, enquanto que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Isso significa que, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

Nos últimos dez anos, agravou o quadro de desigualdade de letalidade racial no Brasil. De 2007 a 2017, segundo o Atlas (2019), a taxa de homicídios de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Em relação à variação, apenas em 2017, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

Entre os estados brasileiros, o Pará ocupou a décima primeira colocação no ranking de homicídios de pessoas negras, com variação de mais de 112% em dez anos. Em 2007, foram registrados 1.953 homicídios de negros no Estado, contra 4.144 casos em 2017, conforme mostra o Gráfico 3.

²¹ Definidos como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde.

Gráfico 3 – Brasil: número de homicídios de negros por UF (2007-2017)

	Número de Homicídios por 100 mil Habitantes											Variação %		
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2007 a 2017	2012 a 2017	2016 a 2017
Brasil	30.523	32.702	33.929	35.480	35.616	38.755	39.169	41.941	41.592	45.378	49.524	62,3%	27,8%	9,1%
Acre	91	74	103	96	99	171	194	187	183	307	428	370,3%	150,3%	39,4%
Alagoas	1.247	1.536	1.595	1.696	2.013	1.905	1.962	1.947	1.656	1.757	1.740	39,5%	-8,7%	-1,0%
Amapá	140	196	168	205	179	215	177	232	264	362	351	150,7%	63,3%	-3,0%
Amazonas	648	767	846	980	1.131	1.183	1.026	1.102	1.338	1.324	1.516	134,0%	28,1%	14,5%
Bahia	3.116	4.137	4.741	5.145	4.780	5.358	5.072	5.419	5.446	6.512	6.798	118,2%	26,9%	4,4%
Ceará	1.367	1.377	1.360	1.711	1.647	1.921	2.213	2.507	2.272	2.512	4.905	258,8%	155,3%	95,3%
Distrito Federal	591	701	753	680	784	849	747	710	598	622	486	-17,8%	-42,8%	-21,9%
Espírito Santo	1.197	1.252	1.367	1.299	1.209	1.342	1.311	1.316	1.168	1.024	1.214	1,4%	-9,5%	18,6%
Goiás	1.052	1.309	1.446	1.533	1.721	2.134	2.268	2.198	2.263	2.349	2.284	117,1%	7,0%	-2,8%
Maranhão	962	1.097	1.210	1.341	1.364	1.555	1.895	2.179	2.118	2.097	1.968	104,6%	26,6%	-6,2%
Mato Grosso	615	687	738	722	740	794	860	1.022	931	922	850	38,2%	7,1%	-7,8%
Mato Grosso do Sul	369	361	399	374	416	447	400	432	405	415	418	13,3%	-6,5%	0,7%
Minas Gerais	2.776	2.628	2.507	2.515	2.906	3.200	3.350	3.412	3.300	3.346	3.146	13,3%	-1,7%	-6,0%
Pará	1.953	2.585	2.711	3.198	2.787	2.942	3.025	3.135	3.375	3.871	4.144	112,2%	40,9%	7,1%
Paraíba	759	928	1.153	1.325	1.441	1.295	1.292	1.342	1.306	1.187	1.227	61,7%	-5,3%	3,4%
Paraná	617	695	677	670	654	758	599	604	660	663	680	10,2%	-10,3%	2,6%
Pernambuco	4.032	3.888	3.460	3.000	3.013	2.991	2.796	2.907	3.373	3.858	4.720	17,1%	57,8%	22,3%
Piauí	310	299	318	327	355	453	489	589	544	606	549	77,1%	21,2%	-9,4%
Rio de Janeiro	4.169	3.593	3.430	3.684	3.161	3.228	3.492	3.954	3.517	4.363	4.650	11,5%	44,1%	6,6%
Rio Grande do Norte	424	558	612	633	813	861	1.124	1.304	1.283	1.553	1.928	354,7%	123,9%	24,1%
Rio Grande do Sul	440	471	445	436	448	514	487	628	656	757	833	89,3%	62,1%	10,0%
Rondônia	305	319	373	388	321	374	316	424	446	517	397	30,2%	6,1%	-23,2%
Roraima	85	74	78	102	74	100	137	93	148	155	185	117,6%	85,0%	19,4%
Santa Catarina	94	108	115	129	128	174	117	159	203	240	270	187,2%	55,2%	12,5%
São Paulo	2.602	2.464	2.618	2.442	2.473	2.885	2.676	2.840	2.537	2.219	2.168	-16,7%	-24,9%	-2,3%
Sergipe	371	404	475	569	671	800	877	1.003	1.221	1.384	1.232	232,1%	54,0%	-11,0%
Tocantins	191	194	231	280	288	306	267	296	381	456	437	128,8%	42,8%	-4,2%

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Associado ao negro, pobre e morador da periferia, o combate ao crime assume o significado de extermínio do criminoso. Essa visão é apenas uma das faces do preconceito difundido no senso comum como visão hegemônica.

Alarmes contra assalto, bairros vigiados e patrulhados, condomínios fechados, tudo isso serve ao mesmo propósito: manter os estranhos afastados. (...) As pessoas que cresceram numa cultura de alarmes contra ladrões tendem a ser entusiastas naturais de prisão e de condenações cada vez mais longas (BAUMAN, 1999, p. 131).

E o direito à segurança prevê políticas que “têm por objetivo menos controlar os crimes e a delinquência do que diminuir o medo e a insegurança das classes dominantes” (MÉNDEZ; O’DONNELL; PINHEIRO, 2000). Para Stevanim (2013), há um erro basilar nessas políticas, já que são precisamente os setores da população mais pobres os que mais sofrem com a presença da insegurança em seu cotidiano.

Foi nesse cenário que senhorita Andreza cresceu. Uma jovem pobre, negra, da periferia conviveu com os mais diversos preconceitos vindos do “outro” lado, ao passo que criou meios para lidar ou afugentar-se da rotina do crime o seu redor.

Durante sua vida e também após sua morte, a família de Andreza precisou seguir sem o aparato mínimo que deveria ser empregado pelo Estado: não houve investigação detalhada e nem presos os acusados do crime. O aparato do Estado tornou-se ausente.

Sales (2007) reforça que a falta de respostas públicas ao drama da violência na sociedade brasileira põe em evidência em contrapartida, muitas vezes, apenas o sentimento difuso de medo, em especial da classe média e dos setores mais abastados socialmente.

A cultura do medo, portanto, como a outra face da cultura da violência obscurece, inclusive, o fato de que crianças, adolescentes e suas famílias que têm que conviver diariamente com a presença e força do narcotráfico nas favelas e periferias também sentem medo. O contato com o mundo da criminalidade, sem dúvida, implica uma piora da qualidade de vida para o grupo doméstico como um todo, o qual combinado à exploração do mundo do trabalho e ao desemprego, conduz a uma fatal perda de horizontes (SALES, 2007, p. 26).

O contato de Andreza com aspectos da criminalidade começou cedo. Essa é a realidade de muitos jovens que vivem as mazelas das cidades brasileiras e lidam com questões relacionadas à “morte social” — termo adotado a partir da argumentação gerada por Mione Apolinario Sales, no livro “(In)visibilidade perversa, adolescentes infratores como metáfora da violência” — sem reconhecimento, sem visibilidade, sem perspectivas de vida, em uma crítica condição social, em meio a desigualdades, preconceitos, desemprego, precarização do trabalho, degradação das condições de vida etc., tudo isso a compor um paradoxal quadro de invisibilidade social, por qual passam parcela da infância e juventude brasileiras e suas famílias, relegadas a um cotidiano de vulnerabilidade, assim como as vividas por “Senhorita Andreza”.

2.5.2 Violência simbólica e Ética

Consideramos os aspectos sociais, estruturais, culturais, políticos e econômicos como colaboradores para uma crítica interdisciplinar da violência. Nesse sentido, pensamos que o conceito de violência simbólica, procedente da linguagem, enriquece nosso estudo, posto que é um resultado das relações históricas de dominação nos espaços sociais, que passa a conviver também nos ambientes on-line, como nos posts na Fanpage do DOL. Dessa forma, conceitos e palavras são empregados para aperfeiçoar a capacidade de entendimento das populações, perturbar as mentes e importar definições que contrariam a realidade (ROMANO, 1993)

Segundo Bourdieu (1989, 1991), esse tipo de violência robustece a imposição dos sentidos e a naturalização das relações de poder, sendo também um produto da imposição da ideologia através do discurso. Para o autor, o poder simbólico pressupõe o “não reconhecimento da violência que é exercida através dele” (1991, p. 209), é o poder oculto. Ao contrário de um entendimento de poder que estaria ligado ao Estado, o poder simbólico é aquele que não demonstrar ser um meio de coerção, é o poder em que o sujeito não compreende ou não se capta que está sendo dominado. O autor diz: “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7).

Assim sendo, ele também define a violência simbólica como uma violência silenciosa, já que suas vítimas não se enxergam como vítimas, porque falham em reconhecer a própria violência como tal. É a naturalização dos sentidos suscitados pela dominação, criada e legitimada pelo discurso. Bourdieu apresenta uma análise estrutural das formas simbólicas:

Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder Simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU, 1989, p. 9)

E diz que essas estruturas impõem uma ideologia à classe dominada:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A ideologia transmitida para a sociedade por intermédio dos meios simbólicos de dominação é passada como abnegada, como se não fosse um aparelho de dominação, quando, de fato, é vantajosa para a classe produtora dessa ideologia. Essa classe dominante, da qual incluímos os meios de comunicação, não possui o poder só por possuir o Estado, por exemplo, que faz uso legal da violência física (como em ações policiais), mas também por possuir o

monopólio da violência simbólica. “A ideologia dominante é tida como naturalizada. Os dominados não sabem que são vítimas de uma ‘violência simbólica’” (SOUZA, 2014, p. 141).

É possível refletir essa dinâmica em muitos vieses da vida de Andreza, mas, ao destacarmos o papel do DOL na construção da imagem midiática da jovem, percebemos que o veículo explorou seus feitos de forma pejorativa, espetaculosa, superexposta, irresponsável, com a banalização recorrente de seus dramas, sem nunca ter buscado e analisado sua história de vida, as condições familiares, sociais e econômicas nas quais ela cresceu e viveu.

Esta característica, no geral, não é exclusiva do DOL, mas praticada por diversos meios de comunicação, que, como neste caso, acentuam e incentivam o desrespeito à cidadania dos indivíduos, com a exploração sensacionalista da vida desgastada dos excluídos, que são, frequentemente, alvo da expurgação e da catarse midiática. Ora cria-se espaço para sensibilização e lástimas, ora o que se vê é linchamento e apedrejamento desses indivíduos. Faz-se o julgamento e a exploração da situação humana com base na exclusão social, transgredindo princípios básicos de respeito aos direitos humanos.

Na violência simbólica percebemos o espaço dos estereótipos e das marcas sociais, conforme define Goffman (1980), atributos pelos quais alguém é criticado e marginalizado pela sociedade.

O estigma, assim, é uma marca que é construída como “negativa” pelo grupo e que caracteriza a identidade do Outro e da qual este não consegue libertar-se. É uma marca percebida também em relação àqueles que não a possuem, que não são estigmatizados. É como se a sociedade ficasse cega para os outros atributos que determinada pessoa tem, vendo apenas seu traço estigmatizado. Caracteriza, assim, categorias de indivíduos e as especificidades esperadas dessas categorias, através de seus estereótipos negativos. (RECUERO e SOARES, 2013, p.241)

Goffman (1993) fala dos atributos indesejados, os estigmas:

Aquellos que son incongruentes con nuestro estereotipo acerca de cómo debe ser determinada especie de individuos. El término estigma será utilizado, pues, para hacer referencia a un atributo profundamente desacreditador; pero lo que en la realidad se necesita es un lenguaje de relaciones, no de atributos. Un atributo que estigmatiza a un tipo de poseedor puede confirmar la normalidad de otro y, por consiguiente, no es ni honroso ni ignominioso en sí mismo. (GOFFMAN, 1993, p. 13)

Segundo o autor, o estigma estabelece uma relação impessoal com o outro; o sujeito não surge como uma individualidade empírica, mas como representação circunstancial de certas

características típicas da classe do estigma, com determinações e marcas internas que podem sinalizar um desvio, mas também uma diferença de identidade social. O estigma é um predicado que produz um extenso aviltamento na existência do indivíduo e situações extremas (MELO, 1999):

É nomeado como "defeito", "falha" ou desvantagem em relação ao outro; isso constitui uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade real. Para os estigmatizados, a sociedade reduz as oportunidades, esforços e movimentos, não atribui valor, impõe a perda da identidade social e determina uma imagem deteriorada, de acordo com o modelo que convém à sociedade. O social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder, anulando todos os que rompem ou tentam romper com esse modelo. O diferente passa a assumir a categoria de "nocivo", "incapaz", fora do parâmetro que a sociedade toma como padrão. Ele fica à margem e passa a ter que dar a resposta que a sociedade determina. O social tenta conservar a imagem deteriorada com um esforço constante por manter a eficácia do simbólico e ocultar o que interessa, que é a manutenção do sistema de controle social (MELO, 1999, p. 2).

Desacreditada e fora do “padrão”, assim foi julgada Andreza desde sua aparição. Sinal corroborado quando de sua tentativa de candidatar-se vereadora de Belém. As manifestações de sujeitos nas páginas da fanpage do DOL colocavam a jovem como um elemento nocivo à sociedade, sem credibilidade, como um exemplo do que devia ser abolido, exterminado, em prol do “bem” social.

O caso de Andreza também nos faz refletir sobre a falta de responsabilidade e ética com o “outro”; nos fez pensar que pessoas como ela, muitas vezes, são tratadas com agressividade e têm a vida invisibilizada pela falta de empatia e respeito. E isso nos leva a pensar que a violência vai além de poder, de crimes e números registrados em pesquisas e estatísticas. Quando grupos políticos e sociais naturalizam formas de violência, trazem à tona valores destorcidos e enraizados que movem um ciclo de julgamentos e linchamentos morais. Esses sentimentos encontraram vazão no terreno fértil e “solitário” das redes sociais, assim como “adeptos” e respaldo entre cidadãos desinformados, intolerantes e que disseminam o ódio contra aqueles que são diferentes de sua condição.

Como reflete Zizek (2014) com a relação à consciência ética dos indivíduos, em diálogo com Hannah Arendt, “experiência que temos de nossas vidas pelo lado de dentro, a história que contamos a nós próprios sobre nós mesmos dando conta do que fazemos é fundamentalmente uma mentira – a verdade reside no exterior, naquilo que fazemos” (ZIZEK, 2014, p. 50). Ou seja, as manifestações expressas no ambiente das redes sociais externalizam o que de fato essas

peças pensam dos outros e o que desejam para elas. Não existe um dentro e um fora, mas peças que balizam seu comportamento ético de acordo com seus princípios culturais e sociais. Isto é:

A consciência ética ingênua nunca deixará de se surpreender pelo fato de que as peças que cometem terríveis atos de violência contra seus inimigos possam manifestar uma calorosa humanidade e delicada preocupação em relação aos membros de seu próprio grupo. Não é estranho que o mesmo soldado que massacrava civis inocentes estivesse pronto a sacrificar a sua vida por sua unidade? Que o comando que ordenava o fuzilamento de reféns pudesse na mesma noite escrever à sua família uma carta cheia de amor sincero? Esta limitação de nossa preocupação ética a um círculo social estreito parece contrariar a nossa compreensão espontânea segundo a qual somos todos seres humanos, com as mesmas esperanças, medos e sofrimentos fundamentais, e, portanto, com o mesmo direito a reclamar respeito e dignidade (ZIZEK, 2014, p. 50-51).

Continua o autor, afirmando que há uma hipocrisia entre os indivíduos que rarefazem a ética a partir dessa perspectiva, pois,

Para dizer em termos habermasianos, incorrem numa contradição pragmática, uma vez que violam as normas éticas que sustentam sua própria comunidade discursiva. Recusar os mesmos direitos éticos fundamentais tanto aos que se encontram fora da comunidade como aos que se encontram em seu interior é algo que um ser humano não faz naturalmente. É uma violação de nossa propensão ética espontânea. Implica autonegação e repressão brutais (ZIZEK, 2014, p. 51).

No ambiente cibernético, a violência simbólica e a falta de ética ganham níveis assustadores, em vários graus de perversidade humana. Nesse lugar de contato midiático e globalizado de informações, percebemos que os sujeitos aproveitam para expor e “liberar” males e ódio. Como se a virtualidade fosse apartada da realidade, ou, conforme nos diz Zizek (2014, p. 25), a complexa relação entre violência subjetiva, objetiva e simbólica. “[...] devemos resistir ao efeito de fascínio da violência subjetiva, da violência exercida por agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados e multidões fanáticas: a violência subjetiva é tão somente a mais visível das três”.

O autor esloveno faz duras críticas aos problemas de estagnação do modelo atual de sociedade, pois ele multiplica insatisfações e frustrações pessoais e coletivas. Aponta também para o aumento da percepção das violências originárias, favorecido pelo acesso à informação.

Por isso, é importante considerar a importância da ética na atual conjuntura, em escala cada vez maior, de caos, condescendência e violência.

Chauí (2011) defende que a ética se aplica aos elementos ligados ao caráter e ao comportamento dos sujeitos, então direciona-se para o exame de um grupo de ideias que são valores indicados por uma sociedade e para o entendimento das condutas humanas individuais e coletivas, investigando sobre suas razões, sentidos, alicerces e finalidades. Para tudo isso, a ética “se ocupa com a figura do agente ético e de suas ações e atitudes, tendo como referência seus motivos e os valores conforme aos quais uma ação ou uma atitude são consideradas eticamente corretas”. A autora continua:

Toda moral é normativa, pois cabe-lhe a tarefa de inculcar nos indivíduos os padrões de conduta, os costumes e valores da sociedade em que vivem, mas nem toda ética precisa ser normativa. Uma ética normativa é uma ética dos deveres e obrigações e se assemelha à moral; uma ética não-normativa é uma ética que estuda as ações e as paixões humanas em vista da felicidade, e que toma como critério as relações entre a razão e a vontade no exercício da liberdade como expressão da natureza singular do indivíduo ético que aspira pela felicidade. No entanto, quer a ética seja ou não normativa, não há ética enquanto investigação filosófica se não houver uma teoria que fundamente as ideias de agente ético, ação ética e valores éticos (CHAUÍ, 2011, p.379).

A cada post sobre o desenrolar das narrativas da vida midiaticizada de Andreza, as centenas de comentários nos faziam questionar as manifestações de diversos sujeitos que aproveitavam as situações para expurgar opiniões recheadas de insensibilidade, desrespeito e maldade. Em cada debate polêmico nas redes sociais, indivíduos expõem todo rancor, vício, tortura, constrangimento, transgressão e ódio pelos quais eles próprios vivem imersos, legitimando a criminalidade e a violência de todas as formas. Andreza praticou atos violentos e foi vítima da sua própria violência e da violência de milhares de sujeitos. Nesse ponto não falamos mais somente da violência originada de diferenças socioeconômicas, mas a violência que invadiu todas as esferas e norteia ações, públicas e privadas, individuais e coletivas, todos os dias, com opressão e intimidação.

Observamos, nesse cenário já preocupante, a naturalização e a aceitação por parcela da população, dos discursos de ódio e suas manifestações de brutalidade, que deixam de ser percebidas e ocultam a violência constitutiva da sociedade brasileira.

A violência não é percebida onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural. Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões

econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionalismo das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. (CHAUI, 2011, p. 383).

Nas redes sociais, chama atenção, mais veementemente, a produção de mecanismos para dissimular condutas, opiniões e valores violentos como se fossem não-violentos. Muitos discursos nos posts sobre Andreza ganhavam confiança e “proteção” na rede de discursos e pejorativos e sociabilidade que se propagou na fanpage do DOL, onde Andreza sofreu transgressões inconcebíveis.

Redes sociais são uma das marcas registradas da modernidade atual, que fez com que o compartilhamento de informações e conteúdos se tornasse parte da vida cotidiana. A paranoia política, as teorias conspiratórias e as “narrativas alternativas” multiplicam-se a partir daí, exploram a seu favor o ambiente virtual. Esse panorama está hoje firmado. “Cada um acredita no que deseja e no que consegue projetar a partir de suas fantasias, de seus demônios internos, de seus ressentimentos e frustrações. Acredita-se em tudo e duvida-se de tudo” (NOGUEIRA, 2017, s/p).

Desfazer esse quadro será uma ação complexa. Mas, melhorará enquanto avançar a educação, a ética, e se formar uma nova cultura de massa, mais propensa à “racionalidade, empatia, pensamento crítico e democracia” (Idem).

3 “SENHORITA ANDREZA” NA CENA MIDIÁTICA

Ao refletir sobre o tratamento dado ao caso da “Senhorita Andreza” pela mídia, apresentamos neste capítulo considerações sobre o acontecimento midiático, refletindo sobre o seu sentido, isto é, aquele que influencia as opiniões e promove maneiras de agir e de manifestações. Buscamos compreender em que contexto são construídos os sentidos sobre a “Senhorita Andreza”, enquanto uma experiência coletiva de afetação e a midiaticização de sua vida, gerando sentidos a partir das matérias produzidas e publicadas pelo DOL.

3.1 Tiranias da (in) visibilidade nas redes sociais

3.1.1 Sujeitos e números nas redes sociais

O dia a dia dos indivíduos sofreu intenso impacto a partir do surgimento e da popularização dos sites de redes sociais na Internet. A maneira como se relacionam, arquitetam e entendem valores, e como constroem significados e sentidos foi modificada. Eles não apenas refletem essas redes, mas influenciam sua construção e, com isso, os fluxos de informação que circulam nesses grupos (RECUERO, 2012). Neste cenário, apresenta-se uma dinâmica específica dos contextos de interação e formas de circulação de informação: além da proliferação imediata, as mensagens ali publicadas tornam-se permanentes e com visibilidade ilimitada.

As redes sociais criam novas atmosferas para os discursos, que se reproduzem e ganham significados em meio a tantas manifestações. Instigadas a conhecer um pouco mais sobre esse meio, esses sujeitos e suas manifestações, buscamos os números que mostram quem são e quantos são esses indivíduos conectados.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) 2017, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de residências brasileiras que utilizavam a Internet subiu de 69,3% para 74,9%, de 2016 para 2017, representando uma alta de 5,6 pontos percentuais.

Entre as 181,1 milhões de pessoas com idade igual ou maior que 10 anos no país, 69,8% acessaram à Internet pelo menos uma vez nos três meses anteriores à pesquisa. Em números totais, esse contingente passou de 116,1 milhões para 126,3 milhões, no período. O maior percentual foi no grupo etário de 20 a 24 anos (88,4%). Já a proporção dos idosos (60 anos ou

mais) que acessaram a Internet subiu de 24,7% (2016) para 31,1% (2017) e mostrou o maior aumento proporcional (25,9%) entre os grupos etários analisados pela pesquisa.

O percentual de pessoas que acessaram à Internet através do celular aumentou de 94,6% para 97,0%, de 2016 para 2017. Já a taxa dos que utilizaram microcomputador para acessar à Internet caiu de 63,7% para 56,6%. A parcela da população de 10 anos ou mais que tinha celular para uso pessoal passou de 77,1% (2016) para 78,2% (2017). Na área urbana, esse percentual era de 81,9%, e, em área rural, 55,8%, em 2017.

Apesar dos vários usos, a internet ainda é usada principalmente para fins de comunicação. De acordo com a pesquisa, 95,5% dos usuários acessavam a internet para trocar mensagens de texto, voz ou imagens através de aplicativos. Ou seja, o principal objetivo de quem se conecta à rede é o uso das redes sociais como Facebook, Instagram e Whatsapp.

Com tantos indivíduos de toda faixa etária conectados, novas e antigas práticas sociais aparecem e se popularizam nas redes sociais on-line. O uso do Facebook, nosso objeto, como ferramenta de comunicação e violência simbólica faz com que o discurso reproduzido seja capaz de perpetuar o estigma social e dar-lhe novos contornos.

Recuero e Soares (2013) ressaltam que o ambiente on-line permite, por meio da conversação entre os indivíduos e sua permanência na reprodução de estereótipos, que a legitimação da violência simbólica se dê mais facilmente e se replique na mesma rapidez em que é legitimada.

3.2 Acontecimento midiático

O caso da “Senhorita Andreza” se apresenta como uma ocorrência peculiar dentro de um panorama maior, que a antecede e excede. Andreza entra em uma cena espetacularizada que mostra um rompimento com padrões, leis, comportamentos, linguagens “atípicas”, reforçando o imaginário do pobre e “criminoso” da periferia. Sua irreverência e o tratamento dado pelo DOL, por outro lado, a levaram a “acontecer” e se manter em cena, independente do contexto do aparecer, por mais de um ano, até sua morte.

Observamos que desde a divulgação do primeiro vídeo de Andreza, em 2016, foi alimentada a sua visibilidade, provocando repercussão na opinião pública, quase sempre, de forma negativa. Essa reação não surgiu apenas a partir da participação da mídia tradicional em sua divulgação, mas também do compartilhamento do conteúdo entre os indivíduos, por meio de aplicativos de mensagens, redes sociais, conversas, entre outros dispositivos de

comunicação. “Senhorita Andreza” ganhou repercussão e se transformou (ou foi transformada) em um evento midiático.

O “fenômeno” emergiu, portanto, como elementos para a elaboração das percepções e dos pontos de vista dos sujeitos que se manifestaram nas postagens do DOL, lugar onde o público conferiu sentido sobre o mundo e se posicionou em relação às narrativas apresentadas. Ou então, o Facebook funcionando enquanto um meio de campo, conforme reflexões de Norval Baitello (2012, p. 60), que procura superar o abismo entre o eu e o outro.

Segundo Chararro (2001), fatos e acontecimentos são equivalentes e tratados como matéria prima da notícia. De acordo com esta visão, o acontecimento é aquilo que o jornalista narra e escolhe como tema de análise e discussão.

Destacamos que o fato e ou acontecimento são compreendidos para além do aspecto midiático. Ou seja, os fatos são tudo o que acontece no mundo; os acontecimentos são os fatos percebidos a partir de uma nova informação e a notícia é o resultado de alguns acontecimentos selecionados (Alsina, 2009).

Nessa perspectiva, recorremos a Durkheim (1972, p. 2) e sua compreensão sobre os fatos sociais, quando afirma que estamos “diante de maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a propriedade marcante de existir fora das consciências individuais”.

É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter (DURKHEIM, 1972, p. 8).

Na presente pesquisa, tomamos fato e acontecimento dentro do escopo midiático. Alguns autores defendem a distinção entre fato e acontecimento, dando ao segundo um caráter de construção, ligado ao trabalho da linguagem; nesse caso, ele é tratado como o resultado de um processo de narração de um fato, que inclui uma dimensão de seleção e de escolha. Nesse olhar se inclui Charaudeau, quando enfatiza que “para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso” (CHARAUDEAU, 2006, p. 131-132).

Já Mouillaud (2002, p. 51) propõe a diferenciação entre “fato” e “acontecimento”. Segundo ele, “o acontecimento é a sombra de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do ‘fato’”. O autor vai além da crítica do sistema de ideias espontâneo dos meios de comunicação em direção a uma certa moldura arbitrária aplicada sobre a realidade social. Ele diz que o modelo ao qual todo acontecimento se deve conformar para ser uma

informação é o modelo do paradigma factual. “O ‘fato’ serve de envelope para a experiência. Permite-lhe circular e permutar-se sobre a forma padrão, enquanto que a experiência se esgota em uma polissemia de interpretantes que se disseminam no campo” (MOUILLAUD, 2002, p. 60). O autor explica:

O ‘fato’ seria o paradigma universal que permite descrever os acontecimentos, ou seja, a leitura da experiência que é codificada e arbitrária. Nesse sentido, a experiência ganha uma dimensão espaço-temporal e, por isso, não pode ser reproduzível. Já o acontecimento é diferente; ele seria sempre plural, designando uma exigência da representação e, portanto, funcionando como uma moldura que revela os fragmentos da experiência (MOUILLAUD, 2002, p. 6)

As narrativas midiáticas do caso de “Senhorita Andreza”, realizada pelo DOL, evidenciaram várias características e vivências da jovem com sucessivas postagens referentes a situações de sua vida. O enquadramento do acontecimento midiático desencadeado a partir do primeiro vídeo de Andreza foi ‘frutífero’ para o DOL, pois alcançou audiências e números expressivos, conforme [Apêndice 1](#).

Segundo a socióloga Tuchman (1973), a mídia constrói e reconstrói a realidade social ao estabelecer o contexto no qual os fenômenos sociais são percebidos e definidos. A norte-americana apresenta uma mudança efetiva em relação aos estudos anteriores, que analisam os acontecimentos midiáticos como “distorções” da realidade. Segundo ela, cada situação socialmente arquitetada tem significação e significância, e que a própria noção de “distorção” é um conceito construído.

Uma vertente complexa versa sobre o ordenamento dos acontecimentos num contexto mais amplo, que não se limita à produção de notícias. Essa modificação de eixo tira proveito de novas ferramentas conceituais e metodológicas para servir-se das várias proporções dos acontecimentos públicos, ou seja, como eles adquirem identidade, significação, valor e como os acontecimentos se tornam individualizados pela socialização. É nesse sentido que pensamos o caso de Andreza, como acontecimento que teve mobilização a partir de experiências vivenciadas e trocas entre os sujeitos.

Utilizando a expressão “frame” (quadro), em sua obra *Frame Analysis* (1974), Goffman se refere aos elementos básicos da experiência. As circunstâncias são delineadas, assim, pelos princípios de organização que governam os acontecimentos e pelo envolvimento subjetivo dos indivíduos, que resultam na forma como a experiência é organizada. “Eu não estou tratando da estrutura da vida social, mas da estrutura que as experiências individuais têm em qualquer momento de suas vidas sociais” (GOFFMAN, 1974, p. 13).

O pensamento de Goffman nos leva a refletir sobre a mobilização social criada a partir do momento em que o vídeo de Andreza convidando para uma “social” caiu no domínio público. Com sua rápida repercussão, reverberaram também os julgamentos, os discursos de ódio, intolerância e vingança, que nascem, muitas vezes, de experiências negativas que cidadãos e círculos sociais têm em relação aos casos de violência. As experiências individuais e coletivas deram voz e sistematizaram o acontecimento e sua cobertura midiática à medida que os desdobramentos do caso de Andreza foram tomando proporções maiores, sempre com altos índices de audiência no DOL.

No geral, os acontecimentos avaliados como importantes são selecionados para se tornarem notícias, enquanto que o interesse está vinculado à representação que os jornalistas fazem de seu leitor e também ao valor notícia definido como capacidade de entretenimento. As notícias interessantes são as que procuram narrar um acontecimento com base na perspectiva do “interesse humano”, das curiosidades que atraem a atenção e do insólito: “a capacidade de entreter situa-se em uma posição elevada na lista dos valores-notícia, quer como um fim em si mesma, quer como instrumento para concretizar outros ideais jornalísticos” (GOLDING; ELLIOTT, 1979, p.114).

Louis Quéré (2005) vai além dos debates, já que não se limita com a correspondência entre fatos e acontecimentos e não conclui o acontecimento no campo da linguagem. Ele reflete o poder de abertura e de fecho do acontecimento pela perspectiva de quem o sofre e defende que o poder do acontecimento não se liga à ação ante a dialética da experiência. Quéré (2005) diz que entender o acontecimento não se dá, simplesmente, por contemplação, mas por sua explicação causal, pois o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Aguiar (2009) expande o raciocínio:

Compreender o acontecimento pela perspectiva da experiência de quem o sofre é abrir os sentidos possíveis do acontecer, pois se o acontecimento é percebido a partir de quem o sofre, os sentidos do possível e o sentido do acontecimento vão se subdividir ao limite da experiência do número múltiplo de pessoas que o sofrem. Mas o acontecimento não existe, simplesmente, enquanto experiência, o acontecimento existe em si (AGUIAR, 2009, p.140).

A partir do momento em que ocorre o acontecimento, o mundo se modifica. Porém, há acontecimentos esperados, que surgem como decorrência de uma rede de acontecimentos envolvidos, que os precedem. Mesmo esses fazem emergir o novo. O inesperado do acontecimento produz no homem o olhar para o passado. Quéré (2005) também aponta um

modo para se compreender o acontecimento: a passibilidade de quem o sofre – levando em conta o sujeito ou toda uma comunidade notar-se confrontada por um acontecimento.

Nesse contexto, Quéré explica o acontecimento a partir da dialética da experiência e passa da análise do acontecimento em si para refletir o “acontecimento a”, que tem semelhança com as implicações do acontecimento em uma multiplicidade de seres, e também com a aptidão de o acontecimento produzir modificação, transformação, no fundamento material ou imaterial. “O sujeito ou a comunidade sofre o acontecimento, se desconstrói, e, nesse processo de desconstrução, o homem ou a comunidade constrói novos sentidos para o acontecer, o que implica, simultaneamente, um processo de construção/desconstrução” (AGUIAR, 2009, p. 141).

Segundo Quéré (2005, p. 71), “o acontecimento continua, de fato, a ocorrer e a singularizar-se enquanto produz efeitos sobre aqueles que afeta. Não efeitos causais, mas efeitos na ordem do sentido”. O acontecimento, no entanto, transforma-se pelo modo a possibilitar que o homem se aproprie dele. Os acontecimentos, assim, vêm se assemelhar a quem os recebe, a partir de seus sentidos de possível, de sua recepção, afetação e resposta.

O jornalismo incorpora a compreensão que o senso comum tem sobre o fato compreendido como uma “experiência sensível da realidade” (PAIVA e SODRÉ, 2005, p. 96). Para cada fato existe a sua respectiva equivalência com um elemento sensível, uma sensação, fazendo com que a fonte de todo o saber se torne a intuição empírica. “Na notícia, estratégia ou gênero discursivo essencialmente jornalístico, o real da notícia é a sua ‘factualidade’, a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento” (PAIVA e SODRÉ, 2005, p.96).

Considerando que as notícias de maior visualização no DOL são relacionadas às editoriais de Polícia e Entretenimento/Fama, observamos que a divulgação do vídeo de Andreza ganha potencialidade de audiência do Portal e suas redes sociais. Quando o vídeo chegou à redação, por meio das redes sociais, foi voz comum, entre os jornalistas que compõem a redação do DOL, que o conteúdo teria destaque. E teve. Portanto, acontecimento selecionado, intencionalmente, com a finalidade de mobilizar opiniões de seus leitores.

O que se viu foi o relato de um acontecimento extraordinário, com a fala de uma jovem negra, com tatuagens pelo corpo, cabelo vermelho, utilizando vocabulário próprio e fazendo apologia ao uso de drogas. Junto com a imagem da periferia, via-se uma mulher fora dos “padrões aceitos” pela sociedade.

Andreza representou ali um conjunto de situações presentes no dia a dia da sociedade urbana: abandono, criminalidade, impunidade, omissões, violações que nos levam a uma inevitável reflexão sobre a condição de quem não conseguem romper a barreira da

“invisibilidade”. Independentemente de ter se tornado um acontecimento midiático, Andreza ainda seguiu no centro de um problema maior e se juntou à fatia da juventude que não tem futuro ou se sente expulsa para as bordas da vida social por causa dos valores e práticas como exclusão social, precariedade do mercado de trabalho, drogadição, individualismo negativo, crise de solidariedade, atraso do papel civilizador do Estado etc. O acontecimento “Andreza” e seus desdobramentos se impõem como algo de excepcional para se experimentar, refletir e testemunhar.

3.3 Experiências e dramas do cotidiano

Aqui, refletimos sobre as experiências das pessoas, enquanto sujeitos consumidores de informações sobre a violência e o crime, e suas manifestações expressas em situações semelhantes da jovem Andreza, considerando as experiências vividas por eles próprios e/ou membros de seus grupos sociais.

O pesquisador Duarte Rodrigues defende que a experiência é formada a partir do conjunto de conhecimentos formados de doutrinas firmes, amparadas no hábito, de maneira oposta ao saber científico, o qual é fundamentado numa indagação racional metodicamente conduzida. Ele parte da hipótese de que “os saberes da experiência são inalienáveis, uma vez que não podemos prescindir deles, embora não possam ser fundamentados racionalmente por proposições científicas de natureza apodíctica” (RODRIGUES, 1999, p. 3). Para ele, o domínio da experiência não se confunde com o domínio da experimentação.

Enquanto a experiência capacita o seu possuidor para compreender sempre novas situações, ainda não experimentadas, a partir de uma sabedoria adquirida que fornece modelos e esquemas de comportamento razoáveis adequados às diferentes situações da vida, a experimentação incide sobre fenômenos novos ainda não compreendidos ou, pelo menos, insuficientemente compreendidos. Através da experimentação poderá evidentemente adquirir-se uma nova experiência, mas a experiência é independente da experimentação que está eventualmente na sua origem (RODRIGUES, 1999, p. 3)

É a experiência que produz aquilo a que Pierre Bourdieu dá o nome de *habitus*:

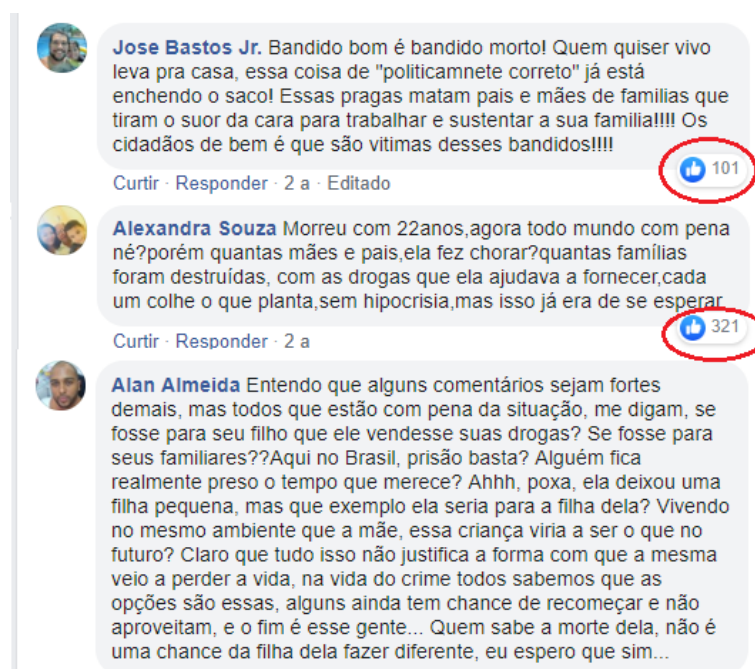
Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas para funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, enquanto princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas à sua finalidade sem suporem que sejam visados, de maneira consciente, fins e o domínio expresso das operações necessárias para os atingir” (BOURDIEU, 1980, p. 88).

Rodrigues (2003) considera a experiência como um conjunto de saberes de senso comum que compõem o pano de fundo implícito que dá sentido ao dizer e ao fazer, ao discurso e a ação, que ocorrem em qualquer situação de interação de homem com o mundo natural, com o mundo social e consigo próprio. Fazem parte deste conjunto de saberes, não só as percepções sensoriais do mundo natural e as sensações, mas também as normas institucionais aprendidas ao longo dos processos primário e secundário de socialização.

A experiência é, assim, o resultado dos fenômenos habituais, coletiva e individualmente experienciados, armazenados na memória. A experiência constitui e é constituída por pressupostos implícitos que têm a função de delimitar o horizonte daquilo que pode ser dito ou feito, daquilo que é razoável e plausível dizer e fazer, em cada uma das circunstâncias da existência. A experiência é, por outras palavras, o quadro do sentido, os contornos que permitem distinguir os discursos e as ações sensatas dos discursos e das ações sem sentido e absurdos, quer do ponto de vista cognitivo quer do ponto de vista expressivo, normativo e interativo. Uma mesma materialidade discursiva ou pragmática que, num determinado quadro, é absurda e insensata pode, noutro quadro, ser perfeitamente razoável e dotada de sentido. (RODRIGUES, 2003, p.10).

Ao refletirmos sobre as experiências, nesta pesquisa, partimos da hipótese de que as experiências individuais dos sujeitos e de seus respectivos grupos de convivência interferem e modificam as suas formas de ver o mundo e manifestar suas opiniões. Analisando alguns comentários sobre postagens de violência no DOL, constatamos que os sujeitos até citam e narram situações vividas a fim de justificar a ira e a indignação com a qual lidam com o crime e os dramas do cotidiano urbano. A Figura 10 ilustra um pouco do discurso visto na postagem sobre o assassinato de Andreza.

Figura 7. Captura de tela da Fanpage do DOL no Facebook



Fonte: Acervo da autora (2018)

Os comentários ou discursos de ódio ganham créditos (e curtidas) de centenas de outros sujeitos. Com a internet e as redes sociais, as sociabilidades contemporâneas ganharam novo terreno, onde as pessoas recriam e ressignificam o ambiente onde interagem, debatem e expõem pensamentos. Discussões estas que serão ampliadas no terceiro capítulo.

Já nos diz Rodrigues (2010), que a linguagem é sempre um processo que o nosso entendimento utiliza para a construção de dispositivos para delimitar um domínio da experiência, convertendo-o deste modo em objeto do discurso, em função de interesses humanos. Nesse sentido, a comunicação é compreendida, pelo autor, como o conjunto dos sintomas das tensões que caracterizam a relação entre as diferentes modalidades da experiência.

Nesse sentido,

A comunicação compreende, por conseguinte, o conjunto dos processos pelos quais se estabelece a relação problemática entre os diferentes campos da experiência moderna, fragmentada numa multiplicidade de domínios. Uma vez que cada um pretende impor e mobilizar os recursos disponíveis em torno da sua própria ordem legítima de valores, a comunicação desempenha um papel fundamental, enquanto modo de funcionamento dos dispositivos discursivos que têm como objectivo assegurar a cada um dos campos visibilidade pública, alimentar a imposição dos seus discursos, promover as suas estratégias, ora de colaboração, ora de competição, com os outros campos (RODRIGUES, 2010, p. 5).

Do mesmo modo, a partir da experiência moderna com a mídia há uma mudança na compreensão do sentido de público.

A comunicação institui assim, no quadro da experiência moderna, um sujeito particularmente ambivalente de discurso e de acção, a que se convencionou dar o nome de público, recauchutando o termo latino que designava originariamente as coisas que, não sendo reservadas ao domínio da domesticidade sobre a qual tinha plenos poderes o paterfamilias, estavam à vista e à disposição de todos. Decorrente da longa e complexa reelaboração histórica de que foi objecto, o público converte-se numa categoria institucional, até se transformar na designação da esfera abstracta da socialidade fluida, difusa, movediça e imperceptível em que se cristaliza a modalidade moderna da experiência que está para lá de qualquer fronteira concreta (Idem, p. 7).

Logo, na concepção do autor português, a comunicação não seria propriamente um domínio da experiência, mas o processo através do qual a experiência é possível e se constitui. Ou seja, “a comunicação ocupa o lugar invisível ou o ponto de fuga, a partir do qual se constitui toda a possibilidade de visibilidade” (RODRIGUES, 2010, p. 8-9). Portanto, a comunicação não se deixaria compreender dentro das fronteiras que delimitam os diferentes domínios da experiência. “Só a podemos entender como abordagem dos pressupostos da constituição das diferentes modalidades, das diferentes dimensões e dos diferentes domínios da experiência” (Idem, p. 9).

Em todas as postagens de notícias referentes a Andreza, o número de comentários com a participação do público foi expressivo. Os sujeitos usam o ambiente online para expor seus dramas, medos, julgamentos, experiências e a narrar seu cotidiano, revelando-se para o mundo, mostrando suas particularidades e crenças.

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modos diversos sobre as leis [...]. (THOMPSON, 1981, p. 17).

É importante destacar que nas manifestações dos sujeitos não são vistas apenas como narrativas de seu próprio cotidiano; eles também trazem à tona fatos que ocorrem em lugares muitas vezes longínquos e em situações também distantes da sua realidade, mas que, através da mídia, são incorporados ao seu dia a dia e, mesmo que de maneira não perceptível, interfere na sua experiência. As pessoas deixam de ser meras espectadoras, mas assumem um papel de reflexão e se envolvem com aquilo que está sendo trazido para o seu cotidiano. “O sujeito recorre a toda uma vida – uma vida, aliás, que não conta apenas com a experiência própria, mas

lhe acrescenta muito da alheia. [...] assimila ao seu próprio saber também aquilo que aprendeu com o que ouviu de outros [...]” (BENJAMIN, 1994, p. 177-178).

3.4 Violência e Mídia

A mídia participa junto com outras instituições da disseminação de conhecimentos e acende a construção e a propagação de estereótipos, divulga tragédias cotidianas, através, muitas vezes, do sensacionalismo como forma de causar impacto no público. A partir do alcance de largas proporções, e seu poder de influência, o DOL apresenta constantemente diversas situações envolvendo adolescentes e jovens em situações de violência, crimes e outras práticas ilícitas.

Observamos que julgamentos, curiosidades e tragédia, assim como características de espetáculo, narraram as notícias sobre a vida de Andreza desde que ela adentrou a cena midiática. E talvez antes, quando ainda estava no anonimato. Desde sua primeira aparição, diversos momentos da vida da jovem foram acompanhados e noticiados. Os números gerados pelas postagens no DOL e sua fanpage, como já citado, comprovam o “sucesso” das notícias sobre ela, motivo pelo qual seus feitos não “morriam”, pelo contrário, geravam audiência e interação.

Para Rolim (2006):

O contato com a morte violenta e intencional, a partir da mediação do relato, nos aproxima do extremo, compreendido como o limite que não pode ser transposto. O que, talvez, nos ofereça uma forma pela qual possamos contornar nossos impulsos mais obscuros e ancestrais. Assim, quando tratamos da violência e, especialmente quando tratamos do assassinato, é possível que estejamos também “nos livrando” de algo (ROLIM, 2006, p.187).

Aparentemente este seria um esclarecimento e um entendimento para a reação das pessoas diante de notícias de crime e violência, e também da morte de Andreza. Quando os sujeitos, através da mídia, tomam conhecimento desses acontecimentos, sentem-se aliviados em saberem que os outros que praticam atos violentos e que elas têm uma “boa índole”, sentindo-se incapazes de cometer tais atos. Funciona como se fosse uma autoafirmação de sua conduta (CRUZ, 2009, p. 39).

Um exemplo de repercussão no DOL, além de imediata reação do público, foi a já citada matéria “Senhorita Andreza é morta a tiros na Cabanagem”. A matéria teve 236 mil

visualizações no site, segundo dados do Google Analytics. Na fanpage do DOL no Facebook, a postagem teve quase 100 mil pessoas alcançadas, 12 mil reações, 3,8 mil compartilhamentos e mais de 2,1 mil comentários. Retomamos este dado para mostrar um comparativo do que esses números significam na prática: a reportagem mais acessada em todas as editorias do DOL em 2018 – “Mulher mata marido com facada no peito após briga por ciúmes” – teve 127.123 acessos, 3,5 mil reações e 525 comentários na fanpage do Facebook, números bem abaixo das estatísticas apresentadas no caso de Andreza. Porém, ambas são exemplo do fascínio do público do DOL pela espetacularização e midiaticização da violência.

Se partilharmos da crítica à especularização enquanto componente usado e abusado pela cultura midiática, por outro lado não há como deixar de reconhecer o fascínio exercido por esta última junto aos indivíduos, no contexto de uma sociedade cada vez mais reduzida apenas imagens (SALES, 2007, p. 118).

O que se vê no DOL e em tantos outros meios de comunicação é que a mídia descobriu no noticiário de crimes e nos processos criminais, juntamente com as brechas da polícia ou da justiça, uma fonte inesgotável de conteúdo.

As narrativas de casos de violência – doméstica, urbana, das guerras entre outras – têm espaço de destaque e evidência na mídia, já que fazem parte do cotidiano das pessoas e exprimem um problema social concreto. É importante considerar que a atenção das pessoas pelas notícias de violência dá a essas informações um lugar de destaque, sendo, inúmeras vezes, manchetes de portais e outros veículos de comunicação.

Muniz Sodré explica esse fascínio do público por notícias de crimes e violência:

A exibição do fato violento de modo dramático ou não, é uma tentativa, às vezes infantilizada de se lidar com a banalização do trágico no cotidiano de hoje. O desastre, a agressão, a monstruosidade teatralizados, discursivamente encenados funcionam como objeto fóbico capaz de circunscrever àquela representação específica a angústia generalizada em face da *destrudo* social. (SODRÉ, 2002, p. 98)

Quando dão visibilidade maior ao crime e à questão da segurança, os meios de comunicação formam um recorte com fragmentos da realidade, e geram uma mobilização social contra aqueles que praticam o crime, defendendo, inclusive, sanções que vão além das leis, como linchamentos, pena de morte, abusos entre outros. E, quando essas opiniões se juntam nas redes sociais, podem levar a julgamentos precipitados e imediatos, criando um novo ambiente público onde reverberam discursos de ódio, intolerância e vingança, que nascem,

muitas vezes, de experiências negativas que cidadãos e seus familiares e amigos têm em relação aos casos de violência.

Lage (1998) defende que, quanto mais ênfase é dada pelos meios de comunicação a um determinado tema, mas facilmente ele é assimilado pela população. As pessoas são, então, influenciadas pela notícia recebida e, embora muitas vezes em situações distantes de sua realidade, inserem a situação no seu cotidiano. De maneira mediada, passam a pensar o que recebem e a formar uma opinião. Junto disto, a sociedade contemporânea é mais dependente de informações midiáticas do que em qualquer outro momento da história e tende a se orientar por matérias jornalísticas. Nesse contexto, a mídia aparece como condutora de pensamentos coletivos.

A “sociedade” está caracterizada pela separação entre meios e fins, com predominância da razão manipulatória e a ausência de relações identificatórias do grupo, com a conseguinte prevalência do individualismo e a mera agregação passageira. A falta de laços que verdadeiramente a unem será compensada pela competência e pelo controle (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.51–52).

Surgem, então, outros problemas a serem pensados:

Em primeiro plano, mostra-se uma violência lida apenas em suas expressões singulares ou de forma abstrata e generalizada. Ou seja, a divulgação midiática, amparada em dados quantitativos, nem sempre é suficiente quando o objetivo é explicar as causas da violência social ou decifrar as motivações humanas, inter-subjetivas e socioculturais, mais as pulsões propriamente individuais aí envolvidas (SALES, 2007, p. 29).

É importante considerar que o DOL retrata a violência – tão presente na história de Andreza – de forma imediatista e sem se pautar ou aprofundar um debate sobre o social, excluindo a necessidade de clamor por presença do poder público. Assim, observamos, conforme indicam Sousa e Goldmeier (2008, p. 996) que “a mídia serve de instrumento anestesiador, quando transforma eventos singulares em imagens massificadas, e os diferentes meios de comunicação não poupam esforços em caçar as imagens mais dramáticas da violência”. Os resultados deste processo são variados:

Em consequência da ação dos jornais, da televisão e de outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que

reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (SHAW, 1979, p. 96)

É interessante perceber que a partir da primeira postagem sobre Andreza, o público seguiu acompanhando os desdobramentos da vida da jovem. Vale lembrar, inclusive, que o público também pautou o veículo, que, ao mensurar a audiência de cada postagem, via a necessidade de produzir novos desdobramentos e, assim, aumentar os números de acesso ao site.

Porém, há uma importante questão a ser pensada sobre as postagens referentes aos feitos de Andreza: a dinâmica de produção e circulação da representação social concebida pelos meios de comunicação, especialmente o DOL, terminam, por vezes, a informar participando da difusão de estigmas e estereótipos relacionados a adolescentes e jovens pobres no País (SALES, 2007). Talvez por isso também os sujeitos presentes no Facebook do DOL reagissem com intolerância e descrédito à vida de “Senhorita Andreza” como uma jovem comum, com direitos e possibilidades de mudanças.

As redes sociais, por sua vez, passam a desempenhar um papel de extravasamento das emoções dos cidadãos. Para o professor Marco Aurélio Nogueira (2017), as redes sociais ajudam a tornar o mundo mais conectado e interativo; facilitam contatos, disseminam informações, criam cultura, valorizam e repõem no centro as relações entre pessoas; promovem o surgimento de comunidades inteligentes e ampliam as trocas; interferem no mercado, no Estado, no modo como se governa, auxiliando tanto o controle social quanto a democracia. Mas também geram conflitos:

Redes virtuais podem ser tóxicas. Espaços como Facebook, Twitter e Instagram podem criar dependência, alterar predisposições emocionais, impulsionar o extravasamento de ódios irracionais, extrair o pior de cada um de seus frequentadores – os monstros e demônios que dormem na alma de todos –, excitar sentimentos de superioridade e afastar as pessoas da vida “normal”. Podem multiplicar a sensação de prazer, alienar, fazer com que venham à boca o fel da amargura e o sangue da vingança, com as devidas repercussões sociais. (NOGUEIRA, 2017, s/p)

Por outro lado, afirma Rezende (2014) que grande parte do compartilhamento e manifestações nas redes digitais corresponde aos dramas cotidianos, lamentos do dia a dia, na medida em que os usuários utilizam esses espaços para dividir experiências – que a autora denomina “narrativas catárticas” (REZENDE, 2014, p.144), relatos cuja argumentação baseia-se no fato de que algumas emoções são liberadas por meio de uma descarga emocional provocada por uma situação dramática, expressa na opinião do ator. Tais experiências referem-

se, segundo Rezende, a diferentes ocasiões: de tragédias pessoais (doença, acidentes, morte) a indignação por atos de corrupção, comentários contra crimes hediondos, manifestações contra diversas formas de preconceitos, entre outros.

A autora toma o conceito de catarse a partir de Aristóteles, na qual a argumentação baseia-se no fato de que algumas emoções podem ser liberadas por meio de uma descarga emocional provocada por uma situação dramática. “As tramas abordam predominantemente o presente no qual o cotidiano é incorporado nos modos de viver, de pensar, de sofrer e de conviver com a realidade em transformação” (REZENDE, 2016, p.4).

Além do debate sobre o cotidiano, a violência, a mídia e as manifestações de leitores diante das narrativas citadas, é importante sinalizar o papel do Estado na garantia da segurança ao cidadão. A insegurança é refletida pela percepção das pessoas, traduzida pelo medo²², pelo risco ou por uma ameaça. O medo da violência faz com que as pessoas tenham as mais diversas reações, na vida real e, principalmente, na virtual.

Esse panorama de “sensação de insegurança” vivida por muitos cidadãos tem colocado o espaço público como “um local de ansiedades, vulnerabilidades e de suscetibilidades, onde os indivíduos temem ser atacados a qualquer momento” (COSTA, CORRADI, KABUENGE, JUNIOR, 2017, p. 2)

As inúmeras narrativas da mídia sobre esse dia a dia de criminalidade e insegurança têm levado a muitas reações e manifestações precipitadas, inclusive com incitação à violência, a apologia ao crime e celebração de ações e execuções à revelia das leis em nome da legitimidade e justiça das paixões e indignações coletivas e individuais.

Dentro desse debate sobre a importância da mídia na construção do pensamento dos indivíduos, recorreremos à discussão sobre midiaticização, com objetivo de compreender de que modo o processo de ampliação da mídia muda a construção da cultura, da sociedade e das diferentes práticas sociais.

Para desenvolver uma compreensão deste processo, o conceito de midiaticização tornou-se fundamental à medida que descreve o contemporâneo, a história dos meios e a mudança comunicativa que está ocorrendo. "Nessa perspectiva, a midiaticização é usada como um conceito para descrever o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e considerar as interrelações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural" (GOMES, 2016, p.1).

²² De acordo com resultados da pesquisa do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, do FBSP, 76% dos brasileiros têm medo de morrer assassinados.

Gomes explica que o relacionamento da mídia com os processos de significação e com os processos socioculturais expressa a realidade e se dá no âmbito do que ele denomina “marco dos processos midiáticos”. “Esses dois movimentos, além disso, interagem para a construção do sentido social, efetivado por indivíduos e sociedades” (GOMES, 2016, p. 16):

São os meios eletrônicos (a mídia) que desempenham o papel de dispositivos enunciativos da informação. Nela se percebe um processo de significação que contempla a construção do discurso nas suas diversas configurações – tanto construções verbais como não verbais (por imagens, gestos e ações). No marco das possibilidades comunicativas, a mídia escolhe determinados conceitos, imagens e gestos com os quais elabora um processo enunciativo que permite a comunicação *com* e *para* a sociedade. No mesmo movimento, a mídia desenvolve uma dinâmica de processos socioculturais. (GOMES, 2016, p. 16)

Assim, qualquer processo significativo incide diretamente nas relações sociais e essas, por sua vez, condicionam, motivam e influenciam tanto os processos de significações como a mídia no seu desempenho comunicativo. As relações, inter-relações, correlações, conexões e interconexões acontecem num movimento de dupla mão entre os três polos dos processos midiáticos. Por conseguinte, a mídia, os processos de significação, os processos socioculturais influenciam-se mutuamente, gerando o fenômeno dos processos midiáticos (GOMES, 2016).

É comum ouvirmos que hoje vivemos em uma sociedade midiaticizada e que nossa realidade se tornou aquilo que os media elegem, abordam e difundem. É verdade que a visão que temos do mundo virou dependente de complexos e permanentes dispositivos de midiaticização que marcam o ritmo da nossa vida, amontoando-se cada vez mais não à nossa percepção imediata do mundo, mas também aos ritmos do funcionamento das instituições que formam os gráficos da nossa experiência individual e coletiva.

Muniz Sodré enfatiza que a midiaticização ocorre no momento em que o processo de comunicação passa a ser redefinido pela informação de forma técnica e mercadológica.

Trata-se de fato da afetação de formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional, cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função de vetores mercadológicos e tecnológicos é caracterizada por uma prevalência da forma (que alguns autores chamam de "código; outros, de "meio") sobre os conteúdos semânticos (SODRÉ, 2006, p. 21).

A midiatização também significa um novo ambiente social que incide profundamente nessas mesmas relações, inter-relações, conexões e interconexões que constroem a sociedade contemporânea. “A sociedade é em midiatização. O ser humano é em midiatização. Isso, hoje, sublinhe-se, configura um novo modo de ser no mundo” (GOMES, 2016). Mundo esse que fez escancarar e viralizar as ações de “Senhorita Andreza” desde sua primeira aparição.

4 DA “MORTE SOCIAL” À “MORTE PÚBLICA”

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico se constitui, dentro da pesquisa, como essencial, pois com ele vamos apontar as inovações e as respostas para as questões levantadas na realização da pesquisa. Ao mesmo tempo parece caminhar numa dualidade entre teoria e metodologia. Ou seja, fazemos as revisões bibliográficas, elaboramos o estado da arte do que já foi pesquisado, dialogamos com os autores na sustentação das nossas ideias, mas o momento de aplicação do(s) método(s) se constitui num grande embate para o pesquisador, levando em consideração as incertezas dos resultados. Mesmo porque, conforme nos sinaliza Rodrigues (2016, p. 3), a comunicação não designa propriamente um domínio com uma extensão precisa nem é sensorialmente identificável em exemplos particulares da nossa percepção, mas como “o conjunto dos sintomas das tensões que caracterizam a relação entre as diferentes modalidades da experiência”, isto é, “a comunicação não ser propriamente um domínio da experiência, mas o processo através do qual a experiência é possível e se constitui” (RODRIGUES, 2016, p. 4).

Ou então, conforme ensina Braga (2016), implica em tomadas de posição para o processo mesmo de pesquisar. Essa produção de conhecimento, segundo o autor, está ligado a três níveis: nível tático, nível teórico-metodológico e nível epistemológico. O primeiro é o nível de tomadas de decisão de ordem prática; o segundo são os tipos de conhecimento que se pretende produzir junto com as pesquisas empíricas, reflexão teórica, produção de conjecturas e de teorias de um campo. Segundo Braga (2016, p. 80), aqui, são adotadas “posições abrangentes para esse âmbito de produção. É o nível das posições assumidas sobre teorias e pesquisa”

No terceiro nível, o epistemológico, são reflexões sobre o conhecimento produzido. Ou seja, “perspectivas teóricas – reflexões críticas sobre teorias do campo, metas para o conhecimento, perspectivas ontológicas. É o nível das visadas programáticas e dos sistemas de pensamento” (BRAGA, 2016, p. 80).

Lembramos que a metodologia observa e afere as técnicas de pesquisa, assim como a gênese ou checagem de novos métodos que auxiliem na captação e no processamento de informações, afim de coletar dados de forma fundamentada e resolver questões de investigação, conforme orientam Lakatos e Marconi (2003, p.83): os métodos científicos “são o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo”.

Lakatos e Marconi (1991, p.155) defendem que pesquisa é um “procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Braga (2016, p. 78) defende que “estamos envolvidos com a especificidade de nossos objetos, com um problema que nós mesmos construímos a partir de nossa curiosidade sobre as coisas”. Portanto, desde provocados pelo que nos mobiliza na pesquisa, somos exigidas, após o diálogo teórico ao longo de seu desenvolvimento, a fazer opções metodológicas.

Dois fundamentos elementares precisam ser considerados, ressalta Lopes:

1) a reflexão metodológica não se faz de modo abstrato porque o saber de uma disciplina não é destacável de sua implementação na investigação. Portanto, o método não é suscetível de ser estudado separadamente das investigações em que é empregado; 2) a reflexão metodológica não só é importante como necessária para criar uma atitude consciente e crítica por parte do investigador quanto às operações que realiza ao longo da investigação. (LOPES, 2016, p. 100)

Neste sentido, delimitamos esta pesquisa, a partir da necessidade de compreender conceitos e dirigir um olhar aprofundado e crítico confrontando aspectos relevantes para a discussão de temas como violência, comunicação, mídia, socialidades, ética, discurso de ódio, redes sociais entre outros. Realizamos, inicialmente, o estudo bibliográfico constituído principalmente de livros e artigos científicos: “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 44). Também optamos por utilizar Análise de Enquadramento e Análise de Conteúdo como técnicas de investigação de dados qualitativos, conforme veremos a seguir. Desejamos que o caminho optado nesta pesquisa guarneça novas abordagens, ponderações e conhecimentos para a sociedade como um todo.

Portanto, a presente pesquisa foi delineada nessa complexidade das sociabilidades humanas, sociais e culturais, principalmente a partir das experiências midiáticas das redes sociais na Internet.

Inicialmente, partimos mais de uma escolha intuitiva de métodos ao nos depararmos com situações tão complexas que envolvem comportamentos humanos. Por isso, como aporte metodológico selecionamos a convergência de alguns caminhos possíveis na investigação de

nosso objeto e sujeitos, quais sejam: Análise de Conteúdo associada à ferramenta Netvizz²³ no auxílio à coleta de dados da rede, para posterior separação de conteúdo e análise; Análise de enquadramento, considerando a microssociologia comunicativa pesquisada, isto é, o caso da jovem Andreza. Ou seja, “a compreensão das ordens sociais particulares não como aparências, epifenômenos de estruturas sociais amplas, mas como instâncias dotadas de sentido sociológico próprio” (GOFFMAN, 2005, p. 233). Acrescentamos a essa compreensão o caráter comunicativo da situação pesquisada, em que “a comunicação ocupa o lugar invisível ou o ponto de fuga, a partir do qual se constitui toda a possibilidade de visibilidade” (RODRIGUES, 2016, p. 30). Segundo Rodrigues (2016, p. 30), “a comunicação não se deixa compreender dentro das fronteiras que delimitam os diferentes domínios da experiência. Só a podemos entender como abordagem dos pressupostos da constituição das diferentes modalidades, das diferentes dimensões e dos diferentes domínios da experiência”.

4.1.1 Frame Analysis (Enquadramento)

O termo Frame Analysis (enquadramento) tem sido fonte dos estudiosos que procuram compreender o método de produção das notícias e sua relação com a política e com a cultura na sociedade. Mas nosso diálogo se insere nas discussões de Erving Goffman (1974), principal referência do conceito de frame nas Ciências Sociais, que trabalha nas pequenas interações do cotidiano que sistematizam a experiência dos sujeitos no mundo. Ou como chamamos de microssociologia comunicativa, como o caso da jovem Andreza. Goffman define enquadramento como o conjunto de princípios de organização que governam os acontecimentos sociais e o envolvimento subjetivo neles (GOFFMAN, 1986, p. 10-11).

A partir desse ponto de vista, é importante observar que quando um indivíduo se inseriu em uma das situações midiáticas da vida de Andreza, por meio de suas manifestações na fanpage do DOL, ele recorreu a um quadro que o conforma para, então, adotar um posicionamento perante o que estava narrado. Esses princípios conformadores dos quadros que permitem a definição da situação pelos sujeitos.

Segundo a leitura de Mendonça e Simões, que ampliaram significativo trabalho sobre o movimento do conceito de frame (quadro),

²³ Netvizz é um aplicativo para o Facebook que permite extrair dados de contas de usuários, páginas e grupos da rede social. A ferramenta oferece recursos para recuperar informações sobre grupos, páginas e curtidas, bem como imagens postadas na linha do tempo, resultados de buscas ou estatísticas de link específicos.

Goffman delimita e aplica o conceito a diversas sequências interativas, explorando sua vitalidade metodológica para a realização de uma microsociologia sistemática. O objetivo de Goffman não é o de investigar grandes estruturas e sistemas sociais. Seu foco incide sobre as pequenas interações cotidianas que organizam a experiência dos sujeitos no mundo, os quais se deparam, em toda situação, com a questão (MENDONÇA E SIMÕES, 2012, p. 189)

Para os autores, os frames não são estratégias simplesmente construídas por atores sociais para influenciar seus interlocutores, mas “trata-se de uma estrutura de sentido processualmente delineada por meio do encontro de sujeitos em uma situação. Para o sociólogo, os atores não são completamente livres e independentes no engajamento interacional” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 190). Isto é possível ser verificado nos posts sobre Andreza, quando os sujeitos reagem a outros comentários, iniciando e desenrolando uma interação social no ambiente virtual. Nesse ambiente foram apresentadas opiniões, foram feitas deliberações, críticas e julgamentos a respeito da jovem, sempre com respaldo de outros sujeitos que endossavam posturas antiéticas e comportamentos agressivos.

Goffman (1986, p. 9) ressalta que pode existir sobreposição de quadros, já que, na maioria das situações, muitas coisas distintas ocorrem simultaneamente. Mendonça e Simões (2012) dizem que, para Goffman, é possível isolar alguns dos quadros básicos disponibilizados pela cultura, a fim de compreender a organização da experiência. “É assim que o sociólogo parte para uma caracterização dos quadros, começando pelos quadros primários”, aqueles cuja aplicação é mais imediata e direta em uma cultura. Eles admitem ao sujeito “situar, perceber, identificar e rotular um número quase infinito de ocorrências concretas definidas em seus termos” (GOFFMAN, 1986, p. 21).

Portanto, o quadro é uma limitada estrutura cognitiva empregada subjetivamente pelo indivíduo a fim de que este possa atribuir significados aos objetos e aos acontecimentos físicos e abstratos que o cercam. Pode-se falar de um ponto de vista particular que delimita as atividades, enquadrando-as no espaço e no tempo enquanto delas se extrai algum sentido plausível que possa ser incorporado à experiência. O quadro, entretanto, não deve ser confundido com uma interpretação generalizada de vários indivíduos, mas sim como um esquema interpretativo único e pessoal que cada um aplica sobre uma determinada faixa de atividade. Trata-se, então, de uma capacidade subjetiva de ordenar as peças detectadas pela percepção e transformá-las em conjuntos significantes diante da consciência individual. (HANGAI, 2012, p. 2)

Para discutir as alterações nos quadros primários (construídos social e contextualmente), Goffman ainda desenvolve os conceitos de keys e footing. A primeira diz respeito a um conjunto de regras e convenções a partir das quais uma atividade é transformada em outra,

partindo de um quadro primário e atualizando-o (GOFFMAN, 1986, pp. 43-44). A segunda está relacionada à postura ou ao posicionamento dos interlocutores engajados em uma interação, diante de uma determinada situação; o footing é construído e transformado a partir dos discursos dos participantes dessa interação e está diretamente ligado aos enquadres dos acontecimentos.

Deste modo, os footings e os enquadramentos são movimentáveis e discursivos e devem ser assimilados e absorvidos a partir da situação em que o diálogo entre os sujeitos ocorre.

Dessa forma, se os enquadramentos identificam os princípios de organização que presidem uma situação e o engajamento dos atores nela, os footings referem-se de modo mais específico ao posicionamento de tais atores em uma interação com um enquadramento definido, mas passível de transformações. Nesse sentido, frames e footings devem ser analisados em articulação nas reflexões sobre as interações. (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 190).

Ao mobilizar e aplicar o enquadramento à nossa pesquisa, recorreremos também à classificação sugerida por Mauro Porto (2004), que enfatiza a existência de enquadramentos noticiosos e de enquadramentos interpretativos, os dois são observados na nossa pesquisa, uma vez que os sujeitos avaliam e interpretam a situação a partir das narrativas jornalísticas. Nesse contexto, exploramos as molduras e as saliências produzidas pelos enunciados dos atores sociais na fanpage do DOL.

Analizamos os enunciados e as manifestações de natureza variadas, captando o modo como a realidade é enquadrada e interpretada por eles. A preocupação reside em compreender o modo como as manifestações estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas, no caso, a partir de experiências próprias com casos de violência urbana. Verificamos que o próprio conteúdo narrativo²⁴ cria um contexto de sentido, induzindo diversos sujeitos a seguir determinada linha interpretativa.

O modo como recorreremos a análise de enquadramento está direcionado a percepção do modo como as narrativas enquadram o mundo, tornando acessíveis perspectivas específicas de interpretação da realidade.

Essa vertente de operacionalização da análise de enquadramento compartilha a ideia goffmaniana de que enquadramentos são estruturas que orientam a percepção da realidade e a ação dos sujeitos sobre ela; investigam-se as molduras de sentido que balizam os comportamentos das pessoas. O foco não

²⁴ Entendemos como o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social. Ou ainda, a narrativa como o “lugar” no qual as pessoas constroem sentidos, com uma dada audiência, em determinado tempo e espaço. As pessoas constroem histórias com sentido para si mesmas e para sua audiência. Para (2005), a narrativa ou sua análise tem como base a ideia de performance e como construção interacional. Assim, entende-se que o contar uma história é uma forma de agir, que envolve e persuade sua audiência.

está na situação ou no contexto pragmático da interação, mas no próprio conteúdo dos discursos. É no conteúdo que se busca o quadro, visto como uma espécie de ângulo, que permite compreender uma interpretação proposta em detrimento de outras. (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 194).

A análise de enquadramento de Goffman (2012) constitui um rico material teórico e analítico no campo da Comunicação, uma vez que possibilita relevantes compreensão e interpretação de situações comunicativas, quando especificamente se debruça em indagar: a definição da situação (“O que está acontecendo aqui?”) e a definição da realidade da situação (“Em que circunstâncias o que está acontecendo é real?”). A partir da identificação desse quadro, analisamos a interação nas manifestações das pessoas na situação social da jovem Andreza. Ou seja, analisar de que maneira o indivíduo constrói sua experiência pessoal com base no enquadramento aplicado sobre aquilo que ele julga ser real.

A segunda metodologia, conforme explicado acima, foi a Análise de Conteúdo.

4.1.2 Análise de Conteúdo

Com a Análise de Conteúdo, buscamos catalogar o conteúdo dos comentários na Fanpage do DOL, tendo como escopo de análise o trabalho de Laurence Bardin (2011). Elaboramos um protocolo próprio de análise com o objetivo de atingir os objetivos da pesquisa, avaliados como inesgotáveis até o presente momento, considerando a vasta gama de debates que surgem a partir do objeto, e fundamentalmente, o comportamento das pessoas em determinadas situações sociais.

Com a Análise de Conteúdo conciliamos dados quantitativos com verificação qualitativa, com aplicações desiguais. Na primeira, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo; já na segunda é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem tomado como relevante (BARDIN, 2011).

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 42).

A aplicação dessa metodologia teve a finalidade de compreender a construção de significados que os sujeitos exteriorizam nas narrativas presentes nos comentários das

postagens analisadas, permitindo assim, a compreensão das representações que as pessoas fazem em relação a sua realidade e a interpretação que faz dos significados a sua volta.

A escolha dessa metodologia, ressaltamos, só tem sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada. Para Flick (2009), a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas refinadas: “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material” (FLICK, 2009, p. 291).

Esta análise tem como objetivo extrapolar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Segundo Chizzotti, “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Esse é um método de tratamento e análise de informações colhidas dos textos por meio de técnicas de coleta de dados. Aplica-se a textos noticiosos, quaisquer textos escritos e também à comunicação oral ou visual pertencente a um texto. O método pressupõe uma leitura crítica do significado das mensagens, seu conteúdo expresso ou velado, ou seja, o que está dito e também o que está implícito ou mesmo disfarçado (BONONE, 2017, p. 82).

Optamos, então, por listar as fases da técnica segundo Bardin (2011), a qual organizamos em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na pré-análise, organizamos o material a ser analisado com a construção do objeto para torná-lo operacional, estruturando as ideias iniciais e conhecendo o conteúdo que seria estudado ao longo da pesquisa. Assim sendo, nesta fase, delimitamos o corpus da pesquisa; reunimos os primeiros referenciais bibliográficos; listamos todas as postagens referentes à Andreza realizadas no portal DOL e em sua fanpage no Facebook; criamos e excluímos hipóteses e objetivos em um processo de imersão na leitura dos comentários e debates gerados na citada fanpage; contabilizamos os comentários totais e criamos categorias e agrupamos comentários com narrativas de natureza similares, fazendo uma leitura flutuante do material, conforme orientação da autora. A pré-análise durou cerca de dez meses, tempo em que foi possível pinçar quais seriam nossas escolhas de estudo no universo de postagens realizadas.

Após, seguimos para a exploração do material, em uma etapa que possibilitou confirmar a abundância de manifestações de sujeitos quando falava-se de desdobramentos da vida de Andreza na rede social. Aprofundamos a análise de itens do corpus, por meio das quatro postagens, de onde filtramos 40 comentários no total, sendo dez de cada post. A codificação, a

classificação e a categorização foram básicas nesta fase (BARDIN, 2011). E, ainda sob aspectos de Bardin, lançamos mão da regra da representatividade, que diz que “a análise pode efetuar-se numa amostra desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. Neste caso, os resultados obtidos para a mostra serão generalizados ao todo” (BARDIN, 2011, p. 97).

Na fase seguinte, segmentamos e categorizamos efetivamente comentários pré-selecionados, de maneira que tivéssemos subsídios para realizar a inferência e interpretação dos resultados; condensando e destacando determinadas manifestações para análise: o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

4.2 Corpus de Análise

A fim de demonstrar o caminho seguido até a delimitação do corpus de análise, lembramos que, inicialmente, cogitou-se utilizar diversas postagens sobre variados casos de violência urbana noticiados no DOL e publicados em sua fanpage. Porém, após os primeiros levantamentos e considerações da orientadora, vimos que as postagens sobre Senhorita Andreza renderiam um rico material para análises em diversas áreas de conhecimento, uma vez que tais comportamentos nos levam ao diálogo com a Sociologia, Antropologia, Filosofia, Psicologia, Comunicação e outras.

Assim, a partir da situação comunicativa selecionada, nos debruçamos a desvelar como os sujeitos constroem os sentidos sobre a violência urbana e sobre os sujeitos nela envolvidos a partir das narrativas jornalísticas do caso de Andreza no DOL e entender de que forma interpretam a situação.

É importante retomar Rodrigues (2016, p. 21) e sua compreensão da experiência moderna, que segundo ele, é dessacralizante, fragmentadora e especializada, uma vez que consiste num processo de autonomização das razões que os seres humanos podem invocar, “utilizando apenas os recursos do seu entendimento, para justificar os modos de falar e de agir apropriados a cada uma das dimensões e a cada um dos domínios da experiência” (2016, p. 21). Pois observamos nas manifestações esse agir individual e coletivo no pensar contra o comportamento da jovem. Ora como uma pessoa produtora da violência, portanto, responsável por sua condição e realidade, e ora, como uma ameaça às “pessoas de bem”.

É interessante observar, partindo da premissa de Duarte (2016), a própria comunicação interpessoal passa a ser enquadrada pela luta entre os diferentes campos pela imposição dos

seus valores, uma vez que as pessoas passam a ser encaradas, ora como sujeitos, ativos ou passivos, dessa luta, ora como alvo das suas estratégias de mobilização.

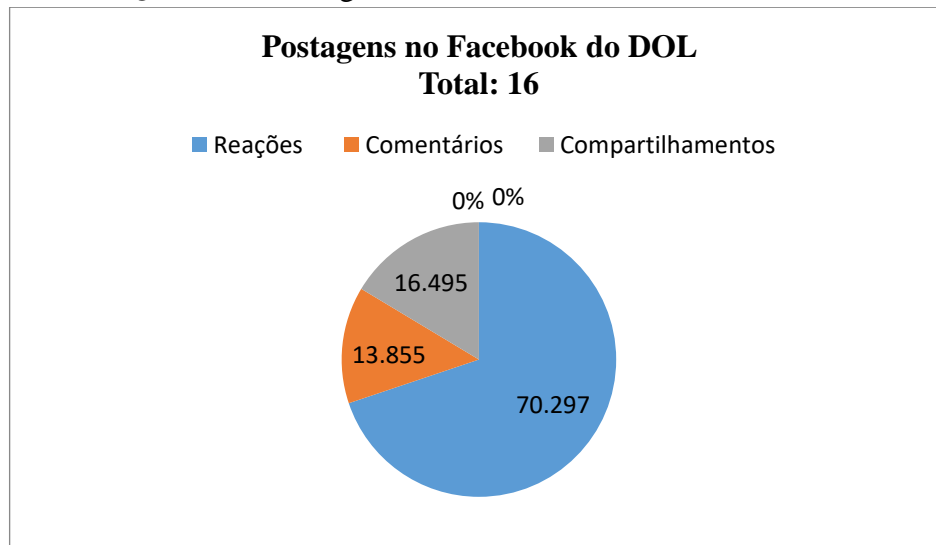
Na coleta de dados fizemos um recorte temporal de 10 meses, período de agosto de 2018 a junho de 2019, com objetivo de extrair narrativas jornalísticas noticiadas pelo DOL em diferentes momentos e acontecimentos da vida midiaticizada de Senhorita Andreza²⁵, com a intenção de compreender como os sujeitos reagem ao conteúdo das postagens e analisar suas manifestações com a construção de discursos também violentos.

Motta (2013) diz que a partir desses enunciados narrativos, as pessoas são capazes de colocar as coisas em “relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico”. Ele ressalta ainda que as narrativas fazem parte de um contexto, no qual o texto é o ponto de partida para a análise maior:

As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob pena de prenderem o seu objeto determinante. As narrativas são dispositivos argumentativos produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor, o destinatário ou a audiência. (MOTTA, 2013, p. 120-121).

Assim, realizamos alguns filtros com a finalidade de criar uma lógica, não de caráter positivista, mas de intencionalidade ao trazer o caso da jovem às suas narrativas jornalísticas. Recorremos, primeiro, às narrativas do DOL - desde o aparecimento midiático de Andreza, para compreender as motivações das pessoas em suas manifestações. Desse primeiro filtro, selecionamos 18 (dezoito) postagens sobre a jovem no portal DOL, das quais 16 (dezesseis) foram publicadas também na fanpage do veículo no Facebook, no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2018. Enfatizamos que a morte da jovem foi em abril de 2017.

²⁵ Destacamos a vida midiaticizada de Andreza considerando o que a trouxe à cena midiática, não foi sua condição de vida, mas sua visibilização se deu pelos desvios

Quadro 1. Postagens sobre Senhorita Andreza no DOL

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O total de postagens gerou 70.297 reações, 13.855 comentários e 16.495 compartilhamentos. Após análise prévia do universo de postagens, foram escolhidas para análises quatro postagens, ver Quadro 2:

Quadro 2. Postagens selecionadas para análise



Fonte: Acervo da Autora (2019)

De cada uma das quatro postagens foram filtrados 10 (dez) comentários para análise em categoria de discursos, gerando um total de 40 (quarenta) manifestações distintas, escolhas que consideramos relevantes nas nossas análises.

É importante esclarecer que não foi possível identificar nível de escolaridade e situação econômica-social das pessoas que realizaram as manifestações, uma vez que excluímos a realização de entrevistas online. Avaliamos que seria impossível conferir a veracidade das respostas, considerando que as pessoas teriam que se manifestar sobre os discursos de ódio manifestos na rede social na Internet.

Outro importante aspecto que precisa ser esclarecido é que tentamos escrever a narrativa de vida da jovem Andreza, a partir de seus familiares e amigos. Mas, infelizmente, não obtivemos retorno dos contatos mantidos com sua mãe e amigos. Eles não responderam nossos contatos. Do mesmo modo, recorremos ao canal do Youtube em busca de vídeos sobre a história da jovem, mas nada foi encontrado, somente os vídeos replicados a partir das produções e

divulgação do DOL e da TV RBA. Ou seja, Andreza “existe” pela visibilidade comunicativa dada pela mídia, mas não necessariamente por sua voz, mas pelos outros que falam por ela e sobre ela.

E a cerca dessa visibilidade comunicativa, consideramos importante refletir sobre a forma como o DOL narrou os acontecimentos relacionados à Andreza: foram divulgadas matérias de conteúdo jornalístico superficial, cujas fontes eram quase sempre policiais militares e civis e/ou a descrição das imagens do vídeo inicial. Nem mesmo na divulgação da candidatura da jovem ao cargo de vereadora, as lideranças do partido foram convidadas a falar. Andreza também não foi ouvida. À medida que foram sendo postados relatos de novos fatos, eram utilizados hiperlinks que direcionavam os internautas às matérias anteriores, ou seja, o vídeo em que ela convidada para a “social” nunca “morria”.

O DOL desenhou, assim, a narrativa dos fatos em um cenário sem poder público, sem políticas públicas, sem lei, com leituras sempre parciais ou relativas ao real, interpretações por aproximações e que, de alguma forma, convergem para silenciar vozes e invisibilizar atores envolvidos.

4.3 O “prazer” na tragédia do outro

Entendemos o vídeo em que Andreza fala da “social” regada a drogas e sexo como um quadro primário que suscitou interações e relatos de experiências particulares dos sujeitos na internet. Foi a partir dele que ocorreu a observação desses fenômenos e descrição das narrativas e manifestações na fanpage do DOL. O vídeo reproduziu um discurso de violência a medida em que a jovem propôs ações ilícitas, apresentando uma realidade de infrações e delitos. Essa violência foi propagada e ganhou novo contorno quando atingiu o público e abriu espaço para aparecimento de desdobramentos da violência urbana, refletida tanto em Andreza, quanto nos sujeitos que se manifestaram a partir do vídeo.

O quadro de violência urbana apareceu no DOL sem grandes debates por parte do veículo; desse ponto de vista, surgiu em descrição do caso e de suas reproduções, mas tendenciando a parcialidade, já que Andreza era exposta sem critérios e análises. Quando a mensagem chegou ao público, a informação foi enquadrada e transformada a partir da experiência dos sujeitos na fanpage. Foi a partir daí que fizemos o recorte e o enquadramento dos quatro posts pré-selecionados e analisamos os comentários, estes quase sempre com opiniões enunciadas conformando um sentimento gratificante de prazer e vingança.

Por que a tragédia gera prazer? Foi a partir de uma das mais antigas perguntas filosóficas que nos defrontamos com as postagens sobre a condição da jovem Andreza. Observamos nas manifestações um misto de prazer, ódio, raiva e castigo.

E é Eagleton (2013, p. 237-238) que nos ajuda a pensar a questão, quando diz que a tragédia gera prazer porque purificar uma emoção excessiva é agradável por si só,[...]ou porque ela coloca nossos insignificantes problemas na perspectiva de castigo”. Afirmo ainda que,

nós nos deleitamos com a firmeza do espírito humano diante de uma calamidade torturante, ou encontramos uma satisfação epistemofílica, por mais rabugenta que seja, em apreender a verdade e conhecer o pior. Deleitamo-nos com a tragédia, porque ver a desventura do outro é uma fonte de prazer cruel para nós, ou porque gostamos de nos compadecer das vítimas, o que também sempre é, em algum nível, um agradável exercício de autopiedade (EAGLETON, 2016, p. 238).

Nossos achados vão do ódio, à agressividade, à desumanidade, à negação do outro ou à indiferenciação e à separação entre indivíduos do bem e indivíduos do mal, na interpretação da situação comunicativa da jovem Andreza. Nossas análises partem da situação e das circunstâncias das manifestações, dentro de um quadro denominado pela violência. Ou seja, o contexto vivido pela jovem e a sua relação na sociedade.

As análises caminham nessa perspectiva de compreensão da situação comunicativa em que estão envolvidos a jovem Andreza e as pessoas que se manifestam sobre sua vida. E isso nos remete às discussões empreendidas por Norbert Elias, no seu livro “Os estabelecidos e os outsiders²⁶” (2000), quando afirma que “ao que parece, quase todos os grupos humanos tendem a perceber determinados outros grupos como pessoas de menor valor do que eles mesmos”. Ou seja,

O grau de estigmatização pode variar de um caso para o outro, e as ações que devem tornar claro para o grupo outsider o fato de seus membros serem um objeto de maior desprezo podem ser ruidosas e bárbaras, ou aparecerem em uma tonalidade mais amena (ELIAS, 2000, p. 199).

²⁶ O livro é resultado de um trabalho etnográfico feito por Norbert Elias numa cidadezinha no interior da Inglaterra, e que combina dados diversos, entre estatísticas oficiais, relatórios governamentais, documentos jurídicos e jornalísticos, entrevistas e observação participante, com objetivo de alcançar “o conjunto de pontos de vista (e de posições sociais) que formam uma figuração social, e compreender a natureza dos laços de interdependência que unem, separam e hierarquizam indivíduos e grupos sociais” (ELIAS, 2010, p. 9).

A própria narrativa do DOL enquadra expressões que reforçam o caráter “desviante” da jovem Andreza, ou seja, fora das normas ou padrões considerados aceitáveis nas relações de sociabilidades.

O desvio – por mais diverso que seja, e ele o é extremamente – é sempre e essencialmente uma diferença. Todo fenômeno de desvio é colocado sobre – e definido pelo – sinal da diferença. O desviante é essencialmente percebido e representado como sendo diferente do restante do grupo social (FAUGERON, 1976, p. 13).

Dentro de uma perspectiva interacionista, o autor refletirá que o comportamento não-conforme não será mais definido pelo ato desviante em si, nem por suas causas, mas pelas reações dos outros.


Portanto, a moralidade de uma sociedade será socialmente construída; ela é relativa aos atores, ao contexto social e a um dado momento histórico. Logo, a moralidade passa a ser definida pelas pessoas cujas reivindicações têm como base seus interesses, valores e visão de mundo. Ou seja, “Considerando-se que o desvio é uma definição social, os interacionistas se preocupam com sua construção, com a forma que certos rótulos são colados em algumas pessoas [...] (LIMA, 2001, p. 190) e as consequências geradas a partir desses rótulos.



Nessa perspectiva, observando o caso da jovem paraense, seu caráter desviante foi tomado em dois níveis: nas narrativas jornalísticas e na reação dos outros. Segundo as teorias da rotulação, o desvio é o resultado das iniciativas do outro, uma vez que esse outro vai construir um processo de intervenções de seleção, identificação e tipificação dos indivíduos.


Para Lima (2001), o desvio e a rotulação de indivíduos ou grupos sociais dependem da maneira que o fenômeno é vivido em cada sociedade, mas se configuram em operações materiais e simbólicas que dão sentido às práticas e governam as ações dos atores, no plano individual e social. A postura de Andreza e o tratamento conferido pelos sujeitos refletem as tensões e contradições sociais do aparecimento e invisibilidade de jovens como ela, que experimentam o que chamamos de “morte social”.


A seguir, vamos apresentar os comentários que foram analisados, mais a frente, em categorias.


Figura 8. Comentários na postagem "Senhorita Andreza"


 Reflexo da condição de muitos jovens hj, sem perspectiva nenhuma de vida !
Curtir · Responder · 4 a 193


 Superfã
 Não por falta de opção que fique claro!!! Venho de família humilde, estudei sempre em escola pública e convivi com o crime ao meu redor no bairro onde moro, no bairro onde estudava assim como em toda a cidade, e não mudei para o lado do crime!
Curtir · Responder · 4 a 17


 Elton Marry Letícia perfeitamente concordo com vc.
Nasci e fui criada no Guetto de marituba. Onde é considerado um dos municípios q mais tem criminalidade no estado do Pará , convivi e convivo com o crime ao redor até hje, não venho de família com alto poder aquisitivo.. no entanto não me misturei com a "banda podre", com os que optam pela vida fácil .
Meus pais criaram eu e mais 4 irmãos na baixada de marituba, no meio do tráfico, e crescemos honestos, justos e trabalhadores, não viramos coisa q nao presta, fomos de contra o q a sociedade impõe, que porque voce nasce na baixada, E , Ou vai ser bandido(a)
Curtir · Responder · 4 a · Editado 9


 Pessoas não se enganem essa situação não envolve apenas os menos favorecidos e recebedores de esmola citados em outros comentários, esse é o retrato da sociedade e da falta de valores.
Muitas vezes culpamos o governo da situação caótica dos nossos jovens, mas como estamos criando nossos filhos e que valores estamos passando a eles?
Pobreza ã é e nunca foi sinônimo de falta de caráter ou marginalidade.
O governo realmente não dá assistência a população, mas a melhor assistência é a que forma caráter é a que se dá em casa.
Curtir · Responder · 4 a · Editado 49



 vagabunda se fudeu kkkkk eu colocaria ela em uma jaula cheia de drogas e deixava ela usar ate morrer espumando pela boca
Curtir · Responder · 4 a

 O País está sim um verdadeiro caos em todos os sentidos, porém a educação começa dentro de casa, os princípios, a moral e os bons costumes são ensinamentos que recebemos de nossos pais independente da classe social. Na escola aprendemos o complemento disso. Lamentável saber que esse vídeo retrata apenas mais uma dentre muitas histórias as quais acontecem diariamente, pessoas alienadas desperdiçando suas vidas por tão pouco.
Curtir · Responder · 4 a 7

 Não o pior de tudo é que em pleno séc. XXI ainda tem "homem" que na verdade são verdadeiros moleques que acham esse tipo de aberração a coisa mas linda do mundo. Esse cabelo? Ela acha que ta linda. Essa tatu ta bonita nela pra cacete sqn. E essa linguagem culta dela, o portugues mandou abraço, escola passou longe disso ai. E por essa e varias outras coisas que o estado do pará é visto como atrazado.
Curtir · Responder · 4 a 15

 Sem educação, sem valores...alimentando tráfico, incentivando a violência e todas as coisas ruins que vem das drogas!
Uma pena!
Curtir · Responder · 4 a 2

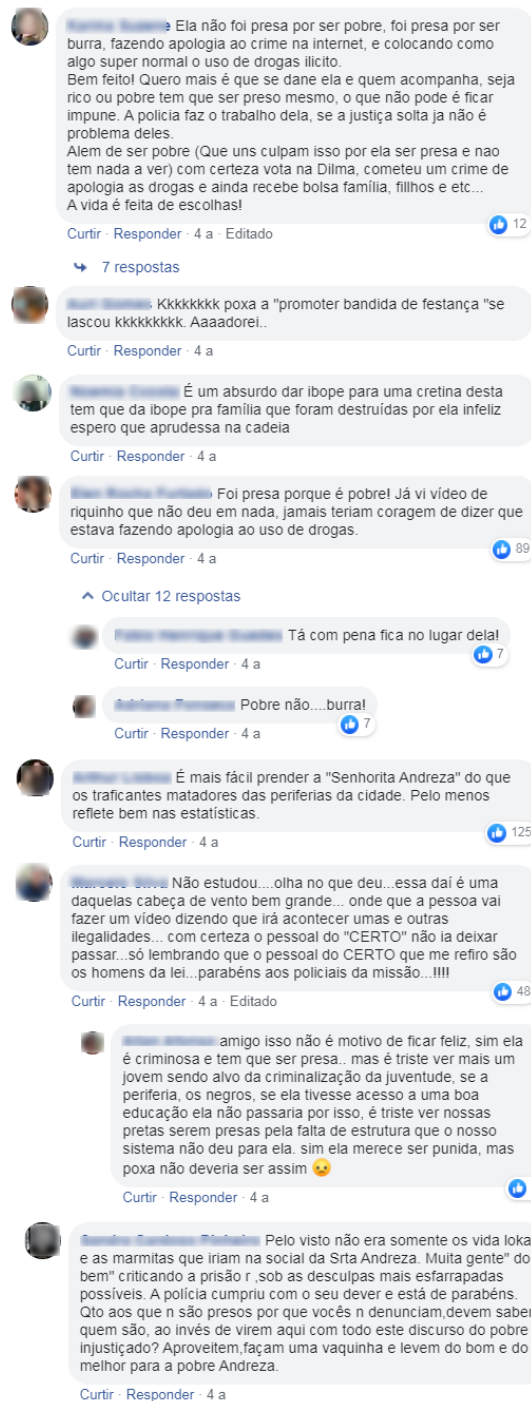
 Ainda dizem que é culpa da sociedade ,do governo,das políticas públicas,um lixo humano esta criatura
Curtir · Responder · 4 a 4

 Superfã
 Ainda não mataram essa praga?...a mãe carrega durante 9 MESES, CUIDA BEM;QUANDO VIVER NO MEU O DA IMUNDICE, AGORA ENVERGONHAA MAE, FUZILA ELA NA PRACA!
Curtir · Responder · 4 a

Fonte: Acervo da Autora (2018)

Preconceitos, discriminação, desprezo e inferiorização. São manifestações marcantes desses dez comentários nesta primeira postagem, em que seis homens e quatro de mulheres se manifestam, sem considerar as condições vividas por Andreza, fazem todo tipo de comentário pejorativo. Neste post nem homens nem mulheres teceram qualquer comentário no sentido de entender ou questionar a situação da jovem, ou falar do papel do Estado na realidade de jovens infratores. Em todos, constatamos inserções críticas, agressivas ou de incitação à morte. A jovem foi chamada de “lixo humano”, “vagabunda” e “praga”: expressões marcantes que subjugam, menosprezam e depreciam. Em outra manifestação, um homem diz: “deixava ela usar (drogas) até morrer espumando pela boca”, exemplo de postura sem empatia, sem reflexão, mas com total agressão, irracionalidade e brutalidade que invisibilizam a existência de Andreza como cidadã.

Figura 9. Comentários na postagem "Não vai ter social. 'Senhorita Andreza' é presa"

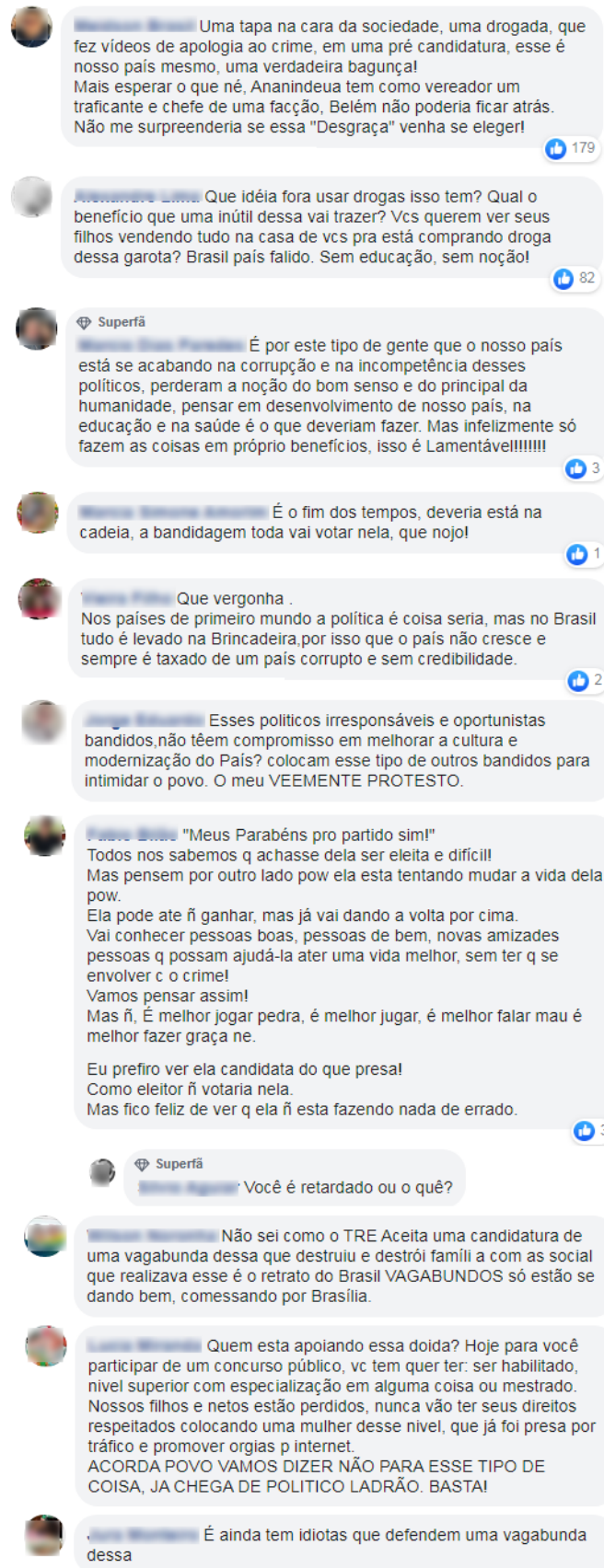


Fonte: Acervo da Autora (2019)

Nesta segunda postagem, foram registradas manifestações de cinco homens e cinco mulheres, em que foi percebido apenas um homem opinando sobre Andreza estar sendo alvo da criminalização da juventude e ressaltando que se ela tivesse acesso à educação, não passaria pelo que estava ocorrendo. Uma mulher comentou que se a jovem fosse rica, não diriam que ela estava fazendo apologia ao uso de drogas: "Foi presa porque é pobre. Já vi vídeo de riquinho

que não deu em nada, jamais teriam coragem de dizer que estava fazendo apologia ao uso de drogas”. Vemos que 80% das manifestações atacaram Andreza de forma violenta. E, ainda que tentassem ponderar as questões sobre ela ter sido presa por ser pobre, quase totalidade das manifestações foram um espetáculo de linchamento moral e público contra Andreza: “É um absurdo dar ibope para uma cretina desta, tem que dar ibope para famílias que foram destruídas por essa infeliz, espero que apodreça na cadeia”.

Figura 10. Comentários na postagem "Srta. Andreza lança pré-candidatura a vereadora".



Fonte: Acervo da Autora (2019)

Andreza é associada a tudo de negativo na sociedade brasileira, como corrupção política, inútil, preconceito de gênero, criminalidade, entre outras. Das dez manifestações - oito homens e duas mulheres, apenas uma pessoa expressa uma opinião de esperança e possibilidades de mudanças, quando afirma: “mas pensem por outro lado pow ela esta tentando mudar a vida dela pow (sic)”. Mas em seguida estabelece a diferença entre indivíduos do bem e indivíduos do mal, quando escreve: [...] vai conhecer pessoas boas, pessoas do bem, novas amizades pessoas que possam ajudá-la a ter uma vida melhor [...].

Figura 11. Comentários na postagem "Senhorita Andreza é assassinada a tiros na Cabanagem, em Belém"

Andressa Andreza Bandido bom é bandido morto! Quem quiser vivo leva pra casa, essa coisa de "politicamente correto" já está enchendo o saco! Essas pragas matam pais e mães de famílias que tiram o suor da cara para trabalhar e sustentar a sua família!!!! Os cidadãos de bem é que são vítimas desses bandidos!!!!

Andressa Andreza Engraçado... Quando um PAI (MÃE) de FAMÍLIA, TRABALHADOR, morrem em um assalto ou de bala perdida. Não vejo as redes sociais (pessoas) se importarem com isso... Na realidade quem é ser humano?

Andressa Andreza Tá com pena mano, vai lá leva os direitos humanos e aproveita paga o velório, pq de vagabundos eu não tenho pena, e tem q ser enterrado de cabeça pra baixo caso resolva ressuscitar

Andressa Andreza Senti por isso! Antes de tudo ela era autêntica! Foi mais uma vítima do sistema gerado pela precariedade familiar, educacional e política, fruto da imoralidade, desvios de conduta ética, incompetência governamental e corrupção! Se você a julga, condenando-a ao inferno, provavelmente crê que isso existe e, portanto, já deve ter consciência que é para lá que você também vai! Abaixo à hipocrisia!

Andressa Andreza Vítima kkkkkkkkkkkkkk, nasci na terra firme, cresci na terra firme, próximo a uma boca de fumo, hoje sou economista formada pela ufpa e não virei bandida..

Andressa Andreza Entendo que alguns comentários sejam fortes demais, mas todos que estão com pena da situação, me digam, se fosse para seu filho que ele vendesse suas drogas? Se fosse para seus familiares??Aqui no Brasil, prisão basta? Alguém fica realmente preso o tempo que merece? Ahhh, poxa, ela deixou uma filha pequena, mas que exemplo ela seria para a filha dela? Vivendo no mesmo ambiente que a mãe, essa criança viria a ser o que no futuro? Claro que tudo isso não justifica a forma com que a mesma veio a perder a vida, na vida do crime todos sabemos que as opções são essas, alguns ainda tem chance de recomeçar e não aproveitam, e o fim é esse gente... Quem sabe a morte dela, não é uma chance da filha dela fazer diferente, eu espero que sim...

Andressa Andreza Morreu com 22anos, agora todo mundo com pena né?porém quantas mães e pais,ela fez chorar?quantas famílias foram destruídas, com as drogas que ela ajudava a fornecer,cada um colhe o que planta,sem hipocrisia,mas isso já era de se esperar.

Andressa Andreza Ahhh quanta hipocrisia. Quando ela se candidatou a vereadora, os comentários aqui eram os piores possíveis. Agora que ela teve o fim de 99,9% dos traficantes, é coitadinha? Quando morre um traficante qualquer, todo mundo acha lindo. Aí morre uma traficante da mídia, "que pena, era um ser humano." Vou falar aquele velho clichê "leva pra casa, essas desgraças então". Prefiro 1000x um traficante no caixão do que várias famílias destruídas.

Andressa Andreza SENHORITAANDRESSA E AS MISÉRIAS QUE NOS ASSOLAM
Uma pessoa que só teve acesso à miséria, ao preconceito, à indignidade, à injustiça, à desigualdade e à falta de oportunidade tem maior probabilidade de se tornar um adulto bem sucedido ou mal sucedido na vida? Senhorita Andressa não era vítima, por que era consciente do que fazia, mas, indubitavelmente, foi produto destas circunstâncias trágicas que marcaram sua breve e miserável vida. Há milhões de Senhoritas Andressas condenadas a um trágico fim nas periferias das nossas grandes cidades. Agora, o pior é a miséria humana dos que comemoram o seu assassinato. Desta miséria deriva as demais que nos assolam.

Andressa Andreza Só foi mais uma para a estatística.... Parabéns aos motoqueiro fantasma 🙏🙏🙏🙏🙏... Enquanto tiver matando quem destrói famílias estão de parabéns.

Marcio Fonseca Tenho pena é das mães que ela deixou chorando muitas vezes pq seus filhos roubavam dentro de casa pra consumir as drogas que ela vendia. Não vamos dar uma de hipócritas e começar a se lamentar e julgar outros comentários. Eu duvido se algum de vcs que tão criticando os comentários de repúdio dessa doida, tivesse perdido um parente, um ente querido por causa dela, se vcs estariam com o mesmo pensamento de "pena". A família dela sabia de toda a vida dela e como ela levava, e sabiam tbm que esse ia ser o fim dela uma hora ou outra. O que mais me indigna é que na CAMPANHA eleitoral dela de vida pública, era o que mais aparecia as fotos dela na cadeia algemada por tráfico de drogas e rindo, e mesmo assim ainda recebeu votos. E com certeza viria novamente ser candidata e provavelmente ainda ganhasse. Aí eu queria ver vcs falarem mal e repudiando os eleitores. Fala sério. Agora vem com esses mimimis.

Fonte: Acervo da Autora (2019)

Nos comentários acima, entre seis homens e quatro mulheres, dois homens entenderam que a morte de Andreza era resultado de “circunstâncias trágicas” que marcaram sua vida, como é possível ver em: “(...) foi uma das vítimas do sistema gerado pela precariedade familiar, educacional e política, fruto da imoralidade, desvios de conduta ética, incompetência governamental e corrupção (...)”. Mas é dessa postagem que sai também a reprodução de um dos discursos mais nocivos: “bandido bom é bandido morto”, conforme analisamos a seguir.

Aqui também os Direitos Humanos são citados e colocados em xeque, ação corriqueira de defensores de violência, a quem recorrem para criticar. “Tá com pena mano vai lá leva os direitos humanos e aproveita e paga o velório, pq de vagabundos eu não tenho pena(sic) (...)”. Percebemos o distanciamento como a maioria dos sujeitos se coloca em relação a Andreza, que é tratada como um ser abominável e sem merecimento de humanidade.

4.4 Resultados

4.4.1 Linchamento virtual e distanciamento do “outro”

Vagabunda, lixo humano, bandida, pilantra, desprezível, verme, cretina, patifa, aberração, malandra, doida, desocupada, ridícula, criatura, praga, maluca, moleca. Esses foram alguns dos muitos termos pejorativos empregados contra Andreza desde sua primeira aparição na fanpage do DOL. Ela viveu um linchamento²⁷ virtual: foi julgada, exposta, massacrada, culpada, odiada. E quem dissemina esses discursos quase sempre o fazem sob a justificativa de estarem combatendo criminosos e a criminalidade, ainda que pelo uso da violência.

Os linchamentos ganharam posição nos atuais ambientes interativos do ciberespaço, adotaram outra forma e se ajustaram significativamente ao contexto tecnológico das redes sociais digitais, transportando atos brutais de violência nas ruas para a tela de um dispositivo móvel. Por isso, vê-se uma aceleração das relações dos sujeitos no que diz respeito ao uso de aparelhos tecnológicos como meio de supostamente executar a justiça social.

²⁷ A palavra tem origem no inglês, sendo tradução direta do termo “lynching”, nascido por sua vez como uma variante do termo “lynchlaw”: uma referência a uma forma de justicamento sumário, executado de maneira direta, pessoal, e sem a mediação do Estado. José de Souza Martins (2015) defende que no Brasil existe principalmente uma questão da relação entre o absurdo moral de um crime e a necessidade, do ponto de vista de uma vontade coletiva, de uma punição que exacerba o próprio crime e que, de alguma maneira simbólica, restitua ou compense o que o crime subtraiu, desde uma vida até alguma propriedade privada. Pode-se dizer que o linchamento no Brasil é um ato coletivo em que os envolvidos atribuem valor como uma forma de exercer justiça diante de crimes moralmente mais graves (estupro, assassinato, roubo e latrocínio), esse ato possui padrões referentes ao seu desenrolar e resultados finais, além de possuir uma significação simbólica presente na sua recorrência ritualística.

A pesquisadora Recuero (2013) diz que os linchamentos virtuais instituem uma ameaça à face - uma imagem positiva criada para facilitar a interação entre as pessoas - ou seja, uma ameaça à identidade de determinado sujeito. Na Internet, assim como fora dela, existem regras que devem ser adotadas e, caso haja uma quebra dessas regras, ocorre o linchamento.

Quando não há cooperação, seja pelo desconhecimento das normas, seja pelo descaso pelas mesmas (o que é comum, uma vez que os grupos na conversação em rede não são necessariamente formados pelo estabelecimento de interações e laços mais fortes, logo, não há compromisso), há conflitos e violência nos discursos (RECUERO, 2013, p. 9).

A autora reforça o distanciamento presente entre as relações dadas no meio virtual. Para Recuero (2009, p. 37), a distância entre os atores permite a existência da sensação do anonimato uma vez que a relação do corpo físico e a personalidade do ator não é imediatamente reconhecida. Como resultado desta característica, haveria maior facilidade para iniciar e terminar relações, já que estas não envolveriam o “eu” físico do ator.

Os espaços do ciberespaço precisam ser situados no contexto das sociedades complexas, concebendo-os como pertencentes a um universo que engendra processos e formas sociais que contribuem para a compreensão da dinâmica social característica da contemporaneidade. "O ciberespaço se apresenta, assim, como mais uma instância implicada nessa multiplicidade social e pluralidade individual constitutiva da vida e do sujeito contemporâneo" (MÁXIMO, 2010, p. 41). Portanto, estamos tratando de um fenômeno relevante que, mesmo ocorrendo na Internet, se conecta às dinâmicas da vida cotidiana contemporânea que extrapola o limite da própria rede.

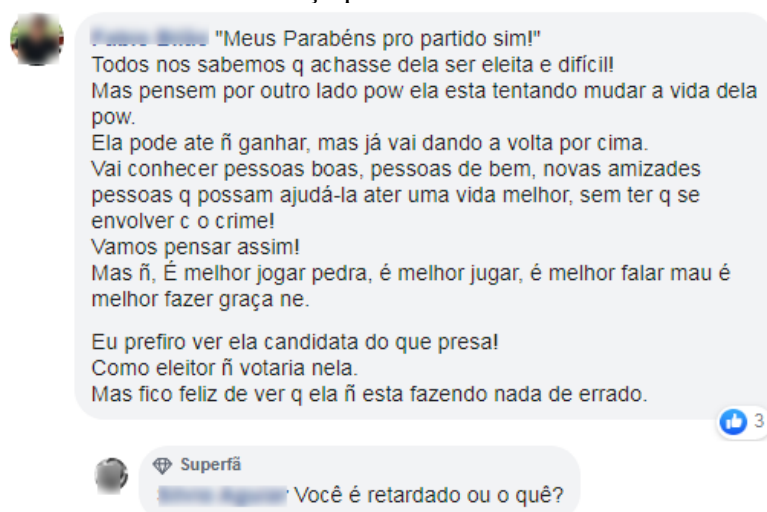
Ao chamá-la de “aberração” em um comentário, um sujeito questionou o cabelo, a fala, as tatuagens da jovem, como se ali fosse um tribunal, um espaço para acusações e apontamentos, como se esses fossem elementos definitivos de jovem. Andreza foi tratada sem qualquer humanidade ou consideração. Para ele, Andreza era tão invisível enquanto ser humano e cidadã, que não havia qualquer remorso ou filtro no tratamento dado naquele ambiente. Em outro momento, outro sujeito dramatiza: “ainda não mataram essa praga?(...) fuzila ela na praça (sic)”. Esses discursos mostram de um lado a invisibilidade por que passam adolescentes e jovens de classes sociais baixas nas suas áreas de moradia e socialização, não bastassem as privações materiais culturais as quais são submetidas. E outros indicam tipo de malhas simbólicas e ideológicas que permitem a visibilidade dos jovens, uma visibilidade intensificada pelo preconceito e medo da violência, delimitados apenas em características físicas, sociais e geográficas, supostamente reveladoras da periculosidade dos seus portadores (ALVIM E PAIM, 2000).

Trata-se, então, do que Sales (2007) expõem como uma condição de “visibilidade perversa”, seletiva e reprodutora de discriminações históricas contra os setores mais pauperizados e insubmissos das classes trabalhadoras urbanas. (SALES, 2007, p.27). Ou seja, Andreza tornou-se “conhecida”, “visível” em um espetáculo midiático explorado pelo DOL, no entanto, não saiu de sua bolha de exclusão; os possíveis motivos e causas de sua condição sequer foram levantados, a população seguiu sem compreender ou pensar nas bases geradoras da incivilidade e violências crescentes, aumentando o distanciamento do “outro”. A invisibilidade efetiva de Andreza foi legitimada por cada manifestação de sujeitos que a enxergavam como escória da sociedade, como um elemento a ser combatido.

Bauman (2001) nos mostra que a modernidade ingressou em uma fase aguçada de privatização e individualização que desassociou os poderes de derretimentos dos sólidos da tradição de seu reenraizamento na ordem moderna, e, assim, permitiu uma desarmonia. Segundo o autor, as relações modernas estão cada vez mais passageiras e maleáveis; a rapidez, a individualização e a desconfiança afeta a capacidade de reconhecer o próximo. Essa falta de reconhecimento, de muitas origens, afetou o modo como Andreza foi narrada e recebida pelos sujeitos.

Também recorreremos a Bauman para explicitar, como no caso de Andreza, os sujeitos se unem por afinidades e buscam no outro a si próprios, buscam reforçar suas ideias, recusando o que não se enquadra nelas. Os defensores do discurso “bandido bom é bandido morto”, por exemplo, reforçam suas opiniões por meio de curtidas nos comentários, fazem novas manifestações defendendo o discurso e rechaçam aqueles que criticam ou discordam desta postura. Ou seja, quem não se encaixa no perfil, é demonizado e vira autor de ameaças à estabilidade da vida privada.

Figura 12. Comentários na postagem
 “Srta. Andreza lança pré-candidatura a vereadora”



Fonte: Acervo da Autora (2019)

Não somente Andreza foi vista como inimiga, mas até mesmo aqueles que defendiam discursos contrários a julgamentos superficiais e uso de termos pejorativos para difamar e rebaixar a jovem. O comentário “você é retardado ou o quê?” expressa o descrédito dado a Andreza e seus “defensores” quando se candidatou ao cargo de vereadora de Belém.

Um estímulo evidente para nossa falta de responsabilidade em relação aos nossos atos é a ignorância dessa teia complexa de conexões. A maioria dos efeitos de nossas ações ou negligências, ou da ação da negligência dos outros, acaba aparecendo como consequências inesperadas, efeitos colaterais surpreendentes ou estragos não calculados. Nós podemos limitar os danos (embora talvez seja impossível eliminá-los por completo) se aprendermos mais sobre a importância do bem-estar das pessoas e o quanto elas podem sofrer com o resultado de nossas ações. (BAUMAN, 2010, p. 76).

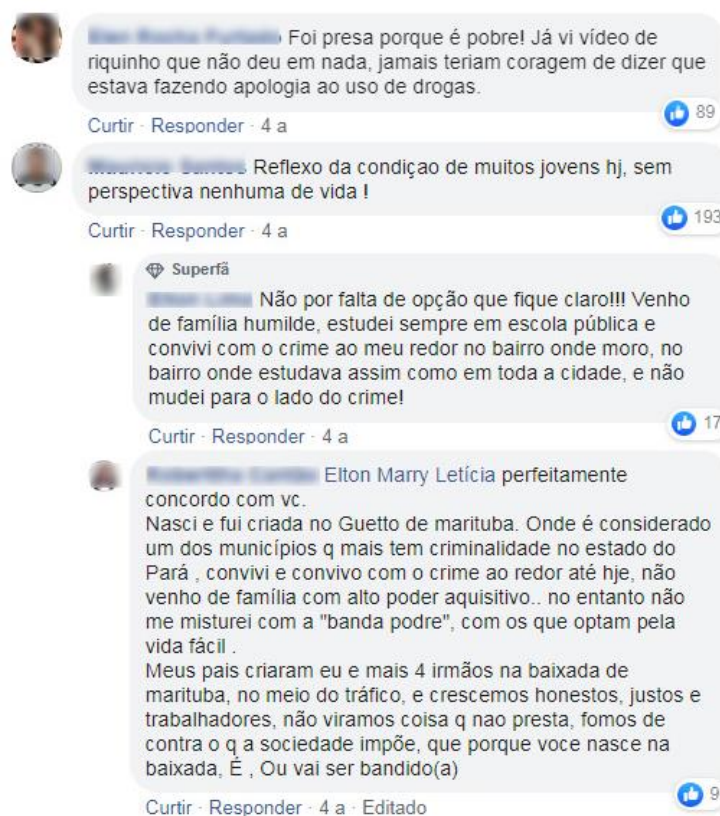
Andreza foi rebaixada e marginalizada, em um processo que ocorre porque as pessoas deixam de se tornar sensíveis às necessidades mais básicas do “outro”. Bauman (2007a) fala que nós tememos a aproximação do “outro”, pois este indivíduo é visto como um inimigo, uma constante ameaça que pode desestabilizar ou destruir a organização familiar, profissional ou social, logo este sujeito será sempre um problema, um empecilho que deve ser eliminado; por isso tudo aquilo que é feito para garantir sua destruição se torna válido e socialmente aceito.

4.4.2 Entre pobreza e criminalidade

Um debate presente nas manifestações foi a correlação entre violência e pobreza. Alguns negam que viver na pobreza está ligado viver na criminalidade. Pelo contrário, por exemplo: "...venho de família humilde, estudei em escola pública e convivi com o crime ao meu redor (...) e não mudei para o lado do crime". Nesta frase, uma mulher afirma que viveu sempre no meio da criminalidade, mas não desviou seu caminho. Percebemos neste quesito que há sujeitos que fazem reflexões acerca das oportunidades vivenciadas por jovens pobres e ricos.

Quando dito que Andreza, como “muitos jovens hoje”, vive “sem perspectiva nenhuma de vida”, houve reação de outros sujeitos que respondem a estes discursos utilizando de suas experiências de vida para ratificar ideias de que o meio em que se vive não deve afetar o desenvolvimento e a ascensão econômica e social das pessoas.

Figura 13. Comentários nas postagens “‘Senhorita Andreza’ convida para social com sexo e drogas” e “Não vai ter social. 'Senhorita Andreza' é presa”



Fonte: Acervo da Autora (2019)

No livro “A Ralé Brasileira: quem é e como vive” (2006), Jessé Souza fala que a ideologia principal do mundo moderno é a “meritocracia”, ou seja, a ilusão de que os privilégios modernos são “justos”:

Sua justiça reside no fato de que “é do interesse de todos” que existam “recompensas” para indivíduos de alto desempenho em funções importantes para a reprodução da sociedade. O “privilegio” individual é legitimado na sociedade moderna e democrática, fundamentada na pressuposição de igualdade e liberdade dos indivíduos, apenas e enquanto exista essa pressuposição (SOUZA, 2006, p.32)

Segundo o autor, o ponto principal para que essa ideologia funcione é conseguir separar o indivíduo da sociedade:

Nesse sentido, toda a determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso têm que ser cuidadosamente silenciadas. É isso que permite que se possa culpar os pobres pelo próprio fracasso. É também o mesmo fato que faz com que todo o processo familiar, privado, invisível e silencioso, que incute no pequeno privilegiado as predisposições e a “economia moral” – o conjunto de predisposições que explicam o comportamento prático de cada um de nós - que leva ao sucesso - disciplina, autocontrole, habilidades sociais, etc – possa ser “esquecido”. O “esquecimento” do social no individual é o que permite a celebração do mérito individual, que em última análise justifica e legitima todo tipo de privilégio em condições modernas. É esse mesmo “esquecimento”, por outro lado, que permite atribuir “culpa” individual àqueles “azarados” que nasceram em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade. Como, no entanto, o social, também nesse caso, é desvinculado do individual, o indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero “azarado”, mas como alguém que, por preguiça, inépcia ou maldade, por “culpa”, portanto, “escolheu” o fracasso. (SOUZA, 2006, p.32)

Não queremos aqui apresentar Andreza como vítima, mas precisamos suscitar reflexões a partir dos comentários analisados. Ou seja, em que perspectiva se estabelece esse imaginário nas mentes das pessoas. A violência vista no vídeo de Andreza desencadeou outros atos violentos. Seu assassinato foi visto como represália e justificativa à sua postura delituosa. E isso alimenta uma espiral de violência que fica cada vez pior, inclusive no ambiente online.

Nesse sentido, também identificamos a percepção da impunidade em manifestações que consideraram que se fosse algum jovem rico divulgando o mesmo vídeo que Andreza protagonizou, não teria como destino a prisão e o linchamento público. Sales (2007) reforça

que a cultura da impunidade²⁸ é a mesma que reproduz historicamente na sociedade sobre a forma do “jeitinho brasileiro”; impunidade que tem sido uma prerrogativa das elites e, no máximo, das classes médias, ou daqueles que estão sob sua proteção porque estão de acordo com alguns de seus interesses.

4.4.3 Bandido bom é bandido morto

Quando o assassinato de Andreza foi anunciado, foram muitas as reações e manifestações que comemoravam o acontecido. O primeiro comentário no post “Senhorita Andreza é assassinada a tiros na Cabanagem, em Belém” era taxativo: “Bandido bom é bandido morto” e, a partir daí, houve um onda de manifestações reforçando que a morte foi resultado – necessário – de uma escolha da jovem. Os sujeitos foram além e disseram que a saída para as mazelas que Andreza carregava com ela era a morte. O comentário referido teve mais de 100 curtidas, com sujeitos reforçando o discurso e demonstrando sua influência na construção do olhar sobre a criminalidade e sobre a negação de direitos existente nessa prática discursiva.

O discurso de “bandido bom é bandido morto” se apoia no entendimento de que há um poder punitivo que alimenta o olhar seletivo sobre o “ser bandido”, ao mesmo tempo em que resulta do processo de criminalização seletiva, que, de um lado, é construída devido aos interesses socioeconômicos que permeiam modo de produção, por outro, também se perpetua através da construção da imagem elaborada acerca do crime e do criminoso (FLORÊNCIA, SILVA, 2018) na qual, no caso de Andreza, o DOL teve papel fundamental.

Essa ideia insere-se em uma perspectiva ideológica que ignora a seletividade punitiva, resultante de um processo de criminalização que escolhe os sujeitos que serão criminalizados a partir de suas realidades sociais, sendo o discurso proferido pela sensação de justiça e defesa social, desconhecendo quais são os bandidos que, segundo a ideia, mereceriam morrer e o porquê da punição. Esse discurso, historicamente, guarda relação direta com o sentimento de inutilidade presente na sociedade para com determinadas fatias sociais. (FLORÊNCIA, SILVA, 2018, p.283)

²⁸ Um forte exemplo da impunidade e de suas consequências éticas e sociais a longo prazo está ligado aos jovens infratores das classes abastadas no Brasil: até hoje eles encontram, com apoio de suas famílias, formas estratégicas jurídicas e financeiras para escapar à pena de internação e/ou de privação de liberdade (caso dos jovens adultos) (...) Este gênero de coisas reforça evidentemente a desigualdade, o sentimento de injustiça social e os preconceitos contra os adolescentes pobres. Todavia, o vazio da autoridade costumeiro na direção dos mais ricos, somado a toda problemática cultural contemporânea, tem contribuído para o engajamento progressivo dos jovens das camadas médias no mercado de drogas sintéticas e outras, de maneira que eles se veem em cada vez, como reincidentes, confrontados à justiça. São os novos traficantes ou traficantes de novo tipo. (SALES, 2007, p. 311)

Andreza foi “desumanizada”, tratada como um “verme” que prejudicava famílias (ver figura 14), uma “vergonha” para o Estado. A construção e validação da imagem da jovem criada no ambiente online foi instrumento de justificativa para que sofresse penas cruéis, inclusive a morte, em um processo de higienização e salvação da sociedade. E todos os “sujeitos de bem” da internet a levaram a uma morte civil, antes mesmo da morte biológica. Ela foi desumanizada para que sua morte não chocasse a sociedade, ao mesmo tempo em que a “pena” servia como alerta para que os demais temessem descumprir as leis e ter o mesmo destino.

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 1999, p. 305).

Percebemos que os sujeitos em questão não se comoveram com condições e sentimentos alheios, e foram capazes de comemorar a morte de uma jovem mãe. Isso nos faz refletir sobre a violência e mal enraizados em cada um que vê na legitimação da violência a oportunidade para expor todo ódio e vingança nutridos dentro de si. Manifestações que defendem o combate do “mal” com o “mal” e a morte como merecimento para criminosos refletem uma sociedade sem ética, que legitima e justifica a violência como forma de extermínio de uma juventude envolvida com a criminalidade.

Concomitantemente, identificamos discursos de ódio e utilização de expressões usadas para desvalorizar, inferiorizar, perseguir, insultar, prejudicar Andreza e que já não são apenas expostas no ambiente social, mas, principalmente, digital e midiático. Assim sendo, entendemos que o ódio se exterioriza a partir da agressividade, crueldade, intolerância e violência. Pensamos nos discursos de ódio como consequências da insensibilidade moral (BAUMAN, 2014) e que estão presentes na mídia tradicional a partir das falas de construção e desconstrução entre o “bem” e o “mal”.

Esse “mal”, segundo Donskis (2014, p. 16), se “revela com mais frequência quando deixamos de reagir ao sofrimento de outra pessoa, quando nos recusamos compreender os outros, quando somos insensíveis e evitamos o olhar ético silencioso”. Esse ódio é inerente a natureza humana e não pode ser ignorado ou ter sua existência negada.

O ódio pode ser um sentimento calculado, segmentado, socialmente aceito e brutal, pois tem a capacidade de destruir tudo aquilo que há por onde passa. Não se trata, portanto, de um sentimento que repele, principalmente se suas causas e consequências forem justificadas pelo bem de todos. O ódio mobiliza

a agressividade e a crueldade colocando uns contra os outros. Não há limites para ele e isso se torna ainda mais perigoso quando sua existência é negada, e no silêncio da ausência de discussões ele ganha raízes e forças para se perpetuar. O ódio está sempre no outro e nunca em nós mesmos. (PINHO, 2018, p.72)

Compreendemos que o discurso de ódio não se configura simplesmente como uma narrativa de contraposição de ideias; é, na verdade, um mecanismo de desqualificação do outro, que, por seus desvios, passa a ser indigno das mesmas garantias e direitos dos que falam. Esse mesmo discurso de ódio incentiva o desprezo ao outro e surge da vontade de dominar a vida alheia, sem critério ou respeito, com base na própria opinião.

Vimos que a difusão dos discursos de ódio estimula os sujeitos a acreditarem em uma suposta superioridade pessoal. Os indivíduos generalizam as opiniões sobre “inimigos” e defendem ideias preconceituosas e de senso comum.

Para Brugger (2007, p. 151), os discursos do ódio “tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião ou a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Foi a exacerbação desse ódio que mobilizou sujeitos que acusaram, julgaram, condenaram e invisibilizaram Andreza.

Foi na postagem que dizia que Andreza lançava a pré-candidatura ao cargo de vereadora que constatamos as principais manifestações de protesto e recusa em aceitar que a jovem poderia abandonar a imagem construída pejorativamente a partir da publicação do primeiro vídeo. “Quem está apoiando essa doida?(sic)”, “meu veemente protesto”, “(...) uma vagabunda que dessa que destruiu e destrói famílias”, “uma drogada em uma pré-candidatura”, “temos que boicotar esse partido que aceita bandido de alta periculosidade como candidato!”, “não apoiem essa marginal”, “só nesse Bra’Z’il mesmo que uma drogada, bandida, se candidata e ainda tem grandes chances de ser eleita só por causa de um bordão ridículo(sic)”.

Essas foram algumas das manifestações apresentadas. Para esses sujeitos, Andreza não tinha direito de ter uma nova chance, não tinha boa intenção em se candidatar a cargo público, não era digna de receber votos da população, o que ela merecia era punição e vingança, revelando o descontrole da alma humana ao reproduzir mais discursos e episódios dilapidadores e agressivos. Mais uma vez jogaram Andreza no poço da invisibilidade, sob olhar desumano e arrebatador de valores, crenças, estereótipos, preconceitos, estigmas. E a sede do espetáculo punitivo ganhava espaço e defesa de parte expressiva de quem se manifestava a respeito na rede. Sales (2007) diz que as palavras são “reveladoras”:

Reveladoras de uma representação coletiva de que viveríamos uma escalada inexorável da violência e uma deteriorização constante da situação, expressa no medo que a população sente diante de adolescentes violentos, cada vez mais jovens. Considerados pelos múltiplos discursos da ordem como seres desumanizados, sem consciência, sem estrutura mental e afetiva (SALES, 2007, p.215).

Tamanha brutalidade nas palavras e banalização da morte nos mostra também que sujeitos levam suas experiências relacionadas à violência urbana para o ambiente na rede social, se colocando afetivamente na narrativa, utilizando também a liberação emocional por meio de relatos de situações que eles ou seus pares vivenciaram ou vivenciam: “Nasci na Terra Firme, cresci na Terra Firme, próximo a uma boca de fumo, hoje sou economista formada pela UFPA e não virei bandida”, “quando um pai (mãe) de família trabalhador morre em um assalto ou de bala perdida não vejo as redes sociais (pessoas) se importarem”. Esses discursos geram efeitos negativos e irreversíveis, pois potencializam reações e criam novos discursos sobre uma juventude áspera e desesperançada.

4.4.4 Intolerância x empatia

Não temos nenhuma dúvida de que a participação dos jovens na criminalidade é uma escolha que envolve sua responsabilidade individual. Entretanto, é obrigação do Governo e da sociedade tudo fazerem para impedir que crianças e jovens se vejam confrontados com a escolha de carreiras do crime: é nossa responsabilidade maior impedir e garantir a crianças e jovens uma inserção ativa e promissora na sociedade (GREGORI, 1999)

Desconsiderando as ordens sócio-históricas que competem para a invisibilidade da juventude pobre e das variadas intimidações pela sua ocultação, jovens como Andreza, invadem realidades locais, nacionais, virtuais suscitando reflexões acerca do espaço público e claramente intervindo nos acontecimentos midiáticos.

É importante lembrar que violência não está presente somente na criminalidade. Ela é uma via de duas mãos. Ser calado, invisibilizado, sem condições básicas de educação, saúde e ter sua liberdade cerceada por todos os tipos de falta de oportunidade também desperta a violência. E, por tantas razões, os sujeitos se distanciam uns dos outros e carregam uma gama de preconceitos e resistências de compaixão e reflexão acerca da realidade do outro, eximindo-se da responsabilidade de fazer qualquer movimento de aproximação, acusando o Estado e o próprio “outro” pelo contexto de abandono e abismo material e social. Essa condição de vida reproduz uma violência imanente, que é absorvida e assimilada pela sociedade gerando intolerância e mais violência.

Na intolerância, ocorre uma relação social em que um dos sujeitos (ou um grupo, uma classe social etc.) é diferente ou faz algo diferente, e isso nos atinge. Porém nossa reação é oposta à da tolerância; aqui, diante das diferenças, assumimos atitudes destrutivas, fanáticas, racistas, reacionárias. A diferença é negada; mais do que isso, buscamos destruí-la, excluir a identidade do outro por meio da afirmação da nossa, tomada como a única válida. (BARROCO, 2014, p. 472).

Ao passo que na tolerância a diferença é respeitada e reconhecida, embora não seja compartilhada, na intolerância, a identidade do outro é rechaçada, justamente por ser diferente.

Enquanto a tolerância exige um horizonte de liberdade, uma reciprocidade objetivadora de relações de comum liberdade e igualdade, a intolerância objetiva uma relação assimétrica em que somente um é livre e quer impor a sua identidade ao outro. (BARROCO, 2014, p. 472).

Apesar de toda manifestação de ódio e protesto, em meio a toda espetacularização vivida por Andreza, foi possível identificar sujeitos que conseguiam fazer uma análise mais realista das condições de vida da jovem, sustentando falas de empatia e solidariedade: “Senhorita Andreza e as misérias que assolam uma pessoa que só teve acesso à miséria ao preconceito, à indignidade, à injustiça, à desigualdade e à falta de oportunidade têm maior probabilidade de se tornar um adulto bem sucedido ou malsucedido na vida? Senhorita Andreza não era vítima, porque era consciente do que fazia, mas, foi produto destas circunstâncias trágicas que marcaram sua breve e miserável vida. Há milhões de Senhoritas Andreza condenadas a um trágico fim as periferias das nossas grandes cidades.

Na nova configuração social, os sentimentos e o amor entre os pares tão disseminados ao longo da história perdem força. Está difícil praticar a capacidade de tolerância e pensar mais no próximo. Os sujeitos estão mais individualizados, com sede de vingança, sem qualquer remorso quando a repressão e a violência. Esse pode ser o sintoma maior, de uma sociedade moral e espiritualmente doente. É preciso ter empatia para aprender que não existe verdade absoluta.

4.4.5 Mídia que criminaliza a pobreza e o pobre

Os acontecimentos relacionados à vida de Andreza, desde janeiro de 2016, foram apresentados ao público por meio de cobertura do DOL e de outras mídias, desencadeando calorosas discussões entre diversos grupos sociais. O impacto das ações e representações que

circularam principalmente nas redes sociais provocou reações populares e medidas policiais, assim como de pensamentos e sentimentos paradoxais – revolta, ódio, lamentação etc – os quais mostram o clima de debate em torno da violência.

Na relação violência e juventude, as pessoas mais pobres têm sido alvo de ações repressivas (muitas vezes imediatas, como no caso da prisão de Andreza) e de extrema visibilidade midiática, quando cometem algum tipo de violência, em detrimento das situações das quais são vítimas, pois tais contextos, de forma geral, são naturalizados e banalizados.

No geral, a morte de jovens só tem significado para suas famílias, o que somente reforça a histórica invisibilidade de pobres envolvidos com ações criminosas.

Como vimos, o DOL explorou a imagem de Andreza desde a divulgação do vídeo em que ela aparecia convidando para uma “social”. Foram diversas investidas afim de não deixar “morrer” os acontecimentos relacionados à vida pregressa da jovem, o que rendeu altos índices de audiência no portal e suas redes sociais. O DOL ainda pautou os demais veículos do Grupo RBA e de grupos de imprensa locais, que também passaram a enxergar Andreza como objeto de exploração midiática e suas notícias, como produtos, gerando, conseqüentemente, novos discursos, sentidos e práticas. Hjarvard (2012) diz que a mídia afeta a forma direta e a estrutura de instituições de todos os campos sociais:

Uma parte significativa da influência que a mídia exerce decorre do fato de que ela se tornou uma parte integral do funcionamento de outras instituições, embora também tenha alcançado um grau de autodeterminação e autoridade que obriga essas instituições, em maior ou menor grau, a submeterem-se a sua lógica. A mídia é ao mesmo tempo parte do tecido da sociedade e da cultura e uma instituição independente que se interpõe entre as outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua (HJARVARD, 2012, p. 54-55).

Por ser um instrumento tão poderoso, a mídia deveria utilizar seus espaços para suscitar reflexões e debates acerca de toda situação econômica, política e social do País. No entanto, conforme destaca Adorno (1995), uma discussão profunda acerca das razões do descontrole da criminalidade e, em particular, sobre o poder está ausente na cobertura feita pela mídia. O DOL, por exemplo, sempre tratou o caso de Andreza de forma pejorativa, espetaculosa e sensacionalista, sem nenhuma análise técnica e refletiva da situação de jovens nas mesmas condições de Andreza, e/ou sem aprofundar o debate sobre o sistema penitenciário, para onde a jovem chegou a ser levada.

É verdade que as imagens ligadas ao tema da violência e da juventude são, por vezes, como se sabe, impressionantes, logo passíveis de espetacularização. É preciso, no entanto, convencer os meios de comunicação de que se um fato pode ser extraordinário não é necessário tratá-los de maneira sensacionalista (SALES, 2007, p. 309)

Isto por que a função da mídia seria exatamente o de auxiliar a sociedade a pensar sobre os seus grandes problemas e opressões. A violência requer, portanto, um misto de atenção e olhar aprofundados, na medida em que ela remete sempre a conflitos, de natureza, em geral, bastante polêmicos, ou seja, envolve temas dotados de extrema complexidade (Sales, 2007).

Tamanha complexidade ao pensarmos que, ao mesmo tempo em que sofre algum tipo de violência, são também capazes de cometê-la de maneira deliberada e defensiva. E, quando ganham espaço na mídia, são tratados como uma estratégia que tende muitas vezes a morbidez e reforça apenas o lado negativo desses atores sociais.

Embora ganhem espaço e “visibilidade”, os jovens infratores são usados enquanto objeto de audiência e recompensas comerciais. Quando não têm mais práticas “quentes”, são ignorados novamente e devolvidos para suas insignificâncias. “Sabe-se que tal descontinuidade em parte obedece ao desaparecimento deste e de outros temas da pauta da imprensa, depois de intensa cobertura, o que lhe faz dar novo mergulho na invisibilidade” (Sales, 2007, p. 307).

Senhor, tenha piedade²⁹
 Olhai para a terra
 Veja quanta maldade
 Senhor, tenha piedade
 Olhai para a terra
 Veja quanta maldade

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Metaforizando Zizek, concluímos esta pesquisa afirmando que precisamos estudar, estudar e estudar para compreender o fenômeno da violência, assim como a agressividade quase “gratuita” dos indivíduos frente a determinados comportamentos na contemporaneidade. Nenhuma resposta é definitiva, mas soma-se a um conjunto de respostas possíveis para entender a relação das pessoas com a violência, tendo a mídia como mediadora das nossas interpretações.

O caso da jovem Andreza é mais um que se soma a centenas de outros jovens que são exterminados, diariamente, no Brasil, aumentando o fosso entre os indivíduos do bem e os indivíduos do mal; entre àqueles que merecem viver e aqueles que merecem morrer; entre os que são protegidos e defendidos contra os que vivem na invisibilidade ou morte social.

Como considera Arendt, o mundo é o “resultado do nosso esforço comum”. Não está acabado, requer a conservação e o cuidado dos espaços adequados à construção da sociabilidade, espaços esses que romperam o ambiente físico e se propagaram na era digital, por meio das redes sociais na Internet, dos aplicativos de mensagens etc. Essas novas tecnologias transformaram a maneira com que as pessoas se relacionam, se informam, se comunicam e se manifestam.

A partir do caso da jovem senhorita Andreza, pudemos refletir sobre as manifestações dos sujeitos nas redes sociais e vimos que os discursos de ódio estão enraizados na cultura contemporânea e ganham novos desdobramentos com o reforço de ideias violentas comuns e a legitimação da violência. O ódio, imbricado de maldade, cólera, agressividade e destruição, faz com que sujeitos tenham dificuldades de aceitar o outro de forma a identificá-lo como um cidadão com as mesmas necessidades, conforme Bauman, colocando-o, muitas vezes, em um patamar de invisibilidade e “morte social”, como Andreza,

Percebemos que a jovem em questão ganhou visibilidade midiática, mas nunca abandonou a realidade de mazelas de várias ordens. As narrativas do DOL sobre seus atos

²⁹ Estrofe do samba-enredo “A verdade vos fará livre” - da escola de samba do Rio de Janeiro, Estação Primeira de Mangueira, que no desfile do carnaval de 2020, apresentou a temática sobre o extermínio de pessoas nas comunidades/favelas cariocas.

estiveram sempre rodeadas de reações e manifestações preconceituosas e precipitadas, inclusive com incitação à violência, apologia ao crime e celebração de ações e execuções à revelia das leis em nome da legitimidade e justiça das paixões e indignações coletivas e individuais. Seu assassinato foi rodeado de sensacionalismo e ela teve uma morte pública banalizada. Foram vistos na fanpage do DOL comentários que demonstravam falta de empatia e solidariedade com a jovem mãe e seus familiares. Ela foi tratada como um lixo, um inimigo a ser exterminado.

Perceber o meio social em que essas conexões se desenvolvem provoca analisar os elementos presentes neste espaço e que auxiliam na construção de significados, discursos e comportamentos. Nesse contexto, verificamos a importância da mídia à medida que os discursos criados são massificados e capazes de perpetuar rótulos e estigmas dos jovens envolvidos com a criminalidade.

Uma das verificações deste estudo foi a de que, quando a violência que envolve adolescentes e jovens é pautada pela imprensa, esta continua tendo dificuldades em atingir uma informação de qualidade, pluralista e propositiva. Nosso veículo em questão, o DOL, relata a violência, mas não avança nas soluções. De modo geral, a narrativa da violência envolvendo jovens carece de recursos da história de vida de quem se fala, que poderia explicar os motivos da violência, e também não há um foco nas soluções (SALES, 2017).

Seguindo uma tendência naturalizada pela mídia paraense, principalmente em veículos online, O DOL apresentou as narrativas apenas com descrição do delito, com informações – parciais – que quase sempre eram retiradas de Boletins de Ocorrência da Polícia ou de policiais, desfocando do enfrentamento que o concebeu. Em nenhuma postagem sobre Andreza, por exemplo, foram vistas cobranças e presença do poder público ou denunciada a ausência de políticas públicas. Vimos um vazio de compromisso social e de soluções para jovens que lutam pela sobrevivência e erram pelas escolhas que fazem.

Verificamos que a violência é um tema primaz na agenda da mídia, porém, falta opinião, contestação e argumentação profundas acerca dos motivos do excesso da criminalidade. É significativo identificar que a violência demanda atenção e olhar aprofundados, à medida que ela remete sempre a conflitos, de natureza, em geral, bastante polêmica e cercados de complexidade. Atuando como mediadora de conflitos sociais, a mídia e seus atores devem estar cientes das implicações das imagens e palavras que veiculam.

Ao analisar as postagens do DOL selecionadas para este estudo, vimos que é necessário conhecer antes de condenar para poder permitir a livre expressão da cidadania e defesa da dignidade e da liberdade de todos.

Quando fala-se sobre a responsabilidade da família no desenvolvimento da vida de jovens como Andreza, elas são invocadas como se devessem resolver sozinhas um problema que foge à governabilidade: pobreza, desemprego, drogas, ausência de educação, segurança, etc (SALES, 2017). Mas a sociabilidade familiar, por diversos motivos, nem sempre permite a aquisição das habilidades emocionais e cognitivas necessárias para que os sujeitos enfrentem, com louvor, a luta contra a criminalidade e a violência.

Percebemos que mergulhados no cenário de dúvidas sociais e a Os índices de criminalidade, a população é levada a pensar que jovens infratores são simplesmente perversos ou meros bandidos. Há também quem julgue que os que defendem os direitos de jovens em conflito com a lei, como Andreza, estão de acordo com seus atos criminais, o que não é absolutamente verdade.

Fica evidente que cabe trabalhar na produção de novas formas de reconhecimento do processo de reprodução social, na busca de se construir uma sociedade onde se reconheça a existência de cidadãos em todos os cantos, reconhecendo as lutas dos diversos grupos sociais populares no sentido de construir sua efetiva cidadania, como Jessé (2006) exemplifica: a construção das favelas e outros espaços populares; a luta histórica pelo acesso à terra, de diversas formas, e pelo acesso aos serviços e equipamentos sociais, tais como escola, saneamento, energia, asfalto etc; a afirmação do direito ao trabalho, mesmo que informal etc. Todas essas são práticas efetivas de afirmação de um lugar social, da busca de uma visibilização da existência que não se subordina aos parâmetros dominantes, e na qual se constrói as próprias condições de sociabilidade.

Quisemos ao longo desta dissertação mostrar que Andreza teve sua morte social com a violência e condenação vistas nas manifestações no Facebook e pela violência que lhe tirou a vida. O caminho da jovem não tem volta, mas ela nos deixa a reflexão sobre quais oportunidades são dadas aos jovens envolvidos com a criminalidade e como os sujeitos foram configurados para entender essa realidade com empatia, crítica e solidariedade.

Lembrando que o discurso, como diz Foucault, prolifera até o infinito, sem fronteiras. Por isso, precisa ser controlado, selecionado, organizado e redistribuído com apoio de procedimentos que eliminem os seus perigos e poderes. Desenvolver investigações sobre temas relacionados a adolescência e juventude seria um ganho para a mídia e, conseqüentemente, para a sociedade.

Por fim, percebemos que esta pesquisa não esgota o assunto e nem colhe resultados finais sobre o tema. Ao contrário, apenas dá início a uma investigação sobre o comportamento de sujeitos na nova configuração da sociedade tecnológica e midiática, e sobre a importância

do papel da mídia nas narrativas sobre violência urbana e na percepção que ela cria através da divulgação de notícias de crimes. O que pretendemos com nosso esforço foi ajudar, ainda que modestamente, a fortalecer a consciência crítica de uma sociedade construída para rejeitar, odiar e invisibilizar jovens infratores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. **Violência, ficção e realidade**. In: SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense/ ECA-USP, 1996.
- ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. In: Martins, José de Souza (org.) **O massacre dos inocentes: as crianças sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- AGUIAR, Leonel; BARONI, Alice. O Acontecimento e o Sensacional no Jornalismo. **Estudos em Comunicação**, nº5, 135-149. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/2009.
- BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: Da violência invisível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BAITELLO JUNIOR, Norval. **O pensamento sentado: sobre glúteos, cadeiras e imagens**. Editora Unisinos, São Leopoldo, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BONONE, Luana Meneguelli. Construção de método para pesquisas de Frame Analysis. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. 13 Nº 2 Julho a Dezembro de 2016. P. 78 - 87. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Le Sens Pratique**, Paris, ed. de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- BREWER, Paul R.; GRAF, Joseph; e WILLNAT, Lars. Priming or Framing: Media Influence on Attitudes Toward Foreign Countries. **Gazette**, Volume 65, nº6 , pp. 493-508,2003.
- CARVALHO, Giane Alves de. Conflito, violência e tragédia da cultura moderna: reflexões à luz de Georg Simmel. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Ano 1. Edição 2. 2007.
- CASTEL, Robert. **A Discriminação Negativa – Cidadãos ou Autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHAPARRO, M C. **Linguagem dos Conflitos**. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2001.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e Violência no Brasil**. Revista Bioethikos: revista do Centro Universitário São Camilo, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 378-383. 2011.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa. Folha de São Paulo: Caderno Mais. São Paulo, Domingo, 14 de março de 1999. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs14039904.htm>>. Acesso 20 jan. 2020.

COSTA, A.C. **A violência como espetáculo: um debate em torno do Programa Metendo Bronca**. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

_____. **Um olhar midiático sobre a violência**. In: BRITO, D. C.; BARP, W. J. (Org.). Violência e controle social: reflexões sobre práticas de segurança pública. Belém: Numa/UFPA, 2005. p. 173-190.

COSTA, A.C.; CORRADI, A.; KABUENGE, N.; JUNIOR, S. do E. S. **Narrativas jornalísticas e representações sociais da violência na Amazônia urbana**. Livro-coletânea Narrativa, Média e Cognição. Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, Portugal-2017.

CRUZ, Tércia. **A influência da Mídia na percepção da violência**: as comunicações e denúncias à Central de Emergência 190. Florianópolis. 2009.

DURKHEIM, E. O que é fato social? In: **As Regras do Método Sociológico**. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.

EAGLETON, Terry. **Doce violência**: a ideia do trágico. Tradução Alzira Allegro.- 1.ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FAUGERON, Claude et alii. **De la déviance et du contrôle social (représentations et attitudes)**. Paris, Presses de COPEDITH, 1976.

FERREIRA JUNIOR, S. E. S., & Costa, A. C. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da Amazônia paraense. **Revista Estudos de Jornalismo**, 5, 2016, pp. 99-114.

FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; COSTA, A. C. Narrativas jornalísticas de violência entre relato e representação: elementos para análise de um fenômeno midiático. **Comunicologia, Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, 2016, p. 100-118.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. Território da Violência. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa; BARRETO, Frederico Flósculo Pinheiro (Org.). **Brasília**: Dimensões da Violência Urbana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016.

GAY, Peter. **O Cultivo do Ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidad deteriorada**. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

GOFFMAN, E. 2005. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Vozes: Petrópolis.

GOLDING, P. & ELLIOTT, P. **Making the news**. Londres: Longman, 1979.

LAGE, Nilson. **Controle da Opinião Pública**: um ensaio sobre a verdade conveniente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LIMA, Venício. Mídia. In: AVRITZER, Leonardo...[et al.], (Org.). **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LIMA, Rita de Cássia Pereira. Sociologia do desvio e interacionismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(1): 185-201, maio de 2001. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v13n1/v13n1a12.pdf>> Acesso 10 fev. 2020.

LIPPMANN, W. Jornais. In: **Opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAROCCO, B.; BERGER, C. A notícia como forma de controle social. **Revista Contracampo** (UFF), Niterói, v. 14, p. 07-17, 2006.

MARTÍN-BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997, p. 45–89.

MELO, Zélia Maria. **Violencia y familia: supervivencia en la casa y en la calle**. Espanha, Universidad de Deusto, Bilbao, 1999.

MÉNDEZ, Juan; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Democracia, Violência e Injustiça**: O Não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MICHAUD, Y. **Violence et politique**. Paris, Gallimard, 1978.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In.: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: Editora UnB, 2002, p. 49-83.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Em tempo de redes virtuais e pós-verdade. In: Estadão Online, 21 de junho de 2017. Disponível em <<https://goo.gl/T9Kkzq>>. Acesso em 11 set. 2017.

PAIVA, R; SODRÉ, M. Sobre o facto e o acontecimento. Trajectos. **Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 95-100, 2005.

PARK, R. E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, C.; MAROCCO, B. (Orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 51 – 70.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: **Comunicação e política** – conceitos e abordagens. Salvador/São Paulo: Edufba/Editora Unesp, 2004.

PORTO, Maria Stela Grossi. A violência entre a inclusão e a exclusão social. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12(1): 187-200, maio de 2000.

QUÉRÉ, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. Trajectos. **Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

RECUERO, R (2012). **A Conversação em Rede**. Porto Alegre, Sulina.

RECUERO, R; SOARES, P. **Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”**. Galaxia (São Paulo, Online), n. 26, p. 239-254, dez. 2013.

REZENDE, Renata. A catarse cotidiana: performances dramáticas no Facebook. **Revista Culturas Midiáticas**, v. 7, p. 1-15-15, 2014.

REZENDE, Renata. **O cotidiano de afeto e intolerância: política e catarse no Facebook**. Rio de Janeiro: UFF-Niterói, 2016.

RIESSMAN, C. K. Narrative Analysis. In N. Kelly, C. Horrocks, K. Milnes, B. Roberts, & D. Robinson (Eds.), *Narrative, memory&everydaylife* (pp 1-7). Huddersfield, England: University of Huddersfield, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Comunicação e experiência. In: Bruck, Mozahir Salomão, Org.; Oliveira, Max Emiliano, Org. **Atividade comunicacional em ambientes midiáticos: reflexões sobre a obra de Adriano Duarte Rodrigues / Organização de Mozahir Salomão Bruck e Max Emiliano Oliveira**. Posfácio de Adriano Duarte Rodrigues. – São Paulo: Intermeios, 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Universidade Nova de Lisboa, 1999.

RODRIGUES, Adriano Duarte. A experiência técnica. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, n.º 15, Lisboa, Edições Colibri, 2003, p. 9-33.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Comunicação e experiência. Artigo apresentado <http://www.ciseco.org.br/index.php/artigos/44-comunicacao-e-experiencia?tmpl=component&print=1&layout=default&page=> Acesso 10 jan. 2020.

ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROMANO, Vicente. **La formación de la mentalidade sumisa**. Madrid: La Catarata, 1993.

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e FONSECA, Débora Cristina. Violência e inserção social do jovem de periferia urbana. **Psicol. teor. prat.** [online]. 2014, vol.16, n.3, pp. 58-68.

SCHUDSON, M. A revolução no jornalismo norte-americano na era do Igualitarismo: a Imprensa Penny. In: **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SHAW, E. Agenda-Setting and Mass Communication Theory. **Gazette International Journal for Mass Communication Studies**, vol. 25, nº 2, p. 96-105, 1979.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general. Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SODRÉ, Muniz (2006). Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Denis. **Sociedade Midiaticizada**. Mauad, Rio de Janeiro.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência. Porto Alegre**. Sulina: Edipucrs, 2002.

SOUSA, Edson Luiz André de.; GOLDMEIER, Paula. Juventude em tempos de violência. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, vol. VIII, n. 4, p. 991-1020, dez. 2008.

SOUSA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

STEINBERGER, Marília; CARDOSO, Ana Izabel. A geopolítica da violência urbana e o papel do Estado. In: PAVIANI, A.; FERREIRA, I.C.B.; BARRETO, F. F. P. B. **Brasília: dimensões da violência urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2011.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TUCHMAN, Gaye. Making news by doing work: routinizing the unexpected. **American Journal of Sociology**, vol. 79, n. 1, 1973, p. 110-131.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu de (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2007. pp. 7-72.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa Pobreza e Tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência: seis reflexões laterais**. Trad. de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

APÊNDICE I**Postagens sobre Senhorita Andreza no DOL**

1. "Social da Senhorita Andreza" viraliza - 21/01/2016
<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-356889-social-da-senhorita-andreza-viraliza.html>
POST NO FACEBOOK: <http://twixar.me/11ln>
3,3 MIL REAÇÕES, 807 COMENTÁRIOS E 245 COMPARTILHAMENTOS
2. Não vai ter social: "senhorita Andreza" é presa - 22/01/2016
<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-356972-nao-vai-ter-social;-senhorita-andreza-e-presa.html>
POST NO FACEBOOK: <http://twixar.me/g1ln>
5,6 MIL REAÇÕES, 1,4 MIL COMENTÁRIOS E 5,6 COMPARTILHAMENTOS
3. Presa, "senhorita Andreza" cancela a "social" - 22/01/2016
<http://www.diarioonline.com.br:82/noticias/policia/noticia-356996-presa-senhorita-andreza-cancela-social.html>
FACEBOOK: <http://twixar.me/J1ln>
3,8 MIL REAÇÕES, 378 COMENTÁRIOS E 309 COMPARTILHAMENTOS
4. "Social" nunca aconteceu, revela Andreza - 22/01/2016
<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-357030-.html>
FACEBOOK: <http://twixar.me/TLtn>
1,9 MIL REAÇÕES, 239 COMENTÁRIOS E 100 COMPARTILHAMENTOS
5. Governo posta piada sobre prisão da Srta. Andreza - 22/01/2016
<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-357004-governo-posta-piada-sobre-prisao-da-srta.-andreza.html>
FACEBOOK: <http://twixar.me/y1ln>
697 REAÇÕES, 97 COMENTÁRIOS E 28 COMPARTILHAMENTOS
6. Em liberdade, "Senhorita Andreza" grava novo vídeo - 03/03/2016
<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-360813-em-liberdade-senhorita-andreza-grava-novo-video.html>
FACEBOOK: <http://twixar.me/z1ln>
3,9 MIL REAÇÕES, 771 COMENTÁRIOS, 684 COMPARTILHAMENTOS
7. "Senhorita Andreza" já tem emprego garantido - 03/03/2016
<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-360874-.html>
FACEBOOK: <https://www.facebook.com/doldiarioonline/posts/952837984811312>
1,8 MIL REAÇÕES, 330 COMENTÁRIOS, 141 COMPARTILHAMENTOS
8. Senhorita Andreza quer ser vereadora - 04/04/2016
<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-364132-.html>
FACEBOOK: <http://twixar.me/51ln>

3,7 MIL REAÇÕES, 1,8 COMENTÁRIOS E 2,4 COMPARTILHAMENTOS

9. Srta. Andreza lança pré-candidatura a vereadora - 13/07/2016

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-374086-.html>

FACEBOOK: <http://twixar.me/X1ln>

5,4 MIL REAÇÕES, 1,5 MIL COMENTÁRIOS E 1,2 MIL COMPARTILHAMENTOS

10. Primo acusa 'Senhorita Andreza' de calúnia - 15/09/2016

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-380128-.html>

FACEBOOK: <http://twixar.me/j1ln>

2,7 MIL REAÇÕES, 688 COMENTÁRIOS E 327 COMPARTILHAMENTOS

11. Marido de "senhorita Andreza" é assassinado - 23/12/2016

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-389080-.html>

FACEBOOK: <http://twixar.me/p1ln>

7,9 MIL REAÇÕES, 1,1 MIL COMENTÁRIOS E 1 MIL COMPARTILHAMENTOS

12. "Srta. Andreza" é detida por desacatar policiais - 03/02/2017

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-392620-.html>

FACEBOOK: <http://twixar.me/81ln>

4,6 MIL REAÇÕES, 445 COMENTÁRIOS E 208 COMPARTILHAMENTOS

13. Senhorita Andreza é morta a tiros na Cabanagem - 13/04/2017

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-406473-.html>

FACEBOOK: <http://abre.ai/U60>

12 MIL REAÇÕES, 2,1 COMENTÁRIOS, 3,8 MIL COMPARTILHAMENTOS

14. Morte de Senhorita Andreza divide internautas - 13/04/2017

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-406497-morte-de-senhorita-andreza-divide-internautas.html>

FACEBOOK: NÃO HOUVE POSTAGEM

15. PCdoB atribui morte de Senhorita Andreza à milícia - 13/04/2017

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-406494-pcdob-atribui-morte-de-senhorita-andreza-a-milicia.html>

FACEBOOK: NÃO HOUVE POSTAGEM

16. Senhorita Andreza foi encurralada antes de morrer - 14/04/2017

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-406550-senhorita-andreza-foi-encurralada-antes-de-morrer.html>

FACEBOOK: <http://abre.ai/U61>

7,8 MIL, 854 COMENTÁRIOS E 236 COMPARTILHAMENTOS

17. Polícia segue sem pistas de assassinos de Andreza - 14/04/2017

<http://www.diarioonline.com.br/noticias/policia/noticia-406574-policia-segue-sem-pistas-de-assassinos-de-andreza.html>

FACEBOOK: <http://encurtador.net/bvCG9>

2,5 MIL REAÇÕES, 568 COMENTÁRIOS E 55 COMPARTILHAMENTOS

18. Quem matou 'Senhorita Andreza'? Quase dois anos depois, Polícia não sabe dos assassinos - 06/12/2018

http://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-560771-.html?fbclid=IwAR30h7dOVF08pj1ZYsJazq25F9N_ZdvQAtn99-ZeXCweqJzV9tlYyKIufCY

FACEBOOK: <http://encurtador.net/kDNSZ>

2,7 MIL REAÇÕES, 778 COMENTÁRIOS, 162 COMPARTILHAMENTOS